



**CPLP**

# MANUAL DA COOPERAÇÃO

**da Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa**

Aprovado na XLI RPFC

**Abril 2021**

O Manual de Cooperação da CPLP bem como os documentos apresentados como anexos nesta edição poderão ser sujeitos a revisões e/ou alterações a ser aprovadas por diferentes órgãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). As versões eletrónicas dos documentos constantes desta edição bem como as suas sucessivas atualizações serão disponibilizadas no portal da CPLP, em [www.cplp.org](http://www.cplp.org), podendo igualmente ser solicitadas para o endereço de correio eletrónico: [secretariadoexecutivo@cplp.org](mailto:secretariadoexecutivo@cplp.org)



## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	5
<b>2. COOPERAÇÃO DA CPLP</b>	7
<b>3. ORGÂNICA DA COOPERAÇÃO DA CPLP</b>	11
3.1. Reunião de pontos focais de cooperação	11
3.2. Comitê de concertação permanente	12
3.3. Reuniões Ministeriais Setoriais	12
3.4. Secretariado Executivo da CPLP	13
3.5. Outros Órgãos	15
3.6. Articulação entre Órgãos responsáveis pela cooperação	15
<b>4. ATORES E PARCEIROS DA COOPERAÇÃO DA CPLP</b>	17
4.1. Estados-Membros	17
4.2. Observadores associados	17
4.3. Organizações internacionais	18
4.4. Observadores consultivos	18
4.5. Mecanismos de cooperação, redes e plataformas	18
4.6. Sociedade civil	19
4.7. Setor privado	19
<b>5. ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO DA CPLP</b>	21
5.1. Visão estratégica da CPLP	22
5.2. Documento estratégico de cooperação	22
5.3. Quadro bienal de cooperação	23
5.4. Planos estratégicos de cooperação setorial	24
5.5. Programa da presidência da CPLP	25
<b>6. FUNDO ESPECIAL</b>	27
<b>7. ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO DA CPLP</b>	29
7.1. Apresentação de atividades a financiamento pelo fundo especial	29
7.1.1. Elaboração das propostas de atividade	29
7.1.2. Encaminhamento das propostas de atividade ao SECPLP	30
7.2. Análise e tramitação das propostas de atividade	30
7.3. Formalização das atividades	32
<b>8. VISIBILIDADE</b>	33
<b>9. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA</b>	35
<b>10. FLUXOS DE COMUNICAÇÃO</b>	37
10.1. Comunicação a nível nacional	37
10.2. Comunicação com o SECPLP	37
<b>ANEXOS</b>	39

## LISTA DE ACRÓNIMOS

<b>CCEG</b>	Conferência de Chefes de Estado e de Governo
<b>CCP</b>	Comité de Concertação Permanente
<b>CM</b>	Conselho de Ministros
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>DACLP</b>	Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa
<b>DAF</b>	Direção de Administração e Finanças
<b>DEC</b>	Documento Estratégico de Cooperação
<b>DIRCOOP</b>	Direção de Cooperação
<b>EE</b>	Entidade Executora
<b>EM</b>	Estado(s)-Membro(s)
<b>FE</b>	Fundo Especial da CPLP
<b>FSC</b>	Fórum da Sociedade Civil
<b>GPF</b>	Guia de Procedimentos Financeiros do SECPLP
<b>IILP</b>	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
<b>MNE/MRE</b>	Ministérios dos Negócios Estrangeiros/ Ministério das Relações Exteriores
<b>OA</b>	Observadores Associados
<b>OC</b>	Observadores Consultivos
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>PAT</b>	Plano de Ação/ Trabalho
<b>PECSET</b>	Plano Estratégico de Cooperação Setorial
<b>PFC</b>	Pontos Focais de Cooperação
<b>PFS</b>	Pontos Focais Setoriais
<b>QBC</b>	Quadro Bienal de Cooperação
<b>RFE</b>	Regimento do Fundo Especial
<b>RMS</b>	Reunião Ministerial Setorial
<b>RPFC</b>	Reunião de Pontos Focais de Cooperação
<b>SECPLP</b>	Secretariado Executivo da CPLP
<b>SecTP</b>	Secretariado Técnico Permanente

A Cooperação entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e desta com distintos parceiros de desenvolvimento é um imperativo constante da sua Declaração Constitutiva e um dos seus objetivos estatutários.

A Cooperação da CPLP conforma um dos pilares estratégicos da Comunidade que contribui para o fortalecimento da sua cidadania e reforço dos laços culturais, sociais, económicos e políticos que lhe conferem uma identidade própria.

A Visão Estratégica da CPLP, adotada pela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, reforçou a convicção de que a Cooperação da CPLP contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos Estados-Membros, a consolidação política, económica e social da Comunidade e para a sua projeção enquanto Organização Internacional.

Este desiderato requer a existência de instrumentos orientadores da cooperação da CPLP, tanto a nível estratégico como a nível operacional, e de procedimentos que promovam a coordenação, a harmonização e a monitorização com o intuito de incrementar a eficácia das suas ações de cooperação.

O processo de reflexão sobre o reforço do enquadramento estratégico da Cooperação da CPLP, que teve lugar entre 2016 e 2020, reconheceu a necessidade de criar o presente Manual com o objetivo de prestar informações gerais sobre a estrutura e a orgânica da Cooperação da CPLP, os seus atores, os instrumentos estratégicos e operacionais utilizados, as bases legais e os procedimentos de gestão a ela associados.

O Manual é um instrumento para uma consulta rápida, que não substitui a leitura atenta dos instrumentos que aqui genericamente se sumariam bem como dos documentos que se anexam, destinando-se a ser utilizado pelos atores que já colaboram com a CPLP na esfera da cooperação ou pretendem fortalecer o seu relacionamento e parceria nesse domínio.



A Cooperação da CPLP engloba o conjunto das atividades promovidas no âmbito da Organização com o propósito de incrementar o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos seus Estados-Membros (EM), alinhando-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, obedecendo a princípios de solidariedade e parceria e constituindo, assim, um contributo à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Cooperação entre os EM da CPLP considera os laços histórico-culturais e da língua comum que partilham, constituindo estes elementos vantagens distintivas na implementação destas atividades.

Baseia-se, ainda, no primado do respeito e valorização das especificidades nacionais, procurando, em todas as Atividades, o envolvimento e apropriação dos EM e a atuação coordenada entre as suas instituições.

### ***Marcos da Cooperação da CPLP***

Na tabela seguinte, resumem-se os principais marcos orientadores da Cooperação da CPLP, organizados por ordem cronológica.

Ano	Documento	Resumo
1996	Estatutos da CPLP	Consagra os princípios de promoção do desenvolvimento e cooperação entre os EM com o objetivo de “promover as práticas democráticas, boa governação e respeito pelos Direitos Humanos”.
2005	Resolução sobre a Coordenação das Reuniões Ministeriais	Consagra os princípios de promoção do desenvolvimento e cooperação entre os EM com o objetivo de “promover as práticas democráticas, boa governação e respeito pelos Direitos Humanos”.
2006	Estratégia Geral de Cooperação na CPLP	Reconhece o grau de complexidade da cooperação internacional e recomenda o alinhamento da cooperação da CPLP com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.
2009	Cooperação na CPLP – Uma visão Estratégica de Cooperação pós-Bissau	Apona para o reforço dos instrumentos orientadores da Cooperação da CPLP e para a adoção de Planos Estratégicos de Cooperação.
	Quadro Orientador das Reuniões Ministeriais da CPLP	Recomenda a harmonização dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais com os Estatutos e práticas da CPLP, para melhor articulação entre as Reuniões Ministeriais e os restantes Órgãos da CPLP.
2011	Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP	Instrumento dedicado ao apoio financeiro das atividades que promovam os objetivos gerais da Comunidade, em conformidade com os seus Estatutos, que é construído por contribuições voluntárias, públicas e privadas.

Ano	Documento	Resumo
2012	Resolução sobre a Coordenação entre STP das Reuniões Setoriais e Órgãos Políticos e Executivos da CPLP	Recomenda a apresentação regular de relatórios de atividades dos Secretariados Técnicos Permanentes ao Comité de Concertação Permanente.
2013	Agenda do Desenvolvimento pós-2015	Incita ao debate e à concertação entre os EM da CPLP, sobre o processo negocial para a definição do que viria a ser a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
	Resolução sobre o Reforço da Concertação entre a CPLP e Agências Internacionais de Desenvolvimento	Reforça o diálogo e partilha de boas práticas sobre políticas globais de desenvolvimento com organizações multilaterais, com as quais esse diálogo ainda não tenha sido formalizado.
2014	Planos Estratégicos de Cooperação Setorial da CPLP	Reconhece a necessidade de contínuo aprimoramento da capacidade técnica das diferentes estruturas de acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial, nomeadamente dos STP das Reuniões Ministeriais Setoriais, para o reforço no grau de implementação das atividades deles decorrentes.
2015	Cooperação na CPLP – Uma visão Estratégica no pós-2015	Consubstancia a contribuição dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP e do Secretariado Executivo para as atividades do “Grupo de Trabalho Visão Estratégica da CPLP”.
2016	Nova Visão Estratégica da CPLP	Projeta a atividade da Organização no sentido de a tornar mais integrada e sistémica, por um período de 10 anos.
	A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Aprofunda a cooperação no âmbito da CPLP com vista a apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
2018	Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP	Reconhece a necessidade de reforçar a harmonização e articulação global do pilar da Cooperação.
2019	Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Aprova o Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, consolidando a Estratégia para Cooperação da CPLP para o período 2020-2026, materializando as reflexões sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP (tidas entre 2016 e 2019).</li> <li>– Aprova o Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), reforçando o seu papel de coordenadores das atividades de cooperação no âmbito da CPLP e o papel da RPFC como órgão de assessoria aos demais órgãos em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP.</li> </ul>

### **Cooperação da CPLP e Cooperação no espaço da CPLP**

Importa distinguir as Atividades de Cooperação da CPLP das Atividades de cooperação que se realizam no espaço da CPLP, ou seja, aquelas que decorrem do quadro das diferentes dinâmicas autonomamente desenvolvidas pelos EM e do relacionamento que entre si estabelecem.

As Atividades de Cooperação da CPLP são aquelas que, no âmbito do diálogo político-diplomático e das decisões multilaterais adotadas a nível da Organização no quadro da sua atividade regular, são aprovadas pelos seus órgãos e financiadas pelos seus EM ou por outros parceiros, com o propósito



de gerar impacto positivo nos respectivos processos de desenvolvimento sustentável e consequente alcance dos ODS e respectivas metas.

Por seu lado, a cooperação no espaço da CPLP caracteriza-se por uma multiplicidade de ações bilaterais e multilaterais (programas e projetos, intercâmbios, capacitação, troca de experiências e boas práticas, mobilidade académica, acordos interuniversitários, negociações empresariais, encontros culturais, entre muitos outros) que são sinal da riqueza e da diversidade da Comunidade, mas que não decorrem da decisão/ programação de um órgão da CPLP nem de recursos da Organização, pelo que não poderão ser consideradas atividades de Cooperação da CPLP e, portanto, não são objeto de análise no presente Manual.



A definição e a orientação da política geral e das estratégias da CPLP bem como a coordenação geral das suas atividades são atribuições que se encontram estatutariamente reservadas à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG) e ao Conselho de Ministros da CPLP (CM).

Porém, a dinâmica desta governação assenta no trabalho conjunto e em rede entre distintos órgãos que nela atuam mais direta e reiteradamente: a Reunião de Pontos Focais de Cooperação, o Comité de Concertação Permanente, as Reuniões Ministeriais Setoriais, e o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP).

As principais funções de cada dos órgãos, bem como o papel que desempenham nesta governação, encontram-se resumidas nos subcapítulos seguintes.

### 3.1. REUNIÃO DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO

A Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) é o órgão da CPLP responsável por coordenar as atividades de cooperação no âmbito da CPLP e assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à Cooperação da CPLP.

A RPFC congrega as instituições ou unidades orgânicas dos EM que são responsáveis pela coordenação nacional da cooperação, habitualmente tuteladas pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros/Ministérios das Relações Exteriores (MNE/MRE). Regula-se por um Regimento Interno próprio, que define, entre outros, as atribuições desta Reunião e o seu funcionamento (Anexo 1).

A coordenação da RPFC é exercida pelo representante do EM que detém o exercício da presidência rotativa da CPLP.

A RPFC tem lugar ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos EM. É ainda possível a realização de reuniões extraordinárias, nos termos previstos pelo Regimento Interno da RPFC.

Enquadradas pelo Regimento Interno da RPFC, as atribuições dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) são abrangentes e de natureza variada conforme segue:

- Discutir temáticas relevantes para a Cooperação na CPLP e procurar concertação sobre as mesmas para a tomada de posições conjuntas da CPLP noutros fora internacionais;
- Apoiar a elaboração de documentos orientadores da cooperação da CPLP, recomendando-os quando pertinente, ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), às Reuniões Ministeriais Setoriais, ao Comité de Concertação Permanente e, por meio deste, ao Conselho de Ministros da CPLP;
- Apoiar a identificação de atividades de cooperação que implementem as políticas e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da CPLP, conforme prioridades definidas pelo Documento Estratégico da Cooperação (DEC);
- Acompanhar, monitorizar e avaliar a execução dos Planos Estratégicos de Cooperação aprovados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, em articulação com os respetivos Pontos Focais Setoriais e com os Secretariados Técnicos Permanentes ou estruturas equivalentes;

- Promover a coordenação e diálogo entre os diferentes atores e parceiros de cooperação da CPLP;
- Analisar e deliberar sobre as propostas de Atividades, inclusive sobre a sua integração no Quadro Bienal de Cooperação (QBC);
- Apoiar a identificação de fontes de financiamento para as atividades de cooperação, em complemento aos esforços desenvolvidos pelo Secretariado Executivo da CPLP e pelas Reuniões Ministeriais Setoriais;
- Acompanhar, monitorizar e avaliar a execução técnica e financeira das Atividades aprovadas em sede de RPFC e avaliar os seus resultados;
- Propor atualizações periódicas dos documentos programáticos e normativos da CPLP pertinentes à cooperação;
- Promover a visibilidade e a divulgação dos resultados das Atividades da cooperação realizadas pela CPLP.

A RPFC dá a conhecer as suas deliberações ao Comité de Concertação Permanente (CCP).

### **3.2. COMITÉ DE CONCERTAÇÃO PERMANENTE**

O Comité de Concertação Permanente (CCP) é o órgão composto pelos Representantes Permanentes dos EM junto da CPLP.

Compete a este órgão, conforme previsto no n.º 8, do artigo 14º, dos Estatutos da CPLP, tomar decisões sobre a atividade da CPLP como um todo, incluindo a Cooperação, bem como assegurar o cumprimento pelo SECPLP das decisões e recomendações emanadas dos órgãos superiores da CPLP.

### **3.3. REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS**

As Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) são os órgãos da CPLP constituídos pelos Ministros, ou seus representantes, dos diferentes setores governamentais de todos os EM.

As RMS são responsáveis pelas ações de concertação e cooperação nos respetivos sectores governamentais, atuando assim na definição da respetiva visão de cooperação setorial que se consubstancia na elaboração de Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET) e respetivos Planos de Ação/Trabalho (PAT) sectoriais, assim como pela apresentação da sua implementação e monitorização ao Conselho de Ministros<sup>1</sup>.

As RMS devem promover a implementação das políticas comunitárias por elas definidas, buscando ativamente e identificando os recursos financeiros necessários. Para esse fim, caso o pretendam, poderão apresentar Atividades para financiamento pelo Fundo Especial da CPLP, devendo levá-las à consideração da RPFC<sup>2</sup>.

O Quadro Orientador para a elaboração dos regimentos internos das RMS (Anexo 2) foi aprovado em 2009 e indica que todas as Reuniões de Ministros devem ser assessoradas por uma Reunião Técnica, formada por Pontos Focais Setoriais e por um Secretariado Técnico Permanente:

<sup>1</sup> O detalhe sobre os PECSET e os PAT pode ser consultado no capítulo 6.4.

<sup>2</sup> O detalhe sobre os mecanismos que deverão ser considerados para apresentação de Atividades a financiamento do Fundo Especial da CPLP poder ser consultados nos capítulos 7 e 8.

- **PONTOS FOCAIS SETORIAIS (PFS):** São os representantes de cada EM designados pelos responsáveis governamentais dos diferentes setores, a quem compete preparar as Reuniões de Ministros e garantir a execução das decisões nelas aprovadas.
- **SECRETARIADO TÉCNICO PERMANENTE (SecTP):** O Secretariado Técnico Permanente é constituído pelo Ponto Focal do EM que detém a presidência da Reunião de Ministros, pelo Ponto Focal do EM que deteve a presidência no ciclo anterior e pelo Ponto Focal do EM que irá previsivelmente assumir a presidência no ciclo subsequente. Em casos excepcionais, as funções do SecTP poderão ser assumidas por uma entidade distinta, quando assim determinado pela RMS em causa. O SecTP (ou estrutura equivalente) é responsável por:
  - Assegurar o seguimento das decisões, iniciativas e Atividades que resultem de deliberações da Reunião de Ministros;
  - Apoiar a preparação das Reuniões de Ministros e Reuniões Técnicas; e
  - Elaborar pareceres técnicos sobre Atividades de Cooperação, para apoio às deliberações sobre e Atividades de Cooperação, aprovar pela RPFC.

### 3.4. SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP

Enquanto principal órgão executivo da CPLP e no âmbito específico das Atividades de Cooperação, o SECPLP é responsável por implementar as decisões dos demais órgãos da CPLP e por planificar e assegurar a execução dos programas aprovados superiormente.

Mediante solicitação expressa de um órgão setorial, o SECPLP pode ainda prestar o seu apoio na(o):

- Organização de Reuniões Ministeriais Setoriais, bem como de reuniões de outros órgãos da Comunidade;
- Elaboração dos PECSET e PAT;
- Desenho de Atividades de Cooperação;
- Elaboração de documentos estratégicos da Comunidade.

Cabe também ao SECPLP fazer a tramitação das propostas de Atividades que sejam apresentadas para financiamento pelo Fundo Especial da CPLP, bem como acompanhar a implementação e monitorização das Atividades cujo financiamento venha a ser aprovado (ver capítulo 8).

O SECPLP participa na RPFC no âmbito das suas competências estatutárias. Compete ao SECPLP apoiar a presidência na preparação das reuniões, na organização da documentação e no seguimento das suas deliberações.

O SECPLP desempenha um papel fundamental de coordenação entre os vários órgãos, assegurando a transmissão de informação e partilhando a visão de conjunto, que lhe é facilitada pela sua articulação direta com todos os outros órgãos e parceiros.

#### **Orgânica do SECPLP**

O Secretariado Executivo inclui o Gabinete do/a Secretário/a Executivo/a e os serviços que compõem a Direção Geral, coordenados pelo Diretor/a Geral.

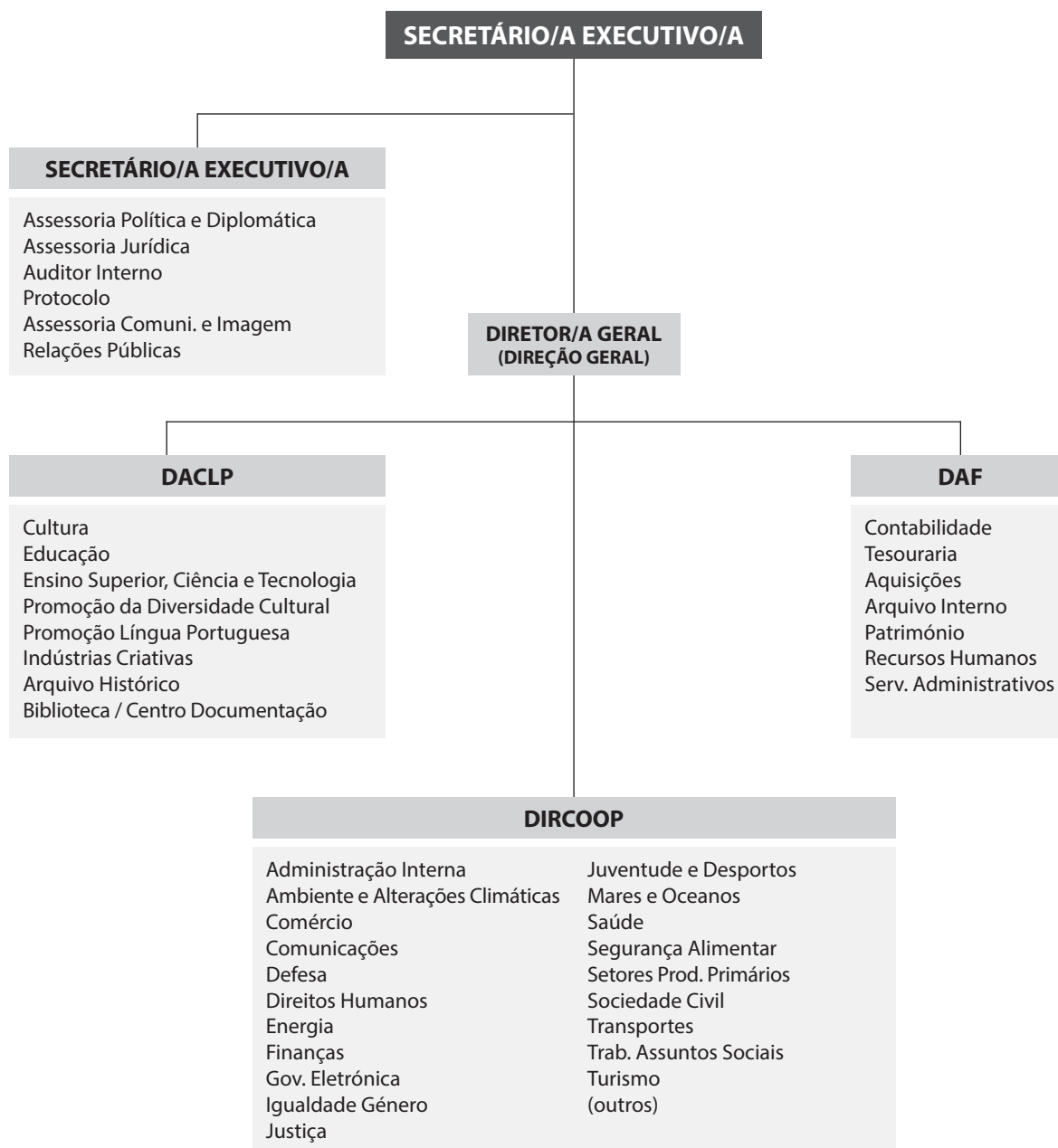


Figura 1: Orgânica do SECPLP

Assim, sob orientação do Secretário Executivo e coordenação do Diretor Geral, as estruturas do SECPLP com intervenção setorial direta nas áreas da Cooperação são:

- **A Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa (DACLP)** que acompanha os setores da Cultura, do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e da Educação. Esta Direção cobre também os temas da promoção e difusão da Língua Portuguesa, sendo ainda responsável pela articulação com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); e a
- **Direção de Cooperação (DIRCOOP)**, que acompanha os restantes setores de intervenção, nomeadamente: Administração Interna, Ambiente e Alterações Climáticas, Comércio, Comunicações, Defesa, Direitos Humanos, Energia, Finanças, Governação Eletrónica, Igualdade de Género, Justiça, Juventude e Desportos, Mares e Oceanos, Saúde, Segurança Alimentar, Setores produtivos, Sociedade Civil, Transportes, Trabalho e Assuntos Sociais e Turismo.

Para além destas, cumpre ainda registar o papel da **Direção de Administração e Finanças (DAF)** que, no âmbito das Atividades de Cooperação da CPLP, desenvolve competências específicas de gestão orçamental, administrativa, financeira e patrimonial.

### 3.5. OUTROS ÓRGÃOS

#### ***Instituto Internacional da Língua Portuguesa***

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é a instituição da CPLP vocacionada para a gestão comum da Língua Portuguesa e promoção e execução de uma política linguística consensualizada. O IILP é composto por todos os EM da CPLP e é dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial. As suas atividades são planeadas conforme orientações gerais do seu Conselho Científico, formado por representantes governamentais e/ou pelos representantes das Comissões Nacionais de cada um dos EM. A Direção Executiva e a Presidência do Conselho Científico do IILP têm caráter rotativo, permitindo que todos os EM ocupem esses cargos.

#### ***Assembleia Parlamentar da CPLP***

A Assembleia Parlamentar da CPLP (APCPLP) é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídos na base dos resultados das eleições legislativas dos respetivos EM.

### 3.6. ARTICULAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA COOPERAÇÃO

Todos os órgãos acima referidos têm um papel relevante na Cooperação da CPLP e relacionam-se entre si, direta ou indiretamente.

O CCP segue com regularidade o trabalho da RPFC e das RMS bem como do SECPLP, assegurando o acompanhamento da globalidade da vida da organização.

Apesar de a RPFC e as RMS reportarem ao Conselho de Ministros, a coordenação dos assuntos levados à Reunião do Conselho de Ministros é feita, em primeira instância, pelo CCP.

As RMS, por sua vez, têm o papel de definir e implementar as estratégias de cooperação setoriais, nomeadamente os PECSET/PAT. A articulação entre os PFS e os PFC é fundamental, quer numa lógica de promoção da coerência e da eficácia das Atividades, mas também para que se tornem efetivos e fundamentados os processos de deliberação do financiamento de Atividades de Cooperação através do Fundo Especial, em conformidade com o capítulo 8.

Sob a orientação dos órgãos superiores e de direção da Organização, cabe à RPFC apoiar a elaboração de propostas de documentos orientadores da cooperação da CPLP, assim como a sua coordenação e monitorização. A RPFC desenvolve também o acompanhamento e coordenação, a nível nacional e a nível Comunitário, dos trabalhos desenvolvidos pelas RMS, nomeadamente quanto à implementação das Atividades de Cooperação dos PECSET/PAT. A RPFC dá a conhecer as suas deliberações ao Comité de Concertação Permanente (CCP).

Enquanto órgão executivo da CPLP, o SECPLP é chamado a cumprir com todas as funções/ ações que lhe sejam confiadas pelos órgãos de decisão e tem um papel transversal de acompanhamento de todos eles: secretaria e apoia a coordenação da RPFC, apoia a preparação e coordenação das RMS e

secretaria e executa as decisões da CCEG, do CM e do CCP. Está, por isso, em constante articulação e diálogo com os PFC, os PFS e os representantes dos EM no CCP.

Além disso, tem o dever de gerir o Fundo Especial da CPLP, de acompanhar a tramitação das propostas de Atividade e de reportar sobre a sua implementação, quer à RPFC, quer ao CCP. Exceccionalmente, pode ainda ser executor de Atividades de Cooperação, sobre as quais tem igualmente dever de reporte.



No âmbito da Cooperação, a CPLP trabalha com um amplo leque de parceiros estatais, da sociedade civil e do setor privado, bem como com organizações internacionais.

As organizações estatais e instituições governamentais dos EM fazem-se representar através dos órgãos estatutários da Comunidade, enquanto os restantes atores e parceiros da Cooperação interagem com a CPLP no contexto dos mecanismos existentes na Comunidade para esse fim, sendo chamados para participar em processos de construção de políticas de cooperação da CPLP, sempre que seja considerado pertinente.

Descrevem-se, de seguida, os principais atores e parceiros da cooperação da CPLP.

#### **4.1. ESTADOS-MEMBROS**

Os EM e as instâncias governamentais através dos quais se fazem representar, compõem os órgãos da estrutura de governação da Cooperação da CPLP e são, por isso, os principais atores da cooperação na comunidade.

São eles que compõem os órgãos apresentados no capítulo anterior e, nessa qualidade, são responsáveis pela definição, implementação e acompanhamento da Estratégia de Cooperação da CPLP bem como pela definição das prioridades de Cooperação Setorial, através dos PECSET e PAT que emanam das RMS.

Trata-se dos principais contribuintes para o financiamento das Atividades de Cooperação da CPLP, quer através do Fundo Especial da CPLP, quer por meio de execução direta, sendo os seus cidadãos e cidadãs os principais beneficiários dessas mesmas atividades.

#### **4.2. OBSERVADORES ASSOCIADOS**

A categoria de Observador Associado (OA) é um reconhecimento atribuído a Estados que, não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, demonstram empenho efetivo com os objetivos prosseguidos pela CPLP, em particular no âmbito da promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Podem também obter a categoria de OA as organizações internacionais ou regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos que cumpram os mesmos critérios referidos no parágrafo anterior.

Os OA são parceiros da cooperação na CPLP, na medida em que podem participar de programas e projetos de cooperação desenvolvidos nas diferentes áreas setoriais da Comunidade, no intercâmbio de experiências, no cofinanciamento e na concertação em instâncias internacionais.

### 4.3. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A CPLP desenvolve também atividades de cooperação em parceria com Organizações Internacionais vocacionadas para o desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>, como por exemplo as agências especializadas do Sistema das Nações Unidas. A cooperação com estes organismos faz-se por meio de Memorandos de Entendimento (MdE) e/ou da implementação de Atividades concretas, que reforcem o diálogo e partilha de boas práticas sobre políticas globais de desenvolvimento.

### 4.4. OBSERVADORES CONSULTIVOS

A categoria de Observador Consultivo (OC) é um reconhecimento atribuído a entidades interessadas na promoção dos objetivos preconizados pela CPLP. A admissão de uma entidade à categoria de Observador Consultivo da CPLP rege-se por regulamento específico.

A cooperação entre a CPLP e os OC consiste, *inter alia*, na partilha de informações, em parcerias na implementação de atividades e no cofinanciamento de programas, ações e projetos.

Os OC organizam-se em Comissões Temáticas de acordo com a sua área de intervenção e preferência. No âmbito das Comissões que integram, os OC podem ser convidados para participar nas RMS respetivas e outras iniciativas de âmbito setorial, bem como para colaborar na elaboração de estratégias setoriais ou programas de cooperação específicos, em que a sua competência se revele uma mais-valia para a Organização.

### 4.5. MECANISMOS DE COOPERAÇÃO, REDES E PLATAFORMAS

Na materialização dos seus objetivos a CPLP apoia-se em mecanismos de cooperação já existentes ou a criar.

Pelo âmbito da atuação setorial e proximidade à agenda da Organização identificam-se os seguintes:

#### ***Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)***

O CONSAN-CPLP é um mecanismo de cooperação da CPLP que reúne atores estatais (representantes Ministeriais da tutela) e não estatais (Sociedade Civil, Sector Privado, Universidades, Parlamentares e Poder Local). Este mecanismo é responsável pela coordenação das políticas e programas desenvolvidos no setor da Segurança Alimentar e Nutricional e por assessorar da Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CCEG) da CPLP, naquele tema específico.

#### ***Fórum da Sociedade Civil da CPLP***

O FSC é uma plataforma de representação das organizações da sociedade civil com estatutos e regimento próprio, tendo sido reconhecida pelo Conselho de Ministros. Este FSC promove a concertação, articulação, participação, parceria e diálogo político, social e cultural da sociedade civil com os EM da CPLP.

No âmbito da CPLP existe um conjunto de redes e plataformas especializadas que, pela sua natureza, funcionam de forma autónoma e não se enquadram como órgãos estatutários.

---

<sup>3</sup> Para além de parcerias com Organizações Internacionais, a CPLP também subescreve MdE com outro tipo de organizações, que podem ser consultados na página eletrónica da CPLP.

Estas redes podem incluir tanto instituições estatais dos EM como organizações da sociedade civil e/ou a academia e colaboram – ou podem ser consultadas para colaborar – na execução da agenda de cooperação da CPLP, em especial no intercâmbio de experiências nas temáticas e nas respetivas Reuniões Ministeriais Setoriais.

São exemplos destas redes e plataformas: Rede Direitos Humanos, Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), Reunião dos Procuradores Gerais da República, entre muitas outras.

#### **4.6. SOCIEDADE CIVIL**

As organizações da sociedade civil são atores importantes da Cooperação da CPLP, quer enquanto participantes nos processos consultivos da CPLP, membros das plataformas e redes de cooperação, quer enquanto entidades executoras de Atividades.

Podem constituir-se em Organizações Não-Governamentais (ONG), associações, instituições filantrópicas/de caridade, grupos comunitários, associações, profissionais, sindicatos, movimentos sociais, etc.

As organizações da sociedade civil fazem-se representar junto da CPLP através de vários mecanismos, destacando-se o Fórum da Sociedade Civil da CPLP (FSC) e, mediante validação de um processo candidatura pelo CM, através do estatuto de Observador Consultivo.

#### **4.7. SETOR PRIVADO**

As entidades do setor privado desempenham um papel relevante enquanto parceiros para o desenvolvimento, pela partilha de conhecimentos e práticas que enriquecem o diálogo em matéria de desenvolvimento sustentável. O setor privado é o principal motor de crescimento e criação de emprego, pelo que a colaboração e parceria com estes atores, alinhada com os objetivos/princípios da CPLP, permite alavancar financiamento para o desenvolvimento sustentável, potenciando o crescimento económico inclusivo e sustentável dos EM.

Trata-se de uma mudança estrutural na forma de abordar o financiamento do desenvolvimento, trabalhando para o estabelecimento de conjugação de recursos e parcerias em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo dos Estados-membros.

No quadro da Cooperação da CPLP, o setor privado pode cumprir o papel tanto de financiador de Atividades, através de contribuições para o Fundo Especial da CPLP e/ou através de financiamento direto a entidades executoras, como de entidade executora de Atividades, sempre em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Recordando os marcos institucionais e instrumentos político-diplomáticos estabelecidos ao longo do tempo pela CPLP, observa-se uma evolução do entendimento estratégico da Cooperação da CPLP e do seu reconhecimento político e institucional.

O processo de estruturação das RMS foi uma das alterações significativas, uma vez que, além de permitir uma maior interação entre os ministérios das diversas áreas setoriais e trazer novos atores e dinâmicas para a Cooperação da CPLP, veio reforçar a necessidade de coerência entre as decisões políticas e operacionais da Organização.

A Cooperação da CPLP procura ser transversal e interligar todos os atores e todas as áreas setoriais que foram sendo fortalecidas ao longo dos anos. Tal representa um grande desafio de coordenação, mas, ao mesmo tempo, representa uma excelente oportunidade para potenciar maior coerência e resultados.

Além disso, a Cooperação da CPLP pretende estar permanentemente alinhada com a Visão Estratégica da CPLP e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Prevê-se, portanto, que as autoridades dos EM, os gestores e os dirigentes invistam de forma permanente e contínua nas áreas setoriais de maior impacto para a agenda comunitária e que, ao mesmo tempo, convirjam com as prioridades nacionais dos EM.

A figura abaixo representa esquematicamente a estrutura institucional da Cooperação da CPLP, dispondo os órgãos e as orientações oriundas de cada instrumento.

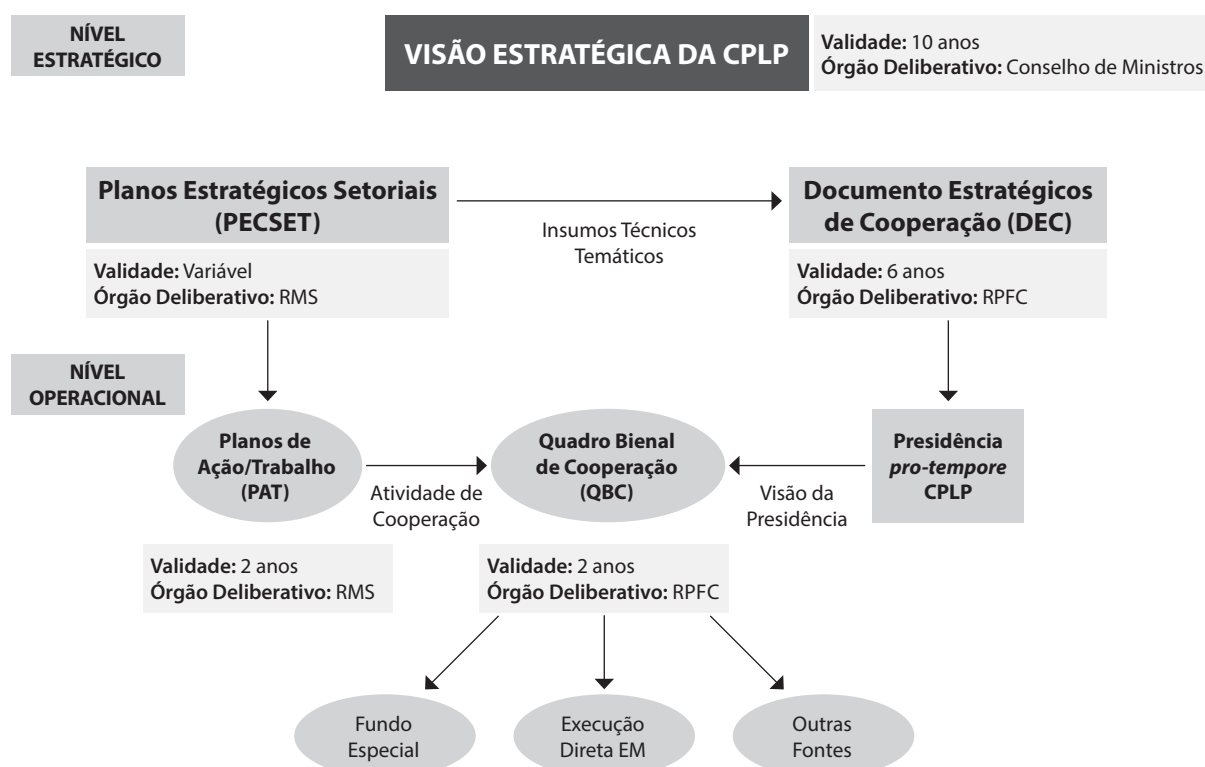


Figura 2: Estrutura Institucional da Cooperação da CPLP

Conforme se constata, a Estratégia da Cooperação da CPLP é orientada pelos seguintes documentos estratégicos, que serão abordados nos subcapítulos seguintes:

- **Visão Estratégica da CPLP**, com vigência de 10 anos.
- **Documento Estratégico de Cooperação**, com vigência de 6 anos, que indica as orientações políticas e as prioridades setoriais de intervenção.
- **Planos Estratégicos de Cooperação Setorial** e respetivos **Planos de Ação/Trabalho**, com vigência variável.
- **Programa da Presidência da CPLP**, que vigora durante o período de 2 anos de exercício da Presidência da CPLP.

## 5.1. VISÃO ESTRATÉGICA DA CPLP

A Visão Estratégica da CPLP orienta a atividade da Organização como um todo, no sentido de a tornar mais integrada, estruturada e coerente por um período de 10 anos.

O seu texto apresenta a orientação política a médio prazo a ser desenvolvida pela CPLP relativa aos objetivos estatutários e pilares da Organização: i) Concertação Político-diplomática; ii) Cooperação; e iii) Promoção e Difusão da Língua Portuguesa.

## 5.2. DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO

O Documento Estratégico de Cooperação (DEC) é o instrumento orientador de médio prazo da Cooperação da CPLP que identifica prioridades setoriais para a materialização da Visão Estratégica da CPLP, alinhando-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e definindo rumos e metas específicas para a cooperação (Anexo 3).

O DEC contribui para assegurar uma maior coerência ao pilar de cooperação da CPLP com o propósito de:

- Definir atividades coerentes e alinhadas com as prioridades de atuação definidas e otimizando os recursos existentes;
- Incrementar um maior grau de eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas, na lógica da obtenção de resultados, e
- Promover uma harmonização global de toda a cooperação da e na CPLP, articulando os diferentes tipos de atores, melhorando a comunicação, imagem, monitorização e consequente avaliação de resultados.

O DEC segue os seguintes objetivos:

- **Programáticos**, procurando gerar resultados concretos alinhados com os setores prioritários de intervenção;
- **Reforço orgânico**, com o propósito de melhorar o diálogo e o alinhamento entre as estruturas protagonistas da cooperação da CPLP;
- **Alargamento da participação de atores**, chamando à cooperação da CPLP outros parceiros relevantes para o alcance dos objetivos programáticos;
- **Diversificação de Parcerias e identificação de fontes de financiamento adicionais**, promovendo o trabalho conjunto com outros atores e procurando o aumento dos recursos disponíveis para a cooperação da CPLP, e
- **Melhoria da monitorização**, com o intuito de incrementar a eficácia e a eficiência com que são utilizados os recursos colocados ao serviço da cooperação da CPLP.

A priorização temática de áreas de intervenção do DEC é feita com base no alinhamento com os seguintes documentos:

- a. Visão Estratégica da CPLP
- b. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
- c. Planos Estratégicos de Cooperação Setorial aprovados nas respetivas Reuniões Ministeriais
- d. Estratégias nacionais de desenvolvimento dos Estados-Membros da CPLP

O DEC é reformulado a cada seis (6) anos, pela RPFC, com o apoio do SECPLP. Posteriormente é dado a conhecer ao CCP para apreciação e encaminhamento ao CM, para aprovação.

O DEC visa, ainda, a ser o instrumento de continuidade dos objetivos estratégicos para a Cooperação da CPLP entre os ciclos bienais das presidências da Organização.

### 5.3 QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO

O Quadro Bienal de Cooperação (QBC) é o instrumento que contribui para a identificação e priorização das Atividades de Cooperação da CPLP, de acordo com a Estratégia da Cooperação plasmada no DEC. Este documento, além de possibilitar níveis acrescidos de coerência, contribui para a planificação, visibilidade e comunicação da Cooperação da CPLP (Anexo 4).

Como critério obrigatório, o QBC reúne Atividades em execução ou programadas que estejam substanciadas num documento de suporte à implementação que descreva objetivos, resultados e atividades (Documento da Atividade, Termos de Referência, etc).

Além deste critério, as atividades incluídas no QBC deverão cumprir, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- Ter como instância de aprovação um dos órgãos competentes (RPFC, CCP, RMS ou SECPLP);
- Ter o envolvimento institucional da CPLP (no seu financiamento, na sua preparação ou na sua implementação);
- Ser uma atividade proposta pela Presidência *pro-tempore* da CPLP;
- Ser implementada por uma das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos<sup>4</sup> da CPLP, desde que seja um contributo para o PECSET correspondente.

Estas Atividades encontram-se divididas em três categorias diferentes:

- **Atividades de áreas alinhadas com o DEC**, ou seja, atividades em execução ou propostas por setores que o DEC em vigor identifica como prioritários;
- **Atividades de áreas não alinhadas com o DEC**, ou seja, atividades em execução ou propostas por setores que o DEC em vigor não identifique como prioritários; e
- **Outras Atividades**, onde se incluem atividades de cooperação sem um alinhamento setorial específico, ou atividades político-diplomáticas e de promoção e difusão da língua portuguesa.

O QBC é revisto na primeira RPFC do ano e é reformulado de forma bienal, facilitando:

- A monitorização e a avaliação das ações desenvolvidas;
- O adequado planeamento do ciclo seguinte de programação com base no conhecimento sistemático do fluxo dos recursos entre as Atividades dos setores prioritários de intervenção; e
- A programação e alocação dos recursos do Fundo Especial da CPLP.

<sup>4</sup> As atividades das Comissões Temáticas são desenhadas, promovidas e implementadas pelos membros da respetiva Comissão Temática, não sendo, por isso, objeto de decisão de um órgão da CPLP.

## 5.4. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL

Os PECSET são elaborados no contexto das RMS e definem a estratégia setorial da CPLP para aquele setor específico.

A operacionalização dos PECSET é orientada a cada ciclo de presidência pelo PAT, elaborado ou monitorizado por cada RMS.

O SECPLP, órgão guardião do acervo geral e histórico das decisões do CM e das RMS, pode apoiar na identificação dos pressupostos que orientem a definição dos PECSET e dos PAT, bem como colaborar tecnicamente na sua elaboração. Poderá ainda apoiar a monitorização das atividades neles previstas, sempre que solicitado.

### ***Princípios para a elaboração de um PECSET***

No âmbito da elaboração de um PECSET, recomenda-se ter em conta os seguintes elementos:

- Reconhecimento das potencialidades distintivas da CPLP nesse sector específico e/ou de Planos Estratégicos de Cooperação prévios e relatórios de execução existentes;
- Alinhamento com as agendas bienais das Presidências rotativas da CPLP;
- Alinhamento com a Visão Estratégica da CPLP;
- Alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- Complementaridade com outras áreas setoriais acompanhadas pela CPLP;
- Definição de objetivo geral, objetivos específicos e resultados esperados, estratégia de implementação do PECSET, estratégia de financiamento e mecanismos de monitorização e avaliação, num dado período de vigência (entre 3 a 6 anos), assim como a definição de metas realistas e alcançáveis, tendo em conta a longevidade do PECSET;
- Alinhamento com os princípios internacionais de promoção da igualdade de género e respeito pelos direitos humanos;
- Criação de capacidades e transferência de conhecimento, nomeadamente em matérias de compromisso internacional;
- Parceria com Organizações Internacionais, incluindo as agências especializadas das Nações Unidas, quando considerado pertinente;
- Parceria com Observadores Consultivos, Redes da Sociedade Civil e Universidades, ou demais atores e parceiros da Cooperação da CPLP, quando considerado pertinente.

### ***Diretrizes para a elaboração de um PAT***

Ao elaborar-se um PAT, deverá ser garantido:

- Alinhamento estratégico e operacional claro com o PECSET em vigor;
- Definição de atividades realistas e alcançáveis, prevendo a implementação no prazo de 2 anos, considerando, quando pertinente, o tema e agenda da Presidência em exercício;
- Identificação de orçamento previsto, de entidade coordenadora/ responsável e de produtos/ resultados esperados para cada atividade.

## 5.5. PROGRAMA DA PRESIDÊNCIA DA CPLP

A cada dois anos, a CCEG elege, de entre os seus Membros, um EM presidente. Cabe à presidência da CPLP, no âmbito das suas competências, desenvolver iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização.



Segundo esta prerrogativa estatutária, o EM que assume a presidência deve apresentar um programa que defina as linhas estratégicas e atividades específicas que pretende desenvolver durante o seu mandato, sendo estas também orientadoras da Estratégia da Cooperação da CPLP para o período daquela presidência.



O Fundo Especial da CPLP (FE) é o instrumento primordial ao financiamento das Atividades da CPLP e é regido pelo Regimento do Fundo Especial (RFE), disponível como Anexo 5.

Em conformidade com os Estatutos da CPLP, o FE tem como finalidade o financiamento de Atividades que promovam os objetivos gerais da CPLP e que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos EM. Assim sendo, o Fundo Especial pode financiar atividades que se enquadrem nos 3 objetivos gerais da organização:

- Concertação político-diplomática;
- Cooperação em todos os domínios; e a
- Promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Cabe ao/à Secretário/a Executivo/a da CPLP a responsabilidade pela sua gestão e administração, nos termos do RFE.

#### ***Contribuições para o FE e tipologia de recursos***

O FE é constituído por contribuições voluntárias, de carácter público (EM ou Estados terceiros) ou privado<sup>5</sup>. Os recursos que resultem das contribuições feitas para o FE podem ser Recursos Consignados ou Recursos Livres.

Os recursos são considerados como “Consignados” se, em momento prévio à sua entrada na conta bancária do FE, a entidade contribuinte manifestar, em comunicação oficial ao SECPLP, a sua decisão de aplicação dos mesmos a uma Atividade específica identificada ou a um Plano Estratégico de Cooperação Setorial aprovado.

Acresce, no caso de a entidade ser uma entidade pública de um EM ou Estado terceiro, a possibilidade de, em momento prévio à entrada dos recursos na conta bancária do FE, manifestar intenção de reservar a prerrogativa de consignação futura sobre os recursos.

De notar que, de acordo com o RFE, existe um limite máximo à consignação que pode ser efetuada, correspondente a 90% para contribuições até €250.000 e 95% para contribuições iguais ou superiores a esse valor<sup>6</sup>. O valor remanescente será tido como Recurso Livre e poderá ser afeto a qualquer Atividade que venha a ser aprovada pelos órgãos competentes para o efeito.

Os recursos são considerados como “Livres” caso não haja manifestação sobre consignação por parte da entidade contribuinte no momento da entrada dos recursos, ou caso a entidade contribuinte manifeste especificamente essa vontade.

A mobilização de contribuições voluntárias para as atividades de cooperação da CPLP permanece um desafio que requer o esforço concertado dos órgãos da CPLP, nomeadamente das RMS e a RPFC.

<sup>5</sup> Consideram-se contribuições públicas os montantes transferidos por entidades públicas de EM ou de Estados terceiros, enquanto as contribuições privadas resultam de transferências de organismos internacionais, entidades do setor privado ou da sociedade civil em geral.

<sup>6</sup> Este facto deverá sempre ser tido em conta pelas entidades contribuintes, nomeadamente se pretendem fazer uma contribuição para uma Atividade específica, com um Orçamento já aprovado.

### ***Outras Fontes de Financiamento***

A mobilização de outras fontes de financiamento para a cooperação da CPLP é um objetivo da RPFC e do SECPLP, segundo os princípios da Agenda de Ação de Adis Abeba, que indica que a procura destes recursos deverá ser feita através do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas e com outros parceiros de desenvolvimento.

No âmbito da Cooperação da CPLP, distinguem-se as seguintes Atividades:

- **AÇÃO PONTUAL:** designa as ações de curta duração, destinadas à produção de um resultado único<sup>7</sup>.
- **PROJETO:** consiste num conjunto de ações articuladas entre si, com um prazo definido, tipicamente com um prazo de execução de até 24 meses, que visam produzir um determinado conjunto de resultados e alcançar um ou mais objetivos. Um projeto deve enquadrar-se num setor de intervenção específico e destinar-se ao fortalecimento das capacidades dos seus beneficiários diretos no curto/médio prazo, com potencial de gerar efeitos duradouros de longo prazo.
- **PROGRAMA:** respeita a um grupo de projetos articulados entre si, que concorrem para um mesmo objetivo, habitualmente com prazo de execução mais alargado, visando alcançar resultados e objetivos mais abrangentes que os projetos, incentivando alterações estruturais geradoras de resultados mais sustentados.

No caso específico da CPLP, importa ainda acrescentar que as Atividades têm duas tipologias:

- **ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO:** Atividades que visam a potenciar o desenvolvimento humano, socioeconómico e ambiental dos EM e que resultam do diálogo entre as orientações estratégicas da Comunidade para um determinado setor e as disponibilidades financeiras, técnicas e outras tipologias identificadas ou a identificar pelos atores de cooperação.
- **ATIVIDADES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS E DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA:** Atividades que visam potenciar a concertação entre os EM da CPLP ou destes com Estados Terceiros.

Caso uma Entidade Executora pretenda apresentar uma Proposta de Atividade a financiamento pelo FE da CPLP, deverá seguir o processo de tramitação previsto no RFE, que será apresentado nos subcapítulos seguintes.

## 7.1. APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES A FINANCIAMENTO PELO FUNDO ESPECIAL

### 7.1.1. ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ATIVIDADE

As Propostas de Atividade devem ser elaboradas pela Entidade responsável pela sua execução técnica e financeira, doravante denominada como Entidade Executora (EE).

Qualquer uma das entidades elencadas no capítulo 4 poderá constituir-se como EE de uma Atividade da CPLP. No entanto, faz-se notar que, de acordo com RFE, será privilegiado o financiamento das Atividades propostas pelas entidades públicas e as entidades privadas sem fins lucrativos.

<sup>7</sup> São exemplos destas Atividades: seminários, conferências, ações de formação, etc.

### ***Crítérios que devem ser tidos em conta para a elaboração de uma Proposta de Atividade***

Para que possam ser elegíveis para financiamento do Fundo Especial, as Propostas de Atividade devem cumprir, cumulativamente, com os seguintes critérios de elegibilidade do RFE:

- Ser enquadráveis nas finalidades do Fundo Especial, conforme indicado no capítulo 7;
- Estar consubstanciadas num Documento de Atividade, devidamente preenchido e que inclua cronograma de execução e orçamento;
- Demonstrar a manifestação de interesse e mobilização de contrapartidas financeiras e/ou em espécie por parte dos parceiros de implementação;
- Envolver instituições de pelo menos três Estados-Membros; ou de dois Estados-Membros e de um Estado Terceiro.

Importa ainda reforçar a informação anteriormente expressa de que o cofinanciamento garantido pelo Fundo Especial está limitado a 90% do total do orçamento, no caso de Atividades cuja EE seja uma entidade pública de um EM, e a 80%, nos demais casos. Os restantes recursos deverão ser disponibilizados pela EE ou parceiros de implementação, em formato de contrapartidas financeiras e/ou em espécie e deverão ser inscritas no orçamento global da Atividade.

As Propostas de Atividades de Cooperação deverão ainda estar alinhadas com a Estratégia de Cooperação da CPLP, conforme exposto nos capítulos 5 e 6, que, por sua vez, se baseiam em instrumentos de cariz político-estratégicos em vigor, como a agenda internacional de desenvolvimento (p.e. a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável), a Visão Estratégica da CPLP e o DEC.

Além disso, o conteúdo e as metodologias das Propostas de Atividades de Cooperação deverão alinhar-se com a agenda política do setor em que se inserem. Assim, devem contribuir de forma clara para os Eixos Estratégicos do PECSET, aprovado pela respetiva Reunião Ministerial, ou para a implementação do respetivo PAT.

#### **7.1.2. ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS DE ATIVIDADE AO SECPLP**

As Propostas de Atividades que pretendam obter financiamento pelo FE da CPLP devem ser remetidas ao SECPLP, de acordo com os normativos internos de cada EM, diretamente pela EE ou por via diplomática. Mediante receção da Proposta, cabe ao SECPLP, acompanhar a sua instrução e tramitação, sendo a sua aprovação técnica e financeira feita pelos órgãos competentes para o efeito (ver subcapítulo seguinte).

Cabe à EE indicar a tipologia da Atividade que está a ser remetida ao SECPLP (conforme descritivo prévio), sem prejuízo da confirmação pelo SECPLP.

#### **7.2. ANÁLISE E TRAMITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ATIVIDADE**

As Propostas de Atividade submetidas a aprovação de financiamento da CPLP, uma vez encaminhadas ao SECPLP, serão analisadas pela Direção responsável pelo sector em que a Proposta se insira. A análise das Atividades é feita com base em instrumento interno do SECPLP, denominado Matriz de Análise de Atividades.

Para as Propostas de Atividade de Cooperação com um enquadramento sectorial específico, o SECPLP remeterá a Proposta para o Secretariado Técnico dessa RMS, para obter o seu Parecer Técnico. Na

ausência desse enquadramento, o SECPLP encaminhará a Proposta e a Matriz de Análise diretamente para os PFC.

Os Pareceres Técnicos baseiam-se numa análise da coerência e viabilidade da proposta e servirão para informar os PFC sobre a pertinência da Atividade para o setor e o seu alinhamento com o PECSET ou PAT aprovado (ou documento equivalente), em consonância com o DEC. Este parecer técnico deverá ser recebido no prazo de 15 dias após sua solicitação, configurando-se a ausência desse envio como uma concordância tácita com o mesmo.

Posteriormente, o SECPLP encaminha as Propostas para os PFC, juntamente com a Matriz de análise de atividades e o Parecer Técnico da RMS (caso se aplique). Reunindo todos esses elementos, os PFC analisam as Propostas e deliberam em sede da RPFC.

No caso das Propostas de Atividade Político-diplomáticas e de promoção e difusão da Língua Portuguesa submetidas a financiamento pelo FE:

- O SECPLP efetua uma análise dos critérios de elegibilidade e encaminha para o CCP para análise;
- O CCP delibera sobre a sua aprovação, podendo solicitar ao SECPLP o preenchimento completo da Matriz de Análise de Atividades previamente a essa deliberação.

### ***Apreciação de Propostas de Atividade***

A apreciação técnica e financeira de Propostas de Atividade de Cooperação é competência da RPFC e, regra geral, é feita no âmbito das suas Reuniões ordinárias.

Para serem consideradas por uma determinada RPFC, as Propostas de Atividade devem ser remetidas ao SECPLP até 15 de dezembro do ano anterior à primeira reunião anual de PFC e até 15 de maio para a segunda. Serão ainda consideradas as Propostas recebidas até 60 dias antes da reunião, caso de a RPFC decorrer fora dos períodos previstos no respetivo Regimento. Por sua vez, o SECPLP deverá encaminhar a Proposta, juntamente com a Matriz de análise e o Parecer Técnico da RMS, até 30 dias antes da RPFC<sup>8</sup>.

Excecionalmente, e apenas no caso da Proposta de Atividade ser uma Ação Pontual cuja implementação seja inviabilizada por uma decisão em tempo útil em sede de RPFC, a deliberação sobre a sua aprovação poderá ser feita por via eletrónica, nos termos do nº3, do art.8º do Regimento da RPFC.

Mediante uma determinada Proposta, a RPFC delibera pela sua:

- Aprovação técnica e financeira;
- Aprovação condicionada a revisão técnica e/ou à obtenção de financiamento, conforme decisão específica da RPFC;
- Reprovação por critérios técnicos e/ou financeiros e/ou por se considerar que não se enquadra nos objetivos da CPLP ou não ser tida como prioritária.

Cabe ao CCP deliberar quanto à validação da Grelha de Deliberações da RPFC, bem como quanto à aprovação técnica e financeira das Propostas de Atividades Político-diplomáticas e de promoção da Língua Portuguesa.

Por sua vez, o Secretário Executivo pode aprovar técnica e financeiramente Proposta de Ações Pon-

---

<sup>8</sup> Informação mais detalhada no RFE.

tuais de valor inferior a €12.000 (doze mil Euros), desde que o montante aprovado não ultrapasse o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de Recursos Livres apurados no final do exercício anterior.

### **7.3. FORMALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES**

As Atividades aprovadas serão objeto de Protocolo, a assinar pelo Secretário Executivo em nome do FE, e pelo representante legal da EE, em conformidade com o modelo anexo ao RFE.

O Documento de Atividade aprovado que inclui o respetivo cronograma de execução de atividades e orçamento, deve ser anexo e faz parte integrante do Protocolo a ser assinado pelas Partes.

Entre outros temas, o Protocolo inclui disposições relativas a prestações de contas e desembolsos, prevendo as condições em que se efetuam e permitindo uma adequação da cadência e do seu montante ao cronograma de execução.

Caso a execução financeira da Atividade seja da responsabilidade do SECPLP e a execução técnica de uma EE (externa), deverá haver também a celebração de um Protocolo relativo à execução técnica, sendo a execução financeira feita segundo os procedimentos previstos no Guia de Procedimentos Financeiros do SECPLP (GPF).

#### ***Relatórios e prestação de contas***

As Entidades Executoras deverão apresentar os Relatórios Técnicos e/ou Financeiros na cadência estipulada pelo Protocolo e de acordo com as regras e as minutas identificadas no mesmo.

O Relatório Final da Atividade deve reportar todas as ações implementadas no âmbito dessa Atividade e incluir a prestação de contas de todo o período de implementação, devidamente certificadas pela Entidade Executora.

Os Relatórios (intercalares e/ou final) apenas são considerados aprovados, para efeitos de novas transferências ou conclusão do projeto, após análise e validação por parte do SECPLP.



As atividades financiadas com recursos do FE devem obedecer ao cumprimento das regras de visibilidade da CPLP, seguindo orientações do “Guia de Visibilidade para Atividades com o Apoio Institucional da CPLP” (Anexo 6). Este processo é fundamental para promover a imagem da Organização perante os cidadãos dos EM e parceiros internacionais.

Para o efeito, as EE devem identificar de forma clara e inequívoca a inserção e utilização da marca CPLP em todas as ferramentas de comunicação relacionadas com a Atividade, bem como nos principais produtos que dela resultarem.

O cumprimento das regras de visibilidade da CPLP é de carácter obrigatório para as EE de Atividades financiadas pelo FE (previsão expressa em Protocolo) e é recomendado para as Atividades financiadas de forma autónoma que venham a ser incluídas no QBC.



Os PFC são responsáveis pelo acompanhamento e monitorização da execução das atividades em curso no seu país, como um todo, devendo reportar periodicamente à RPFC sobre o seu grau de implementação.

Por seu lado, os PFS são responsáveis pelo acompanhamento e implementação das atividades dos PECSET e PAT das suas respetivas áreas técnicas, devendo reportar regularmente ao PFC e à respetiva RMS.

O SECPLP é responsável pela monitorização de Atividades de Cooperação que integrem os QBC e que sejam financiadas pelo Fundo Especial. A monitorização de atividades deverá ser desenvolvida em articulação com a RPFC e/ou com o CCP.

Neste sentido, o SECPLP deverá promover a monitorização das Atividades, envolvendo a EE, o PFC e o PFS, com o objetivo de apurar:

- a. A medida de cumprimento dos objetivos propostos e de obtenção dos resultados previstos;
- b. A eficiência e a eficácia da execução técnica e financeira; e
- c. A sustentabilidade e a visibilidade da Atividade.

No seguimento da ação de monitorização realizada pelo SECPLP, deverá ser preenchida uma Ficha de Monitorização que deverá ser remetida aos PFC e, quando aplicável, aos PFS.

Todos os anos, a RPFC decide qual(is) o(s) país(es) e Atividades que serão visitados para efeitos de monitorização e o SECPLP deverá cumprir essas missões, utilizando os recursos específicos para a monitorização no FE.

### **Avaliação**

A avaliação das atividades de cooperação é recomendada em todas as Atividades financiadas pelo Fundo Especial, com o objetivo de aferir se resultados foram alcançados de forma sustentável, de retirar lições aprendidas recomendações e melhores práticas para a definição de ações futuras. Contribuirá, ainda, para a avaliação da cooperação da CPLP e para a consequente melhoria do seu desempenho e impacto no desenvolvimento sustentável dos EM.

### **Auditoria**

O processo de Auditoria às contas do FE encontra-se previsto no RFE. Resumidamente prevêem-se dois tipos de Auditoria:

- Auditoria externa, realizada anualmente;
- Auditoria interna, realizada pelo Auditor Interno do SECPLP, com o objetivo de acompanhar, de forma permanente, o trabalho do SECPLP.



### 10.1. COMUNICAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

No sentido de alcançar uma melhor coordenação com os diversos atores nacionais (governamentais, da sociedade civil ou representantes de organizações ou agências internacionais, entre outros) é encorajada a constituição ou reforço dos Gabinetes de Coordenação Nacional CPLP, sediados nos MNE/MRE<sup>9</sup>.

A articulação entre os PFC e os PFS deve acontecer de forma permanente e regular. O formato desta articulação deve ser definido por cada EM. Pode passar pela realização de encontros individuais com cada responsável de setor ou por encontros alargados, que reúnam o PFC e os PFS, visando uma coordenação transversal entre áreas setoriais.

Destacam-se três momentos favoráveis à realização destes encontros:

- As CCEG são ocasiões propícias para a realização de uma reunião alargada no país que passa, a partir desse momento, a deter a Presidência da CPLP. Dessa reunião devem participar os PFC de todos os EM, os PFS do país e, quando pertinente e possível, o SECPLP. A reunião tem por objetivo planificar o exercício da Presidência, atualizando, quando necessário, os conhecimentos sobre a estrutura de governação e gestão da cooperação da CPLP, bem como aspetos operacionais e de cronograma relacionados com a organização das reuniões ministeriais;
- A preparação das RMS são ocasiões de concertação do posicionamento do EM e partilha de informação entre o PFS, o PFC e o SECPLP, se considerado pertinente.
- A preparação das RPFC são ocasiões regulares de concertação entre os PFC que dela participam e os respetivos PFS, para partilha de progressos e obstáculos à implementação dos PECSET e PAT, bem como para a atualização dos contatos dos PFS.

### 10.2. COMUNICAÇÃO COM O SECPLP

No que concerne à comunicação formal entre os EM e o SECPLP deverão ser utilizados os canais diplomáticos dos EM.

Sem prejuízo da utilização desses canais sempre que apropriado ou exigível, é privilegiada a comunicação por via eletrónica. Assim, nas situações mencionadas ao longo do presente Manual e salvo previsão expressa em contrário, a forma de comunicação e de envio de documentação será a via eletrónica, a qual deve incluir os endereços eletrónicos das Representações e Missões dos EM junto da CPLP, bem como dos Pontos Focais de Cooperação, numa lógica de transparência, articulação e apoio à coordenação do trabalho realizado.

Para esse efeito os EM devem manter atualizadas os dados de contato dos seus representantes e delegados nas diversas reuniões utilizando os formulários que serão indicados para esse efeito.

<sup>9</sup> Conforme "Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP" (XXII Reunião de Conselho de Ministros, em Brasília, a 20 de julho de 2017 – Anexo 7).

A correta utilização dos formulários acima referidos assume particular importância não apenas para verificação da qualidade do destinatário, mas também do cumprimento de exigências sobre proteção de dados pessoais.

A comunicação entre o SECPLP e as Entidades Executoras será feita por via eletrónica em todas situações mencionadas ao longo do presente Manual, incluindo o envio de relatórios, prestações de contas, entre outras. Para manutenção de uma comunicação eficaz e para salvaguardar as exigências sobre proteção de dados pessoais, os representantes e interlocutores designados pela EE deverão preencher também os formulários existentes para esse efeito.

## ANEXOS

<b>ANEXO 1</b> .....	40
Regimento Interno da RPFC	
<b>ANEXO 2</b> .....	48
Quadro Orientador para a elaboração dos regimentos internos das Reuniões Ministeriais	
<b>ANEXO 3</b> .....	53
Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2020-2026	
<b>ANEXO 4</b> .....	64
Quadro Bienal de Cooperação da CPLP 2020-2022	
<b>ANEXO 5</b> .....	116
Regimento do Fundo Especial	
<b>ANEXO 6</b> .....	157
Guia de Visibilidade para Atividades com o Apoio Institucional da CPLP	
<b>ANEXO 7</b> .....	171
Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (XXII Reunião de Conselho de Ministros, em Brasília, a 20 de julho de 2017)	

## **Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

### Preâmbulo

*Reconhecendo* a importância da cooperação como pilar essencial e estratégico da política externa dos Estados-Membros e da CPLP na prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

*Realçando* que um dos objetivos estatutários da CPLP é a cooperação em todos os domínios, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros, a consolidação da Comunidade e a sua projeção enquanto Organização Internacional;

*Considerando* as recomendações dos órgãos superiores da CPLP à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) para o desenvolvimento de esforços de coordenação, sistematização e especialização das políticas de cooperação, para uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário;

*Considerando, ainda,* que a RPFC é reconhecida como órgão da Comunidade nos termos do n.º 3, do art.º 8º dos Estatutos da CPLP e que o art.º 20º refere que a RPFC “*congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP*” e é competente para “*assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade*”;

*Recordando, ainda,* as atribuições específicas da RPFC, tal como plasmadas nas decisões e consensos obtidos pelas VI e VII Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação, realizadas, respetivamente, em fevereiro e julho de 2003;

*Dando cumprimento* à “Resolução sobre o Reforço da Capacidade de Atuação dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP”, aprovada pela XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Brasília, em julho de 2017, que mandata a RPFC “*a dar*



*continuidade ao trabalho de coordenação de esforços para uma maior eficácia das ações de cooperação desenvolvidas no espaço comunitário”, nomeadamente por via da aprovação de um Regimento Interno que regule o seu funcionamento;*

A XLI RPFC aprova, nos termos do art.º 24º dos Estatutos da CPLP o presente Regimento Interno, que a partir de hoje produz todos os seus efeitos.

## **CAPÍTULO I**

### **Da Reunião**

#### **Artigo 1º**

##### **(Constituição)**

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a seguir designada por “RPFC”, é o órgão da CPLP que congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP, conforme previsto no nº 1 do art.º 20º dos Estatutos da CPLP.
2. Os Estados-Membros informarão o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) e a Presidência, por nota diplomática, sobre qualquer alteração na instituição ou unidade orgânica nacional que assegura as responsabilidades de Ponto Focal de Cooperação junto da CPLP, bem como da alteração dos respetivos titulares ou representantes.

#### **Artigo 2º**

##### **(Periodicidade e Local)**

1. A RPFC realiza-se ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados-Membros:
  - a. A primeira reunião anual realiza-se, preferencialmente, na primeira quinzena do mês de fevereiro, na sede da CPLP;
  - b. A segunda reunião realiza-se em antecipação da Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP e no mesmo local.

### **Artigo 3º**

#### **(Objetivo)**

A RPFC tem por objetivo coordenar a cooperação no âmbito da CPLP e assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento na Comunidade, conforme previsto no nº3 do art.º 20º dos Estatutos da CPLP.

### **Artigo 4º**

#### **(Atribuições)**

Competem à RPFC as seguintes atribuições:

- a. Discutir temáticas relevantes para a Cooperação na CPLP e procurar concertação sobre as mesmas para a tomada de posições conjuntas da CPLP noutros *fora* internacionais;
- b. Apoiar a elaboração de documentos orientadores da cooperação da CPLP, recomendando-os quando pertinente, ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), às Reuniões Ministeriais Setoriais, ao Comité de Concertação Permanente e, por meio deste, ao Conselho de Ministros da CPLP;
- c. Apoiar a identificação de atividades de cooperação que implementem as políticas e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da CPLP, conforme prioridades definidas pelo Documento Estratégico da Cooperação (DEC);
- d. Acompanhar e monitorizar a execução dos Planos Estratégicos de Cooperação aprovados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, em articulação com os respetivos Pontos Focais Setoriais e com os Secretariados Técnicos Permanentes ou estruturas equivalentes;
- e. Promover a coordenação e diálogo entre os diferentes atores e parceiros de cooperação da CPLP;
- f. Analisar e deliberar sobre as propostas de Atividades, inclusive sobre a sua integração no Quadro Bienal de Cooperação (QBC);
- g. Apoiar a identificação de fontes de financiamento para as atividades de cooperação, em complemento aos esforços desenvolvidos pelo Secretariado Executivo da CPLP e pelas Reuniões Ministeriais Setoriais;
- h. Acompanhar e monitorizar a execução técnica e financeira das Atividades aprovadas em sede de RPFC e avaliar os seus resultados;
- i. Propor atualizações periódicas dos documentos programáticos e normativos da CPLP pertinentes à cooperação;

- j. Promover a visibilidade e a divulgação dos resultados das Atividades da cooperação realizadas pela CPLP.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Funcionamento**

#### **Artigo 5º**

##### **(Coordenação da Reunião)**

A RPFC é coordenada pelo representante do Estado-Membro que detém a Presidência da CPLP, conforme previsão do nº2 do art.º 20º dos Estatutos da CPLP.

#### **Artigo 6º**

##### **(Organização da Reunião)**

1. Em concertação com a Presidência, o SECPLP convoca a RPFC e circula aos Estados-Membros a proposta de agenda, para recolha de contributos e comentários, com antecedência de 45 dias da data prevista para a sua realização.
2. As reuniões realizadas na Sede da CPLP são organizadas pelo SECPLP e as reuniões realizadas nos Estados-Membros são organizadas pela instituição ou unidade orgânica nacional que assegura as responsabilidades de Ponto Focal de Cooperação junto da CPLP, com o apoio do SECPLP, conforme art.º 7º do presente Regimento.
3. São pontos fixos da agenda:
  - a. O seguimento das deliberações da RPFC anterior;
  - b. A análise da execução financeira das Atividades suportadas pelo Fundo Especial, por via de documento específico, preparado pelo SECPLP;
  - c. O acompanhamento da execução técnica das Atividades financiadas pelo Fundo Especial que integrem o QBC;
  - d. A análise de propostas de Atividades que tenham sido objeto de parecer do SECPLP, nos termos previstos no Manual de Cooperação e no Regimento do Fundo Especial;
  - e. A análise do Quadro Bienal de Cooperação e deliberação sobre a integração de novas Atividades;
  - f. A aprovação de Grelha de Deliberações da RPFC;
  - g. O agendamento da RPFC subsequente.

4. Todos os documentos de apoio à agenda são produzidos e circulados em forma eletrónica, sendo a RPFC “livre de papel”.
5. Nos casos das Reuniões Extraordinárias, os prazos previstos nos nºs 1 e 2 do presente artigo serão reduzidos para 20 dias e não operará a previsão do n.º 3 do presente artigo.

#### **Artigo 7º**

##### **(Secretariado da Reunião)**

1. O SECPLP participa na RPFC no quadro das competências previstas na alínea c) do art.º 17º e da al. f) do art.º 18º dos Estatutos da CPLP, bem como no conjunto das obrigações previstas no Regimento do Fundo Especial da CPLP. No âmbito das competências referidas no número anterior, o SECPLP encarregar-se-á de:
  - a. Remeter aos Pontos Focais de Cooperação toda a documentação necessária para a RPFC, incluindo cópias eletrónicas das propostas de Atividades e respetiva matriz de análise de atividades, até 30 dias antes da realização da RPFC. No caso das Reuniões Extraordinárias, este prazo será reduzido para 15 dias;
  - b. Organizar as reuniões, em articulação com a Presidência;
  - c. Registrar as conclusões e recomendações consensualizadas, em Relatório e Grelha de Deliberações, conforme previsto no art.º 8º;
  - d. Submeter a Grelha de Deliberações aprovada na RPFC ao Comité de Concertação Permanente (CCP).

#### **Artigo 8º**

##### **(Aprovação de Atividades)**

1. As propostas de Atividades que solicitem recursos do Fundo Especial são discutidas e avaliadas nas RPFC, tendo em consideração os respetivos pareceres técnicos e em conformidade com os critérios constantes do Manual de Cooperação e do Regimento do Fundo Especial.
2. A RPFC, ao pronunciar-se sobre as propostas de Atividade submetidas à sua consideração, poderá decidir por uma das seguintes soluções:
  - a. Aprovação técnica e financeira;
  - b. Aprovação condicionada, sujeita a revisão técnica e/ou à obtenção de financiamento, conforme decisão específica da RPFC;

- c. Reprovação: por critérios técnicos e/ou financeiros; por não se enquadrar nos objetivos da CPLP; ou por não ser tida como prioritária.
3. Nos casos em que a proposta de Atividade seja uma Ação Pontual cujo cronograma de implementação inviabilize decisão em tempo útil, face ao calendário da RPFC, a deliberação poderá ser adotada, excecionalmente, por via eletrónica, salvo oposição expressa de pelo menos um EM, num prazo de 15 dias, a contar do envio da proposta pelo SECPLP.

### **Artigo 9º**

#### **(Integração de atividades no Quadro Bienal de Cooperação)**

A RPFC decide sobre a integração de Atividades aprovadas por si ou por outros órgãos no QBC, tendo em consideração os pareceres técnicos dos órgãos competentes e em conformidade com os critérios constantes do Manual de Cooperação da CPLP.

### **Artigo 10º**

#### **(Relatório e Grelha de Deliberações)**

1. Na organização das Reuniões de Pontos de Pontos Focais de Cooperação o SECPLP é responsável por registar as deliberações e recomendações desta.
2. No final de cada RPFC é apresentada uma proposta de Grelha de Deliberações, resumindo as conclusões e deliberações da RPFC, a ser aprovada na mesma reunião, e posteriormente encaminhada para endosso e autorização subsequente de despesa pelo CCP.
3. Os Relatórios da RPFC são aprovados por procedimento de consulta eletrónica, nos termos previstos no Manual de Cooperação, de acordo com a seguinte metodologia:
  - a. O Secretariado Executivo remete eletronicamente proposta de Relatório aos PFC, nos 25 dias subsequentes à realização da RPFC;
  - b. Os PFC dispõem de 7 dias para apresentação de comentários ou sugestões;
  - c. Eventuais comentários são incorporados e versão revista remetida a todos os PFC nos 5 dias úteis seguintes;
  - d. Na ausência de comentários ou sugestões de alteração até ao 8º dia subsequente à circulação eletrónica do Relatório, este é considerado aprovado por procedimento de silêncio;
  - e. O Relatório aprovado é circulado aos PFC, e por Nota Verbal do Secretariado, às representações dos Estados-Membros junto da CPLP.

### **Artigo 11º**

#### **(Monitorização e Avaliação de atividades)**

1. A RPFC faz a monitorização das Atividades que integrem o QBC, por meio de análise da execução financeira e técnica dessas Atividades.
2. Além da Monitorização acima referida, poderão ser realizadas visitas de campo, para acompanhamento *in situ* das atividades desenvolvidas nos Estados-Membros, agendadas de comum acordo com o Estado-Membro a ser visitado.
3. A RPFC decide, anualmente, qual/quais o(s) Estado(s)Membro(s) a visitar para efeito de monitorização de Atividades, por forma a reportar sobre a sua execução técnica e para avaliação de resultados.
4. A RPFC poderá, mediante solicitação do SECPLP, promover medidas para apoiar no terreno as atividades de monitorização das atividades implementadas ou em curso, em estreita articulação com o ponto focal do país visitado.

### **Artigo 12º**

#### **(Articulação com outros Órgãos da Comunidade)**

1. A estrutura de governação da cooperação na CPLP assenta no trabalho conjunto e em rede entre os órgãos estatutários competentes: Conselho de Ministros, Reuniões Ministeriais Setoriais, Comité de Concertação Permanente, Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e Secretariado Executivo da CPLP.
2. Na prossecução do seu objetivo, a RPFC:
  - a. Procurará reforçar a sua capacidade técnica de acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos Setoriais de Cooperação (PECSET), implementando mecanismos permanentes de diálogo e articulação com os órgãos estatutários competentes;
  - b. Harmonizará a sua agenda e o Documento Estratégico de Cooperação (DEC) com a visão estratégica da CPLP, com os Programas das Presidências e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

### **CAPÍTULO III**

#### **Disposições Finais**

##### **Artigo 13º**

##### **(Interpretação, aplicação e Integração)**

A resolução de dúvidas de interpretação e aplicação do presente Regimento, bem como a solução para casos omissos, cabe à RPFC.

##### **Artigo 14º**

##### **(Revisão)**

1. Este Regimento pode ser alterado pela RPFC, sob proposta de qualquer Estado-Membro.
2. O Estado-Membro interessado na alteração do presente Regimento deve enviar a respetiva proposta, por escrito, ao Secretariado Executivo, que articulará com a Presidência a sua integração na agenda de trabalhos da RPFC, para discussão e eventual decisão.

##### **Artigo 15º**

##### **(Produção de efeitos)**

O presente Regimento produz efeitos a partir da data da sua aprovação pela RPFC.

*Feito em Lisboa, a 5 abril de 2021*

## **XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Cidade da Praia, 20 de Julho de 2009**

### **Resolução sobre a Adopção de um Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido na Cidade da Praia, na XIV Reunião Ordinária, no dia 20 de Julho de 2009:

*Considerando* que, de acordo com o nº 2 do artigo 7º dos Estatutos da CPLP, as Reuniões Ministeriais são Órgãos da CPLP;

*Considerando* as suas competências relativas à coordenação, supervisão do funcionamento e desenvolvimento harmonioso da CPLP, em conformidade com o artigo 12º dos Estatutos da CPLP;

*Salvaguardando* o estipulado no artigo 24º dos Estatutos da CPLP sobre a definição do Regimento Interno dos Órgãos e Instituições da CPLP;

*Recordando*, a Resolução sobre a Coordenação das Reuniões Ministeriais da CPLP, adoptada na X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em Luanda, a 20 de Julho de 2005;

*Tendo em vista* a necessidade de harmonizar os Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais com os Estatutos e práticas da CPLP;

*Tendo em vista, ainda*, melhorar a capacidade de resposta colectiva aos desafios da CPLP, através de uma melhor articulação entre as Reuniões Ministeriais, os Órgãos de Direcção e o Secretariado Executivo da CPLP;

### **DECIDE:**

1. *Recomendar* às Reuniões Ministeriais que ainda não adoptaram o seu Regimento Interno que o façam, em conformidade com o artigo 24º dos Estatutos da CPLP;



2. *Recomendar* às Reuniões Ministeriais que, ao elaborarem o seu próprio Regimento Interno, observem o Quadro Orientador para a elaboração dos regimentos internos das Reuniões Ministeriais, anexo à presente Resolução e dela fazendo parte integrante;
3. *Recomendar* às Reuniões Ministeriais que já adoptaram o seu próprio Regimento Interno que o adequem ao mencionado Quadro Orientador.

Feita na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009

## **Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP**

1. A denominação das Reuniões Ministeriais, enquanto Órgãos da CPLP, nos termos do nº 3 do artigo 8º dos Estatutos da CPLP é “Reunião de Ministros” (acrescentar os diferentes sectores governamentais a que disser respeito, por exemplo: Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, Reunião de Ministros da Educação da CPLP, etc.);
2. As Reuniões de Ministros são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros, nos termos do nº 1 do artigo 21º dos Estatutos da CPLP;
3. Compete às Reuniões de Ministros coordenar, a nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais, nos termos do nº 2 do artigo 21º dos Estatutos da CPLP, cabendo-lhes ainda, especificar as modalidades e (formas) instrumentos para exercerem tal competência;
4. As Reuniões de Ministros desenvolvem os seus trabalhos com um quórum de seis Estados membros, e deliberam por consenso de todos os Estados membros, em conformidade com os artigos 22º e 23º dos Estatutos da CPLP;
5. Poderão participar nas Reuniões de Ministros, como convidados, representantes de sectores governamentais afins de Estados, de organizações internacionais, universais ou regionais, de organismos intergovernamentais e de entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, que beneficiem do Estatuto de Observador Associado da CPLP, bem como representantes de organizações com estatuto de Observador Consultivo da CPLP, desde que nenhum Estado membro tenha solicitado que a Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores, nos termos do artigo 7º dos Estatutos da CPLP;
6. As Reuniões Ministeriais ocorrem com a periodicidade determinada no respectivo regimento, sem prejuízo de terem lugar reuniões extraordinárias, sempre que as circunstâncias o aconselhem;

- 6.1. Embora não decorrendo de imperativo estatutário, sugere-se que a periodicidade das Reuniões de Ministros seja bienal, (no sentido de harmonizar com o ciclo da Conferência de Chefes de Estado e de Governo) sem prejuízo de terem lugar reuniões extraordinárias, sempre que as circunstâncias o aconselhem;
7. Os Ministros dos diferentes sectores governamentais reúnem-se no Estado membro que se oferecer para albergar a Reunião, cabendo a este:
  - a) Convocar a Reunião;
  - b) Assegurar a organização, os meios logísticos e os recursos financeiros requeridos;
  - c) Assegurar a articulação entre os serviços de apoio à Reunião e o Secretariado Executivo da CPLP;
  - d) Promover o depósito, junto do Secretariado Executivo da CPLP, dos documentos aprovados na Reunião, nos termos do nº 3 do Artigo 21º dos Estatutos da CPLP;
8. A Presidência das Reuniões de Ministros é assegurada pelo Ministro do Estado membro que no momento detém a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;
  - 8.1. São competências da Presidência das Reuniões de Ministros:
    - a) Presidir às Reuniões de Ministros e às Reuniões Técnicas;
    - b) Acompanhar a implementação das deliberações das Reuniões de Ministros;
    - c) Assumir a realização das Reuniões de Ministros, sempre que o Estado membro que se havia oferecido para albergar a Reunião declare estar impedido;
    - d) O que mais lhe for incumbido pela Reunião de Ministros;
9. São serviços de apoio à Reunião de Ministros, a Reunião Técnica e o Secretariado Técnico Permanente (adiante STP);
10. A Reunião Técnica é constituída por Pontos Focais para as matérias da CPLP, designados pelos diferentes sectores governamentais de cada Estado membro, competindo-lhe preparar as Reuniões de Ministros e garantir a execução das decisões nelas aprovadas;
11. O STP é constituído pelos seguintes Pontos Focais da Reunião Técnica:

- a) do Estado membro que detém a Presidência da Reunião de Ministros;
- b) do Estado membro que irá previsivelmente assumir a mesma no ciclo subsequente.

12. São competências do STP:

- a) Assegurar o seguimento das decisões, iniciativas e medidas que venham a resultar de deliberações da Reunião de Ministros;
- b) Apoiar na organização e preparação das Reuniões de Ministros e Reuniões Técnicas.

12.1. É ainda competência do STP funcionar em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, no quadro das competências deste de organização e participação nas várias reuniões dos órgãos da CPLP e de acompanhamento da execução das decisões das Reuniões de Ministros, em conformidade com as alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 17º dos Estatutos da CPLP;

13. As acções aprovadas no âmbito das Reuniões de Ministros serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As acções a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial, nos termos do nº 4 do artigo 21º dos Estatutos da CPLP.

Feito na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009.



**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

## **Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2020 - 2026**

**16 de julho de 2019**

# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>2. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DA COOPERAÇÃO DA CPLP 2020-2026.....</b>	<b>56</b>
<b>3. ÁREAS E SETORES DE INTERVENÇÃO DA COOPERAÇÃO DA CPLP 2020-2026 .....</b>	<b>57</b>
<b>4. OPERACIONALIZAÇÃO DO DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO 2020-2026 .....</b>	<b>58</b>
4.1. SETORES PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO DO DEC 2020-2026 .....	59
4.2. OBJETIVOS DO DEC 2020-2026 .....	61
4.2.1. <i>Objetivos Programáticos .....</i>	<i>61</i>
4.2.2. <i>Objetivos de Reforço Orgânico .....</i>	<i>61</i>
4.2.3. <i>Objetivos de Alargamento da Participação.....</i>	<i>62</i>
4.2.4. <i>Objetivos de Diversificação de Parcerias.....</i>	<i>62</i>
4.2.5. <i>Objetivos de Melhoria da Monitorização .....</i>	<i>62</i>

## 1. Introdução

A Nova Visão Estratégica da CPLP para o período de 2016 a 2026, adotada pela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Brasília, novembro de 2016), veio reforçar a convicção de que a Cooperação entre os Estados-Membros (EM) da CPLP e desta com distintos parceiros de desenvolvimento é um pilar estratégico da Organização que permite afirmar a identidade dos EM e reforçar os laços culturais, sociais, económicos e políticos entre estes.

Adicionalmente, a cooperação da CPLP contribui para o desenvolvimento sustentável dos EM, a consolidação política, económica e social da Comunidade e para a sua projeção enquanto Organização Internacional.

Dito isso, reforçar a Cooperação da CPLP e dotá-la de uma visão de conjunto permitirá melhor comunicar os sucessos alcançados e o contributo coletivo dos EM da CPLP para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para os Objetivos por ela definidos.

## 2. Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP 2020-2026

A Cooperação da CPLP assume-se como transversal, uma vez que promove a interligação entre várias áreas e setores e está alinhada com os compromissos expressos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A cooperação da CPLP é organizada de forma integrada, coordenada e harmonizada, com base nos seguintes elementos:

- Prioridades definidas pelos seus EM;
- Iniciativas programadas pelos seus órgãos estatutários decorrentes da sua Visão Estratégica;
- Estratégias aprovadas sectorialmente, e
- Prioridades definidas pelas presidências *pro tempore*.

A principal orientação para a formulação do Documento Estratégico de Cooperação da CPLP (DEC) para o período 2020-2026 resulta da Visão Estratégica da CPLP. É esse documento que orienta o caminho da Comunidade sobre a política de cooperação e identifica a forma de se estabelecerem sinergias e diálogos com diferentes parceiros de desenvolvimento.

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, constitui um marco para a cooperação para o desenvolvimento e, em particular para as organizações intergovernamentais, como a CPLP.

Esse quadro de referência oferece uma oportunidade para que se redinamize o planeamento e se sistematizem intervenções pluridisciplinares em setores que, pela sua transversalidade possuem a capacidade de fomentar intervenções sinérgicas, buscando níveis acrescidos de coerência, harmonização e coordenação.

Além disso, a cooperação da CPLP também deve explorar complementaridades e sinergias que potenciem mais-valias no quadro das dinâmicas de cooperação que vêm sendo geradas e protagonizadas por distintos atores setoriais.



A transversalidade e os desafios inerentes à promoção do desenvolvimento sustentável e à Visão Estratégica da CPLP recomendam o crescente aprimoramento dos mecanismos de concertação e articulação entre os atores envolvidos em atividades de cooperação na CPLP.

Será necessário fomentar a crescente ligação entre as deliberações resultantes das Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS), expressas nos respetivos Planos de Ação (PAT) e Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET), e as deliberações que resultam das Reuniões de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) da CPLP.

O DEC 2020-2026 tem, assim, como instrumentos orientadores:

- i. A Visão Estratégica da CPLP 2016-2026;
- ii. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nela inscritos;
- iii. As deliberações de órgãos da CPLP: Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG), Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (ROCM), Comité de Concertação Permanente (CCP), Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) e RPFC.

Por outro lado, pretende valorizar e fomentar a coerência e articulação entre os documentos de cooperação sectorial:

- i. Os Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET) aprovados nas respetivas Reuniões Ministeriais;
- ii. Os Planos de Ação das Reuniões Ministeriais Setoriais (PAT).

### **3. Áreas e Setores de Intervenção da Cooperação da CPLP 2020-2026**

Os últimos anos da cooperação da CPLP ficam marcados na agenda comunitária pelo reforço e visibilidade de temáticas como:

- Saúde;
- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Ambiente, na componente dos recursos hídricos;

- Comunicações, entre outros, na componente da Agenda Digital e Governação Eletrónica, e
- Assuntos Sociais, destacando as componentes do combate ao Trabalho Infantil e do diálogo social tripartido.

Igualmente se registaram avanços assinaláveis nos seguintes domínios:

- Juventude e Desportos;
- Género e Empoderamento da Mulher;
- Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;
- Cultura;
- Educação;
- Boa Governação e Direitos humanos;
- Defesa;
- Mares;
- Energia;
- Ambiente;
- Turismo e
- Educação para o desenvolvimento.

Mais recentemente, foi também reforçada a dimensão da cooperação económica, financeira e empresarial da CPLP, criando oportunidades e estímulos ao futuro da Comunidade.

A tipologia de atividades em todos estes domínios tem sido baseada em atuações que promovem a troca e partilha de práticas, a capacitação e o reforço institucional.

#### **4. Operacionalização do Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026**

O DEC estabelece um quadro orientador, que define as opções estratégicas da cooperação da CPLP para o médio prazo em consonância com:

- Os compromissos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos por ela assumidos, e

- Os princípios assumidos pela Visão Estratégica da CPLP, documento que ilustra a ação e o posicionamento estratégico da Organização a médio prazo.

O DEC contribui, ainda, para a articulação e harmonização das intenções e prioridades manifestadas nos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET), resultantes das Reuniões Ministeriais, sistematizando posicionamentos comuns entre as deliberações provenientes dessas áreas temáticas e as orientações resultantes das decisões emanadas da RPFC.

Na sua implementação o DEC deve também observar as orientações das presidências *pro tempore* bem como dos órgãos decisórios da CPLP.

O DEC contribui para assegurar uma maior coerência no pilar de cooperação da CPLP com o propósito de:

- Definir atividades coerentes e alinhadas com as prioridades de atuação definidas e otimizando os recursos existentes;
- Incrementar um maior grau de eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas, na lógica da obtenção de resultados, e
- Promover uma harmonização global de toda a cooperação da e na CPLP, articulando os diferentes tipos de atores, melhorando a comunicação, imagem, monitorização e consequente avaliação de resultados.

#### **4.1. Setores Prioritários de Intervenção do DEC 2020-2026**

A implementação dos compromissos decorrentes do endosso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup> obriga ao planeamento e sistematização de intervenções pluridisciplinares em setores que, pela sua transversalidade possuem a capacidade de fomentar intervenções sinérgicas, buscando níveis acrescidos de coerência e eficácia.

---

<sup>1</sup> A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o resultado do trabalho conjunto entre governos e cidadãos de todo o mundo para criar um quadro global de apoio à implementação de um novo conceito de desenvolvimento – económico, social e ambiental. Integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que abrangem áreas muito diversas, mas interligadas que visam alcançar um futuro melhor, mais próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras, não deixando ninguém para trás e alcançando os mais vulneráveis primeiro.

No quadro da cooperação da CPLP, as estratégias setoriais, refletidas nos PECSET, foram sendo construídas tendo em conta que potenciam o trabalho em rede e a transversalidade. Esta abordagem tem permitido o alargamento da colaboração entre as diferentes áreas técnicas de cooperação da CPLP e o estabelecimento de diferentes plataformas de diálogo com diversos parceiros de desenvolvimento. Urge agora compatibilizar e harmonizar as dinâmicas da cooperação setorial com as necessidades de focalização, coordenação e alinhamento, identificadas por órgãos da CPLP, particularmente pela RPFC.

Considerando os objetivos plasmados na Visão Estratégica da CPLP 2016-2026, o estágio de desenvolvimento dos seus EM, os respetivos Planos e Estratégias Nacionais de Desenvolvimento e o potencial de influência estratégica da cooperação da CPLP, o DEC 2020-2026 deverá apostar sectorialmente nas seguintes áreas temáticas:

- i. Ambiente e Alterações Climáticas;
- ii. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- iii. Cultura;
- iv. Direitos Humanos e Boa Governança;
- v. Educação;
- vi. Energia;
- vii. Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher;
- viii. Juventude e Desportos;
- ix. Saúde;
- x. Segurança Alimentar e Nutricional, e
- xi. Turismo.

Espera-se que o DEC 2020-2026 venha ser operacionalizado com recurso a três Quadros Bienais de Cooperação (QBC):

- QBC 2020-2022;
- QBC 2022-2024, e
- QBC 2024-2026.

O QBC é o instrumento que planifica, para cada biénio, as atividades de cooperação da CPLP, através do diálogo com os diferentes atores.

## **4.2. Objetivos do DEC 2020-2026**

No período de 2020 a 2026 o DEC promoverá o alcance de vários objetivos que se podem sistematizar nas seguintes tipologias:

- Programáticos, procurando gerar resultados concretos alinhados com os setores prioritários de intervenção;
- Reforço orgânico, com o propósito de melhorar o diálogo e o alinhamento entre as estruturas protagonistas da cooperação da CPLP;
- Alargamento da participação de atores, chamando à cooperação da CPLP outros parceiros relevantes para o alcance dos objetivos programáticos;
- Diversificação de Parcerias e identificação de fontes de financiamento adicionais, promovendo o trabalho conjunto com outros atores e procurando o aumento dos recursos disponíveis para a cooperação da CPLP, e
- Melhoria da monitorização, com o intuito de incrementar a eficácia e a eficiência com que são utilizados os recursos colocados ao serviço da cooperação da CPLP.

### **4.2.1. Objetivos Programáticos**

- Incrementar a Cooperação em todos os sectores considerados prioritários, mantendo o foco na capacitação e no reforço institucional;
- Promover ativamente a inclusão de temas transversais como a promoção dos direitos humanos, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, e
- Promover Atividades que contribuam para a visibilidade da Comunidade e promovem o sentimento de pertença e união no seio da Comunidade.

### **4.2.2. Objetivos de Reforço Orgânico**

- Reforçar do diálogo entre as RMS, a RPFC e o SECPLP e harmonizar as dinâmicas da cooperação setorial com as necessidades de focalização, coordenação e alinhamento, identificadas por órgãos da CPLP, particularmente pela RPFC;
- Incrementar os níveis de eficácia da cooperação da CPLP;

- Rever os PECSET e os PAT em vigor e promover o seu alinhamento com a Agenda 2030, conforme disposto no Manual de Cooperação e no DEC;
- Rever Regimento do Fundo Especial da CPLP e promover a sua aplicação, e
- Introduzir na dinâmica de trabalho e orgânica das RMS os novos instrumentos do ecossistema de cooperação da CPLP: Manual de Cooperação, DEC, QBC e FECPLP.

#### **4.2.3. Objetivos de Alargamento da Participação**

- Promover a partilha de responsabilidades financeiras entre os EM da Comunidade na contribuição para o Fundo Especial da CPLP;
- Fortalecer o diálogo com a sociedade civil, por intermédio dos Observadores Consultivos, Fórum da Sociedade Civil e Fundações, para assegurar uma maior participação destes atores nas atividades de cooperação da CPLP e na formulação das políticas sectoriais, e
- Operacionalizar o potencial de parceria e cooperação com o Observadores Associados da CPLP.

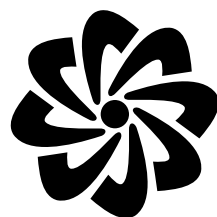
#### **4.2.4. Objetivos de Diversificação de Parcerias**

- A identificação de parcerias com outros atores de desenvolvimento – de agências de cooperação de países terceiros a organizações internacionais – conforme definido na Agenda de Ação de Adis Abeba, que partilhem a visão e os princípios dos EM da CPLP sobre o desenvolvimento sustentável, para a implementação de atividades de cooperação, e
- A mobilização efetiva de fontes de financiamento adicionais, de origem pública e privada, para o Fundo Especial da CPLP, para a implementação de atividades de cooperação.

#### **4.2.5. Objetivos de Melhoria da Monitorização**

- Consolidar as atividades de monitorização e avaliação do QBC, de acordo com o previsto no Manual de Cooperação da CPLP:
  - A cada 6 meses, reportando à RPFC, e

- Anualmente, com recurso a visitas ao terreno nas quais serão envolvidas as entidades executoras, o Ponto Focal de Cooperação e os Pontos Focais Setoriais dos países envolvidos na parceria.



**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

## **QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO DA CPLP**

**2020 - 2022**

Secretariado Executivo da CPLP  
Junho de 2021



# Índice

## Conteúdo

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>2. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL (PECSET).....</b>	<b>68</b>
<b>3. QUADRO RESUMO – QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO (2020-2022).....</b>	<b>71</b>
<b>4. ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026 .....</b>	<b>73</b>
AMBIENTE .....	73
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR .....	76
CULTURA .....	83
DIREITOS HUMANOS E BOA GOVERNAÇÃO .....	89
EDUCAÇÃO.....	92
JUVENTUDE E DESPORTOS .....	94
SAÚDE .....	98
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	99
TURISMO .....	105
<b>5. ATIVIDADES DE ÁREAS NÃO ALINHADAS COM O DEC 2020-2026 .....</b>	<b>106</b>
COMUNICAÇÕES E AGENDA DIGITAL .....	106
DEFESA .....	108
TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS .....	110
<b>6. MEMÓRIA DAS ATIVIDADES CONCLUÍDAS (FINANCIADAS PELO FECPLP).....</b>	<b>112</b>
PROJETOS .....	112
AÇÕES PONTUAIS .....	114

## 1. Introdução

O Quadro Bienal de Cooperação (QBC) é o instrumento de orientação prospectiva que contribui para a identificação, priorização e operacionalização das Atividades de cooperação da CPLP, de acordo com a estratégia para a cooperação, plasmada no DEC.

O QBC 2020-2022 planifica estrategicamente a Cooperação da CPLP, incrementando a sua coerência política, a eficácia e resultados concretos. As Atividades que inclui resultam do diálogo entre os interesses e disponibilidades identificadas pelos atores de cooperação (estatais e não estatais) e as orientações estratégicas da Comunidade.

O QBC reúne Atividades de Cooperação em execução ou programadas que estejam consubstanciadas com um documento de suporte à implementação que descreva objetivos, resultados e atividades (Documento de Projeto/ Ação Pontual, Termos de Referência, etc).

Para além de Atividades de Cooperação, poderão ser integradas no QBC Atividades Político-diplomático e de promoção da Língua Portuguesa quando estas pretendam contribuir de forma clara para os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

O QBC 2020-2022 deverá ser revisto e atualizado no seguimento de cada Reunião de Pontos Focais de Cooperação. Após a XLIV RPFC deverá iniciar-se a elaboração do QBC 2022-2024, por forma a ser aprovado na XLV RPFC, à margem da XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

Estas Atividades deverão cumprir pelo menos um dos seguintes critérios:

- Ter como instância de aprovação de um dos órgãos competentes (RPFC, CCP, SECPLP ou Reunião Ministeriais)
- Ter o envolvimento institucional da CPLP (no seu financiamento, na sua preparação ou na implementação)
- Ser uma atividade proposta pela presidência pro-tempore da CPLP
- Ser implementada por uma das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos<sup>1</sup> da CPLP, desde que seja um contributo para o PECSET correspondente.

---

<sup>1</sup> As Comissões Temáticas são grupos de trabalho temáticos constituídas por Observadores Consultivos de acordo com a sua área de intervenção e preferência. As atividades promovidas pelas Comissões Temáticas são desenhadas, promovidas e implementadas pelos membros da respetiva Comissão Temática, não sendo, por isso, objeto de decisão de um órgão da CPLP.

As atividades incluídas no QBC 2020-2022 estão divididas em três categorias diferentes, consoante se alinham ou não com as áreas setoriais prioritárias estabelecidas no Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026 (DEC):

- **Atividades de áreas alinhadas com o DEC 2020-2026**, ou seja, atividades em execução ou propostas por setores que o DEC 2020-2026 identifica como prioritários, a saber:
  - Ambiente e Alterações climáticas;
  - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
  - Cultura;
  - Direitos Humanos e Boa Governança;
  - Educação;
  - Energia;
  - Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher;
  - Juventude e Desportos;
  - Saúde;
  - Segurança Alimentar e Nutricional;
  - Turismo.
  
- Atividades de áreas **não alinhadas com o DEC 2020-2026**, ou seja, atividades em execução ou propostas por setores que o DEC 2020-2026 não identifica como prioritários. São eles:
  - Comunicações e Agenda Digital;
  - Defesa
  - Economia e Comércio;
  - Finanças
  - Justiça
  - Mares
  - Migrações
  - Sociedade Civil
  - Trabalho e Assuntos Sociais.
  
- **Outras Atividades**, onde se incluem atividades de cooperação sem um alinhamento setorial específico, ou atividades político-diplomáticas e de promoção da língua portuguesa quando estas pretendam contribuir para os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

## 2. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL (PECSET)

PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO	Vigência / PAT	Objetivo Global	Eixos Prioritários
<b>Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente – PECA</b>	(não definida)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a cooperação entre os EM da CPLP no que respeita à gestão, proteção e preservação do ambiente, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável</li> <li>Apoiar os EM da CPLP no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos na área do ambiente, em particular nos Acordos Multilaterais de Ambiente, e no que promovem a cumprimento dos ODS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Biodiversidade;</li> <li>Combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca;</li> <li>Ecoturismo;</li> <li>Educação Ambiental;</li> <li>Gestão Ambiental Marinha e Costeira;</li> <li>Gestão de Resíduos;</li> <li>Gestão Integrada de Recursos Hídricos;</li> <li>Mudança do Clima e Energias Renováveis</li> </ul>
<b>Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP</b>	2014-2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a implementação de ações de cooperação multilateral concertadas, harmonizadas e orientadas para resultados concretos nos domínios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</li> <li>Promover a cooperação multilateral através do apoio ao desenvolvimento de redes que envolvam atividades de ensino e de investigação e de partilha de boas práticas entre as instituições de Ensino Superior e de Investigação dos EM da CPLP</li> <li>Impulsionar a produção, circulação, disseminação e apropriação do conhecimento científico e tecnológico produzido nos EM da CPLP com base na inovação tecnológica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço do Ensino Superior da CPLP</li> <li>Mobilidade de Estudantes, Docentes, Investigadores e Cientistas Altamente Qualificados da CPLP</li> <li>Rede de Informação, Avaliação e Promoção da Qualidade do Ensino Superior no Espaço da CPLP</li> <li>Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP</li> <li>Programas Comuns de Investigação, Inovação e Formação Avançada para a Internacionalização da CPLP</li> <li>Espaço de Inovação da CPLP</li> </ul>
<b>Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP</b>	2014-2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propiciar o intercâmbio de conhecimento entre os agentes da cultura, artistas, escritores, compositores e sociedade civil, através da criação de condições que garantam a mobilidade de operadores da cultura e a circulação de bens culturais</li> <li>Estabelecer mecanismos de comunicação e de circulação de informação para promoção da diversidade cultural dos EM da CPLP</li> <li>Dotar os profissionais da cultura de ferramentas que lhes permitam desenvolver e salvaguardar as suas criações</li> <li>Dinamizar a internacionalização da CPLP no domínio da Cultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indústrias Culturais e Economia Criativa na CPLP</li> <li>Diversidade das Expressões Culturais na CPLP</li> <li>Internacionalização da CPLP no domínio da Cultura</li> <li>Património Cultural e Memória Histórica da CPLP</li> <li>Formação de Recursos Humanos</li> </ul>
<b>Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP</b>	2015-2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar de ações de cooperação multilateral concertadas, harmonizadas e orientadas para resultados concretos nos domínios da educação, que contribuam para o efetivo desenvolvimento dos sistemas educativos dos EM da CPLP, com vista à sua melhoria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação e Avaliação</li> <li>Acesso</li> <li>Capacitação</li> <li>Qualidade</li> <li>Língua Portuguesa</li> </ul>

<b>Plano Estratégico de Cooperação em Energia - PECE</b>	(não definida)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a cooperação entre os Estados-membros da CPLP na área da Energia, tendo em vista a promoção de processos de desenvolvimento sustentáveis, na lógica da afirmação de modelos de soberania e autonomia energética;</li> <li>• Promover a criação de parcerias e investimentos na área energética, entre agentes institucionais e económicos da CPLP;</li> <li>• Apoiar os Estados-membros da CPLP em ações de concertação política e diplomática e no cumprimento dos compromissos internacionais já assumidos na área da Energia;</li> <li>• Apoiar os Estados-membros da CPLP na transição para economias de baixo carbono, competitivas, sustentáveis e resilientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Acesso à Energia;</li> <li>o Hidrocarbonetos – Petróleo e Gás;</li> <li>o Energias Renováveis;</li> <li>o Eletricidade;</li> <li>o Inovação e eficiência energética, incluindo redes inteligentes;</li> <li>o Bio Energia;</li> <li>o Enquadramento legal/ Regimes jurídicos, e</li> <li>o Mecanismos económicos e financeiros</li> </ul>
<b>Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres - PECIGEM</b>	PAT: 2017-2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer linhas guias para a transversalidade das políticas no que diz respeito à igualdade e equidade de género no quadro político da CPLP.</li> <li>• Integrar de forma sistemática as políticas de igualdade de género estabelecendo um quadro prioritário de intervenção.</li> </ul>	<p>(Eixos Prioritários do Plano De Ação 2017-2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Transversalização da temática da Igualdade de género no quadro da CPLP</li> <li>o Legislação Nacional</li> <li>o Mecanismos Nacionais para a igualdade, equidade de género e empoderamento das mulheres</li> <li>o Plano Internacional</li> <li>o Autonomia económica/ Empoderamento económico das mulheres</li> <li>o Saúde</li> <li>o Educação, Juventude, tradição e cultura</li> <li>o Violência contra as mulheres e meninas</li> <li>o Tráfico de mulheres e crianças</li> <li>o Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz</li> <li>o Participação política e tomada de decisões</li> </ul>
<b>Plano de Ação para a Juventude</b>	2018-2022	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar iniciativas juvenis de educação pelos pares.</li> <li>• Promover encontros multilaterais de peritos e decisores políticos para o aprofundamento do conhecimento do tema e troca de boas práticas.</li> <li>• Promover o intercâmbio e mobilidade de jovens criadores da CPLP.</li> <li>• Promover e reconhecer as aprendizagens e as metodologias de Educação Não Formal.</li> <li>• Reforçar as instituições da área da juventude.</li> <li>• Capacitar os dirigentes juvenis dos EM da CPLP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Saúde sexual e reprodutiva e Saúde mental;</li> <li>o Promoção da educação cultural e artística</li> <li>o Educação não formal;</li> <li>o Educação para o desenvolvimento; Igualdade de género;</li> <li>o Emprego;</li> <li>o Migrações, diásporas e co- desenvolvimento;</li> <li>o Desenvolvimento sustentável;</li> <li>o Paz e estabilidade - Reconstrução pós-conflito;</li> <li>o Fortalecimento político e Institucional no que respeita aos espaços de participação juvenil e a edificação de um sistema de co-gestão.</li> </ul>
<b>Plano Estratégico de Cooperação em Saúde - PECS</b>	2018-2021	Contribuir para o reforço dos sistemas de saúde dos Estados membros da CPLP, de forma a garantir o acesso universal a cuidados de saúde de qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde</li> <li>o Sistemas de Saúde</li> <li>o Informação e Comunicação em Saúde</li> <li>o Investigação em Saúde</li> <li>o Monitorização e Análise da situação de saúde e do cumprimento dos ODS</li> <li>o Emergências e Desastres Naturais</li> </ul>

<b>Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional - ESAN</b>	2012-2025	Com base no Direito Humano à Alimentação Adequada, contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados membros e da maior governança das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional;</li> <li>Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis;</li> <li>Aumento da disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores.</li> </ul>
<b>Plano Estratégico de Cooperação em Turismo - PECTUR</b>	2017-2027 PAT: 2017-2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a cooperação entre os Estados membros da CPLP no que diz respeito à promoção e desenvolvimento do turismo;</li> <li>Apoiar os Estados membros da CPLP a elaborar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de desenvolvimento do turismo em seus respectivos países;</li> <li>Apoiar os Estados membros da CPLP na implementação de ações que promovam o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, além de outras Convenções e Acordos Multilaterais relacionados ao setor de turismo, especialmente aqueles celebrados no âmbito da Organização Mundial de Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do Turismo Sustentável</li> <li>Informação e Monitoramento</li> <li>Formação e Capacitação</li> <li>Inovação e Novas Tecnologias</li> <li>Empreendedorismo e Promoção de Investimentos</li> <li>Mobilidade e Circulação</li> <li>Promoção e Divulgação Turística</li> </ul>
<b>Agenda Digital da CPLP</b>	(não definida)	Prosecução de uma estratégia comum para a transformação digital dos Estados-Membros da CPLP, de forma a fazer face aos desafios da globalização, promovendo o desenvolvimento sustentável e reforçando a cooperação entre os Estados-Membros, em alinhamento com os objetivos da Agenda 2030.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas</li> <li>Serviços Digitais</li> <li>Segurança Digital</li> <li>Literacia Digital e Capacitação</li> </ul>
<b>Plano de Ação do Mindelo da Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar</b>	2019-2021	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;</li> <li>Contribuir para uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos, através da aplicação da abordagem multisetorial (incluindo as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica) e da cooperação internacional;</li> <li>Promover a constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nos Estados membros da CPLP;</li> <li>Promover medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras;</li> <li>Contribuir para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada para desenvolver uma política de oceanos integrada;</li> <li>Promover medidas de aproveitamento económico dos recursos marinhos, incluindo o encorajamento de parcerias empresariais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a investigação científica</li> <li>Aumento do conhecimento da sociedade civil sobre os Oceanos</li> <li>Extensão da Plataforma Continental e Programas Associados</li> <li>Projeção Internacional da CPLP através dos Oceanos</li> <li>Parceria da CPLP para um Mar Sem Lixo</li> <li>Desenvolvimento de Clusters Marítimos</li> </ul>

### 3. QUADRO RESUMO – QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO (2020-2022)

ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026		Código	€ Valor consignado FECPLP	Montante executado	Saldo Atual 31/03/2021
<b>Ambiente</b>					
Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP		Pr57/LIS/13	424 254,92	87 783,56	336 471,36
VI Congresso de Educação Ambiental		AP54/LIS/20	72 673,60	43 604,16	29 069,44
<b>Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</b>					
Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Fase II		Pr52/MAPI/12	1 376 299,81	536 451,48	839 848,33
Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP		Pr66/DIL/15	26 190,90	17 872,97	8 317,93
Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP		Pr69/DIL/15	63 966,64	-	64 271,13
TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa		Pr71/DIL/15	129 936,00	80 996,25	48 975,08
Conferência sobre a Mobilidade Académica da CPLP		-	-	-	-
<b>Cultura</b>					
Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional		Pr70/DIL/15	76 573,38	72 808,26	3 765,12
Portal da Cultura da CPLP		Pr82/SAL/18	33 559,60	8 137,62	25 421,98
II Feira do Livro da CPLP		I2016002	22 062,13	-	22 062,13
Capital da Cultura da CPLP		I2016003	25 979,99	-	25 979,99
Programa CPLP Audiovisual 2 (PAV)		J201701	2 150 465,00	1 166 687,67	983 777,33
PROCULTURA – Atividade 1.3 - Apoio ao intercâmbio de estudantes das áreas disciplinares do setor da cultura entre instituições de ensino superior dos PALOP-IL e dos países do Programa Erasmus+		-	-	-	-
<b>Direitos Humanos e Boa Governação</b>					
Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa – 2019-2022		Pr80/LIS/19	547 800,49	13 074,88	534 725,61
Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2021 para apoio à boa governação e construção sustentável		Pr84/LIS/20	91 093,07	-	91 093,07
<b>Educação</b>					
Oficina de Capacitação para Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos		AP53/SAL/19	28 835,80	-	24 835,80
<b>Energia</b>					
<b>Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher</b>					
<b>Juventude e Desportos</b>					
Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão		Pr79/LIS/18	96 330,15	82 568,70	13 761,45
Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Fase II		Pr49/LIS/12	536 221,80	359 848,86	176 372,94

ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026					Saldo Atual 31/03/2021	
	Código	€ Valor consignado FECPLP	Montante executado			
Jogos Desportivos da CPLP	-	-	-			
<b>Saúde</b>						
Conferência sobre Cuidados Primários de Saúde da CPLP	-	-	-			
<b>Segurança Alimentar e Nutricional</b>						
Projeto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela	H2014027	36 117,28	36 116,32 €		0,96	
Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro-pecuários e empreendedorismo	H2014028	36 888,00	33 199,20		3 688,80	
Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento	H2014029	37 083,00	33 854,37		3 207,43	
Criação de Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável da CPLP em São Tomé e Príncipe	-	-	-			
Promoção de Sistemas Alimentares e Dietas Sustentáveis na CPLP: recomendações para políticas públicas	-	-	-			
"No nutrition, no vida" (A nossa nutrição, a nossa vida)	H2014030	37 097,88	-		37 097,88	
<b>Turismo</b>						
Cooperação no domínio do Turismo no contexto da CPLP - Fase I e II	COOPPT021	188 788,70	89 098,79		99 689,91	
ATIVIDADES DE ÁREAS NÃO ALINHADAS COM O DEC 2020-2026					Saldo Atual 31/03/2021	
	Código	€ Valor consignado FECPLP	Montante executado			
<b>Comunicações e Agenda Digital</b>						
Produção de livro "Quinze anos de Governação Eletrónica na CPLP"	-	-	-			
Agenda Digital da CPLP	-	-	-			
<b>Defesa</b>						
3.ª edição do Colégio de Defesa da CPLP (2020 e 2021)	-	-	-			
Exercícios Felino (2020 e 2021)	-	-	-			
<b>Economia e Comércio</b>						
<b>Finanças</b>						
<b>Justiça</b>						
<b>Mares</b>						
<b>Migrações</b>						
<b>Trabalho e Assuntos Sociais</b>						
Plano de Ação para o combate ao Trabalho Infantil (PACTI)	-	-	-			



## 4. ATIVIDADES DE ÁREAS ALINHADAS COM O DEC 2020-2026

### Ambiente

PR57/LIS/13		Apoio à gestão e monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira		
E.M. ENVOLVIDOS	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste		
GRUPO-ALVO	Funcionários Governamentais na área da gestão de recursos hídricos		
OBJETIVOS	Apoiar na gestão e monitoramento hidrológico, centrado no intercâmbio de conhecimentos, atendendo às demandas específicas de cada país;		
RESULTADOS ESPERADOS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior acesso a tecnologia sobre redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico;</li><li>• Quadros de funcionários locais capacitados em gestão de recursos hídricos;</li><li>• Desenvolvimento de marcos legais</li></ul>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		493.810,12 €
	Valor consignado FE		424.254,92 €
	Valor Desembolsado		87.783,56 €
	Saldo   31/03/2021		336.471,36 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução		
<ul style="list-style-type: none"><li>• O projeto mereceu apreciação de categoria 4, pela XXVI RPFC, março de 2013, e aprovação, em julho de 2015, pela XXXI RPFC; tendo o Protocolo de Financiamento sido assinado em dezembro de 2016.</li><li>• Por ocasião do processo de preparação da participação concertada da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água de 2018, "CPLP Rumo à Brasília"; identificou-se a necessidade de atualizar o documento de projeto; assim como durante a reunião fundadora da Reunião dos Diretores de Recursos Hídricos da CPLP (julho 2018); tendo as várias recomendações sido integradas pela ANA-Brasil e ABC-Brasil no novo documento de projeto, circulado em janeiro de 2019;</li><li>• O projeto arrancou, em maio de 2019, tendo-se realizado 3 missões presenciais: uma das quais de Monitoramento e Avaliação das Atividades do Projeto (dezembro 2019), que reuniu os Diretores de RH num balanço das atividades já realizadas e na readequação do Plano de Atividades para anos de 2020 e 2021. (totalizando a realização de 14 das 61 atividades do documento de projeto);</li><li>• Face à situação de pandemia de COVID-19, que impossibilitou a realização de missões presenciais, foram feitas alterações (articuladas com ABC e SECPLP) ao plano de trabalho, para que as atividades pudessem ter continuidade, visando a Transformação de atividades presenciais para formatos online e Inserção de novas atividades relacionadas ao tema ODS 6.</li><li>• A 16 de março de 2021, a ANAS apresentou aos DRH o plano de atividades para 2021, que incluem: 5 capacitações e 1 reunião de monitorização e avaliação; a Implementação no Brasil da ferramenta SSP-ODS 6, da Universidade das Nações Unidas – Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH), que servirá de modelo de replicação na CPLP, com o objetivo de Incentivar o cálculo dos indicadores do ODS 6 ou o seu aprimoramento e oferecer evidências que facilitem o alcance das metas do ODS 6 na CPLP;</li><li>▪ Relativamente à atividade relacionada com a implementação no Brasil da <u>ferramenta SSP ODS6</u>, que visa gerar evidências para a definição de políticas públicas e para os processos de tomada de decisão dos atores governamentais, a partir de um retrato real da situação analisada, identificação das instituições envolvidas e informações que auxiliam no monitoramento das metas, a ANA, juntamente com a colaboração de especialistas de várias instituições brasileiras, vem realizando questionários relativos aos 7 componentes – estado, financiamento, capacidade, governabilidade, gênero, resiliência e integridade – para obter uma visão nacional e realista do panorama dos indicadores em cada uma dessas componentes. Esta parceria com a UNU-INWEH dará condições à ANA de implementar a ferramenta SSP-ODS 6 na realidade brasileira e compartilhar este conhecimento em ações de nosso</li></ul>			

<p>agenda internacional, tendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como uma das prioridades de nossa agenda internacional. Estão previstos os seguintes eventos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Um webinar internacional, no segundo semestre de 2021, envolvendo as instituições colaboradoras do estudo de caso brasileiro, potenciais parceiros da América Latina e os países de língua portuguesa sobre a implementação da ferramenta SSP-ODS 6 no contexto brasileiro.</li> <li>✓ Uma oficina presencial em Lisboa, Portugal, previsivelmente em março de 2022, no âmbito do Projeto ANA-ABC-CPLP "Apoio à gestão e ao monitoramento de recursos hídricos nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP", para os técnicos dos órgãos gestores de recursos hídricos dos 8 países da comunidade lusófona sobre a utilização da ferramenta SSP-ODS 6 para apresentação do estudo de caso brasileiro.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dado o tempo decorrido, desde a versão inicial em 2012 e o arranque do projeto, fez-se necessária a sua atualização, tendo em consideração as novas demandas de capacitação e a inclusão da Guiné Bissau e Guiné Equatorial, como beneficiários do projeto.</li> <li>• para além das atividades inscritas no projeto PR57/LIS/13, a ANAS está a desenvolver uma proposta de Portal de Recursos Hídricos da CPLP.</li> </ul>

<b>Ap54/LIS/20</b>	<b>VI Congresso de Educação Ambiental</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	UNICV – Universidade de Cabo Verde	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Educadores ambientais; investigadores, professores e educadores; técnicos das diversas áreas de empresas, do poder local e do poder central; atores sociais, atores políticos, estudantes, comunidades locais da ilha de São Vicente e ilha de Santo Antão.	
<b>OBJETIVOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover o intercâmbio científico e partilha de informações e experiências pedagógicas no espaço da lusofonia congregando a todos para uma agenda científica centrada no conhecimento e preservação do oceano;</li> <li>2. Fomentar oportunidades de cooperação científica na CPLP;</li> <li>3. Despertar para o papel da Educação Ambiental na promoção da responsabilidade partilhada, nomeadamente no que toca à crise climática, segurança alimentar, gestão das pescas, poluição dos mares e biodiversidade;</li> <li>4. Incentivar a utilização responsável dos recursos marinhos, reforçando o papel da Educação Ambiental na tomada de consciência para essa responsabilidade comum;</li> <li>5. Reforçar a Cidadania Ambiental com atividades de literacia oceânica.</li> </ol>	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da sensibilização e capacitação das comunidades locais da ilha de São Vicente e ilha de Santo Antão para lidar com a crise climática e garantir a vida nas comunidades costeiras; contributos para a agenda política de educação ambiental da CPLP e para novos caminhos da transformação socio-ecológica; parcerias entre comunidade científica e ONG e comunidades; formação de técnicos e professores;</li> <li>• Reforço de projetos de cooperação entre os países da CPLP; publicação de investigações e projetos dando visibilidade internacional aos trabalhos dos investigadores das comunidades e países de língua portuguesa.</li> <li>• Reforço do contributo da comunidade científica, política e sociedade civil da CPLP para os objetivos da Década dos Oceanos</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	121 813,60 €
	<b>Valor consignado FE</b>	72 673,60 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	43.604,16 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	29.069,44 €

**GRAU DE EXECUÇÃO****Em execução**

- Devido à situação pandémica, a Organização optou por adiar a data de realização do Congresso, com data inicialmente prevista para março de 2021, para os dias 2 a 5 de novembro de 2021;
- O 1º relatório intercalar (junho 2020 a dezembro 2020), reporta as seguintes atividades da fase de preparação:
  - Criada e aprovada na Uni-CV por despacho reitoral a Comissão Organizadora do VI Congresso;
  - Constituídas as comissões: Científica, de trabalhos, de Articulação, de Secretariado, Organizadora e de Apoio;
  - Realizados encontros institucionais vários;
  - Contactos com organismos internacionais e nacionais para procura de financiamento complementar;
  - identificação de parceiros e engajamento das comunidades locais;
  - Definição do programa; Criação da Imagem e logotipo do VI Congresso; Criação do Site e perfil no Facebook; Organização da logística de transporte, alojamento e alimentação; entre outras;
  - Participação de reunião preparatória na Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP.
- O 2º relatório intercalar (dezembro 2020 a junho 2021), reporta essencialmente a reestruturação da Comissão Organizadora; a contratação de duas pessoas para o secretariado e a continuação os trabalhos pelas Comissões: Científica, de trabalhos, de Articulação, de Secretariado

**OBSERVAÇÕES**

- O Protocolo com Universidade de Cabo Verde foi assinado em junho de 2020; a 1ª transferência foi realizada em julho de 2020, não tendo ainda sido executados nenhuns recursos;
- Da participação na preparação da VIII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, resultou um parágrafo na Declaração de reconhecimento da importância da Educação Ambiental e do papel dos Congressos;
- Devido à situação pandémica a Organização está a verificar maior dificuldade na captação de novos apoios e financiamentos;

## Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

<b>Pr52/MAP/12</b>	<b>Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na CPLP</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP	
<b>OBJETIVOS</b>	Constituir uma Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rede de Instituições Públicas de Educação Superior de cooperação para o desenvolvimento da CPLP constituída.</li> <li>2. Sistema de mobilidade constituído.</li> <li>3. Centros de Educação à Distância constituídos e fortalecidos, com cursos desenvolvidos e até 3.000 pessoas formadas.</li> <li>4. Estratégia de Comunicação Social e Científica criada e em funcionamento.</li> <li>5. Estado da Arte da Educação Superior nos PALOPs e Timor-Leste produzida, publicada e distribuída.</li> <li>6. Estratégia de financiamento elaborada a partir da articulação com atores públicos e privados.</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	2.280.000,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	1.376.299,81 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	536.451,48 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	839.848,33 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Em execução</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Fase I do projeto concluiu-se em março de 2017;</li> <li>• Maio 2018: Reunião de Planeamento da Fase II do RIPES, na sede do SECPLP, em Lisboa. Participaram nesta reunião representantes da ABC, da UNILAB e do SECPLP. Foi feita a discussão e aprovação do Relatório Final da 2ª Reunião Técnica dos Pontos Focais da RIPES e do Relatório de Atividades da Fase I, bem como a discussão de estratégia de implementação das edições das revistas científicas, do repositório científico e do Portal da RIPES. Discutiu-se ainda a proposta de projeto RIPES – Fase II e respetivo Plano de Trabalho.</li> <li>• Julho 2018: (1) participação dos responsáveis da RIPES na XXXVII RPFC e apresentação do planeamento, cronograma e o orçamento previsto para a II Fase do projeto RIPES; (2) Reunião conjunta entre responsáveis da UNILAB, ABC e CPLP (DIRCOOP e DACLP) para rever programa da II Fase;</li> <li>• Julho 2018: Entretanto, a RIPES realizou missões a Cabo Verde e Guiné-Bissau, com o objetivo de: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Renovar Acordos de Cooperação da RIPES/UNILAB e estabelecer acordos de Adesão à RIPES com instituições de ensino superior;</li> <li>▪ Apresentar o Projeto RIPES Fase II e discutir as ações da RIPES adaptadas ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP;</li> <li>▪ Apresentar e procurar apoio para ações previstas para o Plano de Trabalho 2018-2020 Projeto RIPES;</li> </ul> </li> <li>• Fevereiro de 2020: Reunião conjunta entre responsáveis da UNILAB, ABC e CPLP (DIRCOOP e DACLP) para rever programa da II Fase.</li> <li>• Junho 2020: Foi identificada e sinalizada à CPLP a necessidade de envolver uma Fundação credenciada para gerir o programa de mobilidade da RIPES. Esta situação encontra-se em análise das partes, para que seja convenientemente prevista na II Fase do projeto.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto foi aprovado na XXV RPFC, de julho de 2012, em Maputo.</li> <li>• O Protocolo de Cooperação entre a ABC, a UNILAB e ABC foi assinado em Maputo, em julho de 2012, após a aprovação pelos PF, e as atividades tiveram o seu início em Abril de 2013.</li> <li>• A Fase I do projeto encontra-se concluída desde março de 2017, altura a partir da qual o</li> </ul>	

	<p>projeto funciona sem um Gestor.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prof. Max Araújo, responsável pelo projeto, foi substituído nas suas funções pela Prof Artemisa Monteiro, quer já tinha a coordenação do mesmo.</li> <li>• A Fase II e a estratégia de continuidade do projeto tem vindo a ser discutida entre a UNILAB, ABC e SECPLP, sendo que o contexto pandémico impediu concertações mais aprofundadas entre as 3 entidades;</li> <li>• Aguarda-se entrega do documento de projeto da II Fase, com os respetivos anexos.</li> </ul>
--	---

Pr66/DIL/15	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP		
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Investigadores seniores; investigadores em formação (estudantes de doutoramento, mestrado, pós-graduação, formação superior especializada); docentes do ensino superior; estudantes do ensino superior		
OBJETIVOS	Promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior da CPLP» e do «Espaço de Ciência e tecnologia da CPLP», mediante a criação de um portal eletrónico.		
RESULTADOS ESPERADOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Levantamento de informação e de dados sobre Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Estados membros da CPLP;</li><li>2. Impulsionar a partilha de boas práticas entre as Unidades/Centros de Investigação e Instituições de Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP;</li><li>3. Troca de experiências, partilha de boas práticas e desenvolvimento de projetos/linhas de investigação que incidam na procura de soluções sustentáveis para problemas concretos associados às condições de existência (alimentação, segurança, saúde) e à qualidade de vida (bem-estar físico, psicológico e social) dos cidadãos dos Estados Membros da CPLP;</li><li>4. Internacionalização da CPLP no domínio do ensino superior, ciência e tecnologia, tendo em vista a integração e afirmação em organizações e redes regionais e internacionais;</li><li>5. Utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação dos avanços dos Estados membros nas áreas do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação</li></ol>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		26.190,90 €
	Valor consignado FE		26.190,90 €
	Valor Desembolsado		17.872,97 €
	Saldo   31/03/2021		8.317,93 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP 2014-2020, aprovado na VI Reunião Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Maputo (2014).</li><li>• O projeto foi aprovado para financiamento através do Fundo Especial da CPLP na XXXI Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (Dili, 20 a 21 de julho de 2015), tendo posteriormente sido alocados recursos para a sua implementação na XXXII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (Lisboa, 15 e 16 de fevereiro de 2016), bem como por Portugal (fevereiro de 2016) e por Moçambique (julho de 2018).</li><li>• A importância do projeto é destacada na deliberação n.º 2 da Declaração Final da VII Reunião de Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Dili, 2016), e reiterada na deliberação n.º 10. Saudar o progresso do Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP enquanto instrumento de edificação do "espaço de ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP" da VIII Reunião Ministerial da Ciência (Brasília, 2018).</li><li>• O Portal de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP é um destes projetos, ao ambicionar promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP» mediante a criação de um canal eletrónico, alojado no portal da CPLP.</li></ul>			

- Por orientação da Presidência Cabo-Verdiana em exercício da CPLP e no âmbito da implementação deste projeto, foram remetidas fichas de recolha de dados e informações validadas na Reunião dos Pontos Focais Setoriais de Brasília, em 2018, em matéria de: (1) Legislação Nacional sobre Ciência & Tecnologia e Ensino Superior dos Estados membros da CPLP; (2) Observatório do Ensino Superior, Ciência & Tecnologia da CPLP; (3) Boletim Informativo de Ciência & Tecnologia da CPLP; (4) Base de dados para divulgação de bolsas de estudo e programas de mobilidade para estudantes dos Estados membros da CPLP; (5) Agenda Anual de Ciência & Tecnologia da CPLP.
- Encontra-se igualmente em fase de implementação o levantamento das hiperligações das estruturas nacionais responsáveis pela recolha de dados de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior e a procura de sinergias com o projeto RITES.
- O Portal divulga bolsas de estudos e programas de mobilidade intracomunitária e extracomunitária da CPLP, bem como prémios científicos, cursos; e atividades na área da ciência, tecnologia e ensino superior que obtêm o apoio institucional da CPLP.
- O Portal encontra-se preparado para acolher o Repositório Científico da CPLP / Portal de acesso aberto da CPLP; a Rede de Revistas Científicas das Instituições de Ensino Superior e Centros de Excelência dos Estados membros da CPLP; e a Rede de Cátedras e Centros de Excelência dos Estados membros da CPLP.
- O Portal já disponibiliza o acesso a revistas científicas em acesso aberto de alguns Estados membros da CPLP.
- Em 2019, foram lançados os dois primeiros volumes da Coleção «Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP», disponíveis em acesso aberto no Portal, e que devem ter enfoque multilateral sobre as diversas áreas de conhecimento e temáticas de interesse para a comunidade académica e científica, bem como para o público em geral: Volume I - Atas da Mobilidade Académica na CPLP: Uma Reflexão sobre o Presente, Um Desafio para o Futuro», organizada com a Comissão Temática da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP; e Volume II - «Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na Preservação do Legado Histórico e Cultural dos Estados membros da CPLP», que contou com a participação de representantes dos Estados-membros.
- Em 2021 está previsto o lançamento do «Volume III - A física para o desenvolvimento sustentável na CPLP», como resultado da conferência realizada na Sede da CPLP em 15 de novembro de 2019, por ocasião da «Celebração do Dia Mundial da Ciência ao Serviço da Paz das Nações Unidas», organizada pela Sociedade Portuguesa de Física e a União dos Físicos dos Países de Língua Portuguesa, que contou com a participação do CERN – Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, sediado em Genebra, e especialistas dos Estados-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Este evento foi transmitido em direto pelo Portal da CPLP, inaugurando o acesso aberto e livre a conferências da CPLP na área da ciência. De igual forma, encontra-se em curso o levantamento de informações sobre cátedras e centros de excelência existentes nas instituições de ensino superior e centros de investigação dos Estados membros da CPLP e Revistas Científicas das Instituições de Ensino superior e dos centros de investigação dos países da CPLP para disponibilização das hiperligações no separador «Recursos» no Portal.
- O financiamento será operacionalizado durante a vigência temporal do Plano Estratégico, prorrogado para 2021.

## OBSERVAÇÕES

### Antecedentes:

- O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4;
- O SECPLP, em parceria com a RPFC, atribuiu à iniciativa Euros 1.500 da rubrica "Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos", que serão afetos ao Projeto.
- O projeto surge no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada a 15 de Abril de 2014, em Maputo.
- Projeto a manter-se para além do horizonte temporal do PECMC&TES.

<b>Pr69/DIL/15</b>	<b>Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP</b>
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	<p>Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do Brasil – Execução técnica</p> <p>Unidade de Computação Científica Nacional da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UCCN/FCT) e Universidade do Minho - Execução técnica</p> <p>Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira</p>
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos
<b>GRUPO-ALVO</b>	Investigadores seniores; investigadores em formação (estudantes de doutoramento, mestrado, pós-graduação, formação superior especializada); docentes e estudantes do ensino superior; técnicos das bibliotecas e centros de



	documentação das Instituições de ensino superior e de investigação dos EM		
OBJETIVOS	Promover, fomentar e impulsionar a edificação de Espaços do Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia da CPLP, através da construção do repositório científico de língua portuguesa e da interligação dos repositórios científicos nacionais existentes, para disponibilização do acesso à produção científica em acesso aberto, através do Portal da CPLP		
RESULTADOS ESPERADOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Internacionalização da CPLP no domínio da produção científica, tendo em vista a integração e afirmação em organizações e redes regionais e internacionais;</li><li>2. Utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação da produção científica dos Estados membros nas áreas da ciência, tecnologia e inovação;</li><li>3. Interligação em rede para facilitação do acesso livre aos repositórios científicos dos EM e apoio à capacitação institucional dos EM que ainda não dispõem de repositórios científicos tendo em vista a criação de repositórios científicos nacionais em acesso aberto em todos os EM, para integração no Repositório Científico das CPLP.</li></ol>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		110.000,00 €
	Valor consignado FE		64.271,13 €
	Valor Desembolsado		0,00€
	Saldo   31/03/2021		64.271,13 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em fase de arranque		
<p>Na VI Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (20 de junho de 2018, Brasília) foram apresentados os resultados da Oficina sobre o Repositório Científico da CPLP (Brasília, 19 de junho de 2018). Esta reunião contou com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, na qual.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O Projeto foi reiterado como tendo importância crucial e que constitui um projeto prioritário no domínio da implementação do Plano estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020).</li><li>• A ciência aberta e o acesso aberto foram considerados fundamentais para fortalecer e divulgar a produção científica dos EM da CPLP. Este projeto visa a dar o impulso necessário para que os princípios do acesso aberto sejam adotados pelos países da Comunidade.</li><li>• Foi considerado que a oficina sobre o projeto do Repositório Científico da CPLP cumpriu seus objetivos de disseminar e intercambiar informações técnicas entre os peritos nacionais e mobilizar os EM a aderir e dar início à implementação do projeto.</li><li>• Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal reiteraram seu compromisso em participar do projeto-piloto do Repositório Científico da CPLP. Angola declara a sua intenção de aderir ao projeto e de iniciar os procedimentos internos para a sua efetivação.</li><li>• Os documentos do projeto deverão ser atualizados e validados pelos peritos nacionais para posterior circulação entre os estados-membros, para implementação do projeto.</li><li>• Na I Oficina sobre o Repositório Científico da CPLP (Brasília, junho de 2018) foi determinado que a implementação do Repositório Científico teria início com a alocação financeira de três Estados-membros.</li><li>• À contribuição do FE e de Portugal juntaram-se as contribuições de Moçambique e do Brasil, que efetivaram a afetação de recursos. Na VIII Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Brasília, 21 de junho de 2018), Cabo Verde assumiu o compromisso de fazer o aporte em 2019. Angola encontra-se em fase de ultimização da afetação de recursos. Em 2019, o Brasil aportou o remanescente da verba, reunindo-se assim condições para o avanço da implementação da 1.ª fase do projeto, de acordo com a deliberação n.º 4 da VIII Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Brasília, 2018).</li><li>• Aguarda-se igualmente a confirmação de Peritos Nacionais por parte de alguns Estados membros, para integrarem o grupo de trabalho composto por Peritos Nacionais de seis Estados membros.</li><li>• Na VII Reunião dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2019), foi partilhado que estão reunidas condições com o aporte financeiro de três Estados-Membros (Brasil, Moçambique e Portugal), o que permite o início da implementação da 1.ª fase do projeto. TL informou que conta em 2020 já ter constituído o seu Repositório Científico nacional, momento em que reunirá condições técnicas de se associar ao projeto. A Reunião acordou na confirmação/indicação dos peritos nacionais, tendo em vista o lançamento público do Repositório Científico na IX RMCTES, prevista para o 1º semestre de 2020.</li><li>• Concomitantemente, está em curso a revisão do documento de projeto pelo Grupo Técnico, em função do montante disponível e de um novo cronograma, a iniciar em 2020 e terminar em 2023, em função das</li></ul>			

<p>alterações ocorridas no domínio do acesso aberto nos Estados membros. Pretende-se que o documento revisto seja aprovado pela RPFC, por forma a proceder-se à elaboração dos protocolos de implementação do projeto, com a FCT e Universidade do Minho/Portugal e pelo IBICT/Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante 2020 e no início de 2021, foram realizadas reuniões com as entidades executores e está em fase de elaboração uma proposta de "Termo de Adesão (TdA)" para formalização da adesão dos EM ao Repositório Científico, a ser assinado por cada país, no momento de adesão ao Repositório, que estabelece uma vinculação política das Instituições de Ensino Superior/ Centros de Investigação alimentarem o Repositório Científico em acesso aberto da CPLP.</li> <li>• O Protocolo de financiamento para a implementação da 1.ª fase do projeto encontra-se assinado pelas Partes.</li> <li>• Em julho de 2021 o SECPLP procederá ao desembolso da primeira tranche.</li> <li>• Subsidiariamente serão agendadas reuniões por videoconferência com o Grupo de Trabalho dos Peritos Nacionais e os Estados membros que asseguram a operacionalização técnica do projeto.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto surge no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI RMCTES da CPLP, realizada em 2014, em Maputo, tendo o seu interesse sido reiterado nas Reuniões Ministeriais subsequentes (Díli, 2016; Brasília, 2018).</li> <li>• O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4.</li> <li>• A implementação do Repositório Científico encontra-se em fase de arranque, tendo em vista o seu lançamento na próxima Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Cabo Verde, 1.º semestre de 2020). A verba existente permitirá avançar com os dois primeiros anos de implementação do projeto, aguardando-se a afetação da verba remanescente pelos Estados membros que manifestaram essa disponibilidade, por forma a cumprir-se as duas fases finais do projeto.</li> </ul>

<b>Pr71/DIL/15</b>	<b>TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa</b>
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos
<b>GRUPO-ALVO</b>	EM da CPLP; utilizadores da língua portuguesa; instituições industriais, comerciais e científicas dos EM; organizações internacionais, nomeadamente os gestores de informação, os gestores de sistemas de informação e os tradutores e intérpretes a elas associados
<b>OBJETIVOS</b>	<p>Criar e disponibilizar publicamente, na plataforma do VOC, terminologias científicas e técnicas para os países da CPLP, com estrutura comum, geridas conjuntamente, no âmbito do IILP, gratuitas, de livre acesso, e que conduzam a que a língua portuguesa disponha de bases de dados terminológicos capazes de a colocar a par das línguas com mais recursos, nomeadamente para a tradução e a interpretação, para emprego em organizações internacionais e para a criação de ferramentas derivadas, em particular no âmbito do processamento computacional da língua</p>
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação das palavras do VOC pertencentes a domínios terminológicos;</li> <li>2. Discussão de questões técnicas comuns e definição de critérios de harmonização, cuja definição final de resultados finais será publicada;</li> <li>3. Identificação e marcação dos termos por domínio científico e técnico;</li> <li>4. Identificação, obtenção e harmonização dos recursos terminológicos existentes em cada EM;</li> <li>5. Desenvolvimento de critérios únicos para criação de terminologias comuns em todos os países;</li> <li>6. Formação técnica de quadros especializados em todos os EM;</li> <li>7. Definição dos domínios científicos e técnicos a partir das tipologias em uso no âmbito de organizações internacionais;</li> <li>8. Identificação de domínios estratégicos de desenvolvimento mais aprofundado para a segunda fase do projeto;</li> <li>9. Publicação de um número da Platô, revista do IILP</li> </ol>



<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	144.876,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	129.936,00 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	80.996,25 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	48.975,08 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Em execução</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto, que procura dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, já teve início, encontrando-se em fase de implementação.</li> <li>Em maio de 2019, na sequência da receção do relatório final de execução técnica e financeira da atividade, foi desembolsada a 3.ª tranche e última tranche do projeto referente à conclusão da implementação da primeira fase, que consistiu na Capacitação das Equipas e Criação de Protótipo.</li> <li>Em 12 de junho de 2019, foi assinado um protocolo entre o FECPLP e o IILP, para a implementação da Atividade "Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC) – Fase II".</li> <li>Em 13 de janeiro de 2020, foi transferida a 1.ª tranche para a implementação da 2.ª fase do projeto, no valor de € 46.222,88 (quarenta e seis mil, duzentos e vinte e dois euros e oitenta e oito centavos), conforme a alínea a) do n.º 5 do Protocolo celebrado entre o FECPLP e o IILP em 12 de junho de 2019.</li> <li>Em reunião com o IILP, constatou-se que o projeto se encontra em fase de execução e aguarda-se entrega de relatório de execução intermédia do mesmo, ainda durante o 1.º semestre de 2021.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4.</li> <li>Posteriormente foi aprovada a implementação da Fase I na XXXIII Reunião de Pontos Focais da Cooperação, em Brasília, nos dias 26 e 27 de outubro de 2016.</li> <li>O projeto foi previamente aprovado em sede do Conselho Científico do IILP.</li> <li>Para a afetação da verba remanescente, a pertinência e o mérito técnico da atividade foram validados pela XXXIV Reunião de Pontos Focais da Cooperação, em Lisboa, nos dias 28, 29 e 30 de março de 2017.</li> <li>O IILP encontra-se a implementar o projeto.</li> <li>O projeto procura dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP.</li> </ul>	

<b>-</b>	<b>Conferência sobre a Mobilidade Académica da CPLP: Avaliação e Regulação das Instituições do Ensino Superior e Reconhecimento Mútuo de Graus e Diplomas na CPLP</b>
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos e Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde – Execução Técnica
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos
<b>GRUPO-ALVO</b>	Investigadores seniores; investigadores em formação (estudantes de doutoramento, mestrado, pós-graduação, formação superior especializada); docentes e estudantes do ensino superior
<b>OBJETIVOS</b>	Contribuir para a dinamização da mobilidade académica entre os EM através da promoção de um espaço de diálogo e de partilha de informação, conhecimento e boas práticas sobre os sistemas de avaliação e regulação do ensino superior e dos procedimentos de acreditação e reconhecimento de graus académicos e cursos e ciclos de estudos oferecidos por instituições de ensino superior dos EM
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Realização de uma Conferência com as agências reguladoras e instituições congéneres responsáveis pela avaliação, acreditação e certificação de cursos e ciclos de estudos e pelo reconhecimento de diplomas de instituições do ensino superior dos EM da CPLP</li> <li>Mapeamento, sistematização, partilha e análise de instrumentos, metodologias e indicadores de avaliação do ensino superior dos EM</li> <li>Partilha de informação sobre os processos de acreditação e regulamentação</li> </ol>

	de cursos e instituições e os procedimentos conducentes ao reconhecimento de graus e diplomas; 4. Identificação de atividades a serem dinamizadas no contexto da CPLP sobre a regulação e a avaliação no ensino superior, a acreditação de cursos e de instituições do ensino superior, a dupla titulação e os cursos em associação	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	35.000,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>		

## Cultura

Pr70/DIL/15	Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional		
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP		
E.M. ENVOLVIDOS	Guiné-Bissau		
GRUPO-ALVO	Staff do INEP (funcionários dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional) da Guiné-Bissau e público em geral		
OBJETIVOS	Relançar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico.		
RESULTADOS ESPERADOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Capacitação dos técnicos dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional;</li><li>2. Capacitação dos investigadores e responsáveis pela gestão do INEP;</li><li>3. Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional;</li><li>4. Internacionalização da CPLP no domínio da produção científica e da partilha da memória histórica e cultural dos Estados membros da CPLP.</li></ol>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		76.573,38 €
	Valor consignado FE		76.573,38 €
	Valor Desembolsado		72.808,26 €
	Saldo   31/03/2021		3.765,12 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em fase de conclusão		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Em setembro de 2017, foi assinado um Protocolo entre o Fundo Especial da Comunidade dos Países De Língua Portuguesa (CPLP) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP), para a implementação da Atividade Pr70/DIL/15 - "Relançamento do INEP e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional",2017, para dar ao início da execução do projeto.</li><li>• Foram realizadas reuniões à distância com entre o SECPLP e o INEP, na qualidade de Entidade Executora, por forma a O projeto será implementado em quatro fases: 1.ª Fase – Elaboração do caderno de encargos, definição das características e especificações técnicas, dos equipamentos e serviços a adquirir; consulta de preços no mercado; validação da opção a ser remetida pelo SE-CPLP. 2.ª Fase - Aquisição de equipamentos e serviços e Transporte; 3.ª Fase - Desalfandegamento e montagem de equipamentos; Ligação à Internet e demais condições para funcionalidade dos equipamentos. 4.ª Fase Formação de Recursos Humanos, nas vertentes de Utilização das Licenças do Arquivo Histórico Nacional e da Biblioteca Pública.</li><li>• A atividade é financiada com recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP, até ao valor € 74.223,32 (setenta e quatro mil, duzentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos), dos quais € 39.223,32 (trinta e nove mil, duzentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos) são financiados pelo Fundo Especial e € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros), equivalente ao valor remanescente, financiados pelo Fundo para a Guiné-Bissau, nos termos previstos no Regimento do Fundo Especial.</li><li>• Em setembro de 2017, foi assinado o Protocolo entre o Fundo Especial da CPLP e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP), para a implementação da Atividade Pr70/DIL/15 - "Relançamento do INEP". Na sequência da transferência da primeira e da segunda tranches, o INEP remeteu em maio e 2018 e em setembro de 2018, respetivamente, os «Relatórios Financeiros Intercalares da Atividade», acompanhados das faturas comprovativas das despesas efetuadas, no valor total de € 31.967,00 (trinta e um mil, novecentos e sessenta e sete euros), sendo € 17.760,00 (dezassete mil, setecentos e sessenta euros) equivalentes à primeira tranche e € 14.207,00 (catorze mil, duzentos e sete euros) equivalentes à segunda tranche.</li></ul>			

- Em outubro de 2018, a Diretora-Geral do INEP solicitou que da verba existente no Fundo Especial, fossem transferidos € 15.669,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta e nove euros), para aquisição na Guiné-Bissau dos bens constantes da rubrica «2. Condições materiais: 2.1. Mobiliários, e 2.2. Materiais de escritório e consumíveis» e da Rubrica «3. Equipamentos: 3.1. Recursos informáticos». Na mesma carta, a Diretora-Geral do INEP autorizou o SECPLP a prosseguir com a aquisição das licenças e da formação para utilização dessas licenças à empresa Mind, no valor de 18.834,00 (dezoito mil, oitocentos e trinta e quatro euros).
- A presente fase do projeto consiste na instalação pela Empresa Mind das licenças MindPrisma (Biblioteca) e X-Arq (Arquivo Histórico) e da respetiva formação a distância, para utilização das referidas licenças pelos funcionários do INEP. Esta ultima fase consiste: (i) em assegurar que estão reunidas condições físicas, estruturais e técnicas para a instalação do software e para a formação a distância; (ii) fornecimento do software de gestão bibliográfica à Biblioteca e Centro de Documentação (BCD) da CPLP, cujo sistema (MindPrisma, antigo PORBASE 5) encontra-se presente na maioria das bibliotecas nacionais dos Estados-membros da CPLP, possibilitando a sua ligação em rede e tornando possível a criação da "Catálogo Integrado das Bibliotecas Nacionais e da BCD da CPLP"; (iii) posterior integração do INEP no projeto "Rede de Arquivos Históricos da CPLP" e no projeto do "Repositório Científico da CPLP".
- Após a conclusão da fase, aguarda-se o envio do relatório final. A conclusão do projeto está prevista para o 3.º trimestre de 2019, prevendo-se que o mesmo seja assinalado com uma sessão solene pública, para a qual serão convidados representantes dos Estados membros e o Secretário Executivo.
- A conclusão do projeto encontra-se pendente devido a questões técnicas relacionadas com a ligação remota aos computadores, o servidor que exige determinados requisitos (Microsoft SQL Server e Internet Information Services) e as características dos sistemas operativos dos equipamentos configurados, para confirmar a compatibilidade dos mesmo, para ser possível avançar com a instalação da aplicação que é necessária para a formação nas licenças da Biblioteca e do Arquivo, e para a utilização da mesma, que consiste na ultima fase do projeto.
- Em 2021 procedeu-se à migração de dados em formato digital, quer da Biblioteca, quer do Arquivo; à instalação remota dos sistemas mindPrisma e X-Arq e à configuração das respetivas páginas/catálogos.
- O projeto encontra-se em fase de conclusão, estando reunidas as condições técnicas para o início da formação a distância, pela Mind, aos quadros do INEP para a utilização das licenças "mindPrisma" (Biblioteca) e "X-Arq" (Arquivo)
- Prevê-se o término do projeto até ao final de 2021.

#### OBSERVAÇÕES

Pr82/SAL/18	Portal da Cultura da CPLP	
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP	
E.M. ENVOLVIDOS	Todos	
GRUPO-ALVO	Agentes culturais; profissionais do setor da cultura; docentes e investigadores; público em geral	
OBJETIVOS	Reforçar a partilha de informação sobre programas, projetos e atividades culturais, documentação técnica e dados sobre a cultura na CPLP	
RESULTADOS ESPERADOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Facilitação o acesso a informação de dados sobre a cultura nos Estados membros da CPLP;</li> <li>2. Mapeamento e ligação em rede das instituições culturais;</li> <li>3. Promoção a articulação entre os agentes da cultura da CPLP;</li> <li>4. Ampla divulgação dos atores culturais e de atividades culturais da CPLP;</li> </ol>	
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade	37.008,25 €
	Valor consignado FE	33.559,60 €
	Valor Desembolsado	8.137,62 €
	Saldo   31/03/2021	25.421,98 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução	

- Por ocasião da Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP (Praia, 2019), foi feita a revisão do projeto do "Portal da Cultura da CPLP" para conformação ao modelo "Página da Cultura da CPLP", possível de implementar sem custos diretos como página integrante do Portal da CPLP.
- Enquanto não são identificados recursos que possam ser aportados para a criação do «Portal da Cultura da CPLP», manter-se-á a página virtual da Cultura de cariz mais estática, informativa e de dimensão predominantemente de repositório de documentos, normativos legais e documentos sobre a cultura nos EM. Esta página, contempla igualmente o acesso à página da Comissão do Património Cultural da CPLP.
- Ambas as páginas serão potenciadas e poderão assumir uma dimensão de maior alcance quando a Página da Cultura passe ter a vertente de Portal, que permitiria a partilha e a circulação de informação sobre políticas culturais e bens culturais dentro da Comunidade, bem como a mobilidade dos agentes culturais e operadores das indústrias criativas dos EM, e o diálogo com a sociedade civil, os Observadores Associados e Consultivos, bem como constituir um instrumento de base para a partilha contínua de informação e para a identificação de áreas de interesse para a cooperação multilateral.
- O projeto encontra-se em execução, estando concluída a fase de conceção funcional do design do Portal da Cultura da CPLP.

## OBSERVAÇÕES

<b>I2016002</b>	<b>II Feira do Livro da CPLP</b>		
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde		
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos		
<b>GRUPO-ALVO</b>	Escritores dos EM da CPLP; público leitor dos EM da CPLP e dos países Observadores Associados; profissionais do meio editorial; meios de comunicação social nacionais e internacionais; agentes de turismo cultural; agentes económicos (sponsors e prestadores de serviços); prescritores		
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da difusão da Língua Portuguesa e da cultura de todos os países que integram a CPLP</li> <li>• Promoção do mercado comum de bens e serviços culturais na CPLP através da literatura</li> <li>• Melhoria do acesso da população dos Estados Membros da CPLP a bibliografia diversa dos EM da Comunidade, nas várias áreas do saber, contribuindo para a promoção dos hábitos de leitura em Língua Portuguesa</li> <li>• Dinamização da literatura da CPLP no contexto mundial</li> <li>• Promover a nova geração de escritores dos EM da CPLP e criar oportunidades para se redescobrir os escritores clássicos</li> <li>• Criar uma rede que permita potenciar a participação da literatura dos EM da CPLP nos principais eventos literários internacionais na Europa, América Latina e Ásia</li> <li>• Criar um ponto de contacto entre a literatura africana, europeia, sul-americana e asiática em Língua Portuguesa</li> </ul>		
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mesas com escritores dos Estados Membros da CPLP</li> <li>2. Debates entre os escritores</li> <li>3. Sessões de autógrafos com escritores</li> <li>4. Leituras de textos</li> <li>5. Aulas de sapiência nas universidades</li> <li>6. Conferências, Exposições e Saraus de poesia</li> <li>7. Apresentações de livros</li> <li>8. Feira do livro</li> </ol>		
<b>FINANCIAMENTO</b>	<table> <tr> <td><b>Valor Total da Atividade</b></td><td>100.000,00 €</td></tr> </table>	<b>Valor Total da Atividade</b>	100.000,00 €
<b>Valor Total da Atividade</b>	100.000,00 €		

	<b>Valor consignado FE</b>	22.062,13 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	0,00 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	22.062,13 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	O projeto estava previsto iniciar-se em 2020, o que não ocorreu devido ao contexto de saúde pública, motivado pela pandemia da COVID19.	

<b>I2016003</b>	<b>Capital da Cultura da CPLP: Bienal de Artes e Indústrias Criativas da CPLP</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Artistas dos EM da CPLP, associações culturais, ONG ativas na promoção dos valores culturais da Língua Portuguesa e dirigentes associativos; público dos Estados Observadores Associados da CPLP; Observadores Consultivos da CPLP; população em geral	
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover e divulgar reflexões conceptuais e resultados concretos da criatividade, inovação e iniciativas de empreendedorismo de cada EM da CPLP, através do diálogo e da promoção de produtos culturais e dos setores das indústrias criativas dos países da CPLP</li> <li>Fomentar a aproximação e o diálogo entre artistas dos Estados-Membros, bem como a partilha de informação e de boas praticas nos domínios da Gestão Cultural e da promoção e ampla divulgação da diversidade cultural da Comunidade.</li> <li>Potencializar e valorizar a arte que é feita pelos EM da CPLP</li> <li>Incentivar os países a adotarem medidas que promovam a livre circulação de bens culturais</li> <li>Identificar formas de promover a diversidade cultural da CPLP no contexto global.</li> </ul>	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Promoção do encontro de profissionais ligados à produção artística tendo a mostra cultural da produção dos artistas dos EM da CPLP como fundamentação</li> <li>Promoção de um espaço de debater, trocar ideias e apresentar propostas sobre matérias de interesse para os jovens artistas e agentes culturais criativos dos EM da CPLP.</li> <li>Oportunidade de os artistas exibirem os seus trabalhos entre seus pares e para a Comunidade.</li> <li>Workshops, performances, concertos, exposições.</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	80.000,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	25.979,99 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	0,00 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	25.979,99 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	O projeto estava previsto iniciar-se em 2020, o que não ocorreu devido ao	

	contexto de saúde pública, motivado pela pandemia da COVID19.
--	---

<b>J201701</b>	<b>Programa CPLP Audiovisual 2 e 3 (PAV)</b>		
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Associação Figuras e contrastes		
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos		
<b>GRUPO-ALVO</b>	Gestores de políticas públicas de cultura, comunicação e audiovisual, produtores independentes de conteúdos audiovisuais, emissoras públicas de televisão, gestores de espaços educativos e culturais na internet		
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo ao intercâmbio cultural na CPLP;</li> <li>• Implantação de políticas públicas integradas de fomento à produção e à teledifusão de conteúdos audiovisuais produzidos nos países da CPLP;</li> <li>• Difusão da produção audiovisual da CPLP no mercado mundial</li> </ul>		
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação da Rede CPLP Audiovisual reunindo as 9 emissoras públicas de televisão nacionais da CPLP.</li> <li>• Realização de Concursos Nacionais de Seleção de Projetos em todos os Estados membros para as linhas DOCTV CPLP III e FICTV CPLP II, de acordo com a operacionalização dos módulos de realização.</li> <li>• Coprodução de 9 documentários e 6 telefilmes de ficção 1 Os "grupos-alvo" são as entidades/grupos que beneficiarão de forma direta com a execução do projeto, em termos de finalidade do projeto.</li> <li>• Seleção e disponibilização para as emissoras públicas de televisão nacionais de uma carteira de até 28 programas infanto-juvenis, selecionados, idealmente, no setor da produção independente de cada Estado-Membro participante.</li> <li>• Estabelecimento de faixa de programação infanto-juvenil compartilhada entre as 09 emissoras públicas de televisão nacionais para difusão das programações NOSSA LÍNGUA II, DOCTV CPLP III e FICTV CPLP II, de acordo com a operacionalização dos módulos respetivos de realização.</li> <li>• Promover o mapeamento das cadeias produtivas do audiovisual em cada Estado-Membro participante, sistematizar e disponibilizar a publicação do banco de dados resultante, e promover o relacionamento dos setores audiovisuais nacionais da CPLP com o mercado internacional.</li> </ul>		
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>		3.656.465,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>		2.150.465,00 €
	<b>Valor Desembolsado</b>		1.166.687,67 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>		983.777,33 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Em fase de conclusão</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A segunda edição do projeto encontra-se concluída, estando a terceira edição em concertação com os Estados membros</li> </ul>		
<b>OBSERVAÇÕES</b>			

<b>Coop. Externa</b>	<b>PROCULTURA – Atividade 1.3 - Apoio ao intercâmbio de estudantes das áreas disciplinares do setor da cultura entre instituições de ensino superior dos PALOP-TL e dos países do Programa Erasmus+</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	AULP e SECPLP	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Estudantes de ensino superior dos PALOP-TL e dos países do Programa Erasmus+	
<b>OBJETIVOS</b>	Promover Apoio ao intercâmbio de estudantes das áreas disciplinares do setor da cultura entre instituições de ensino superior dos PALOP-TL membros da AULP e dos países do Programa Erasmus+	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbio de, pelo menos, 100 estudantes, observando-se a igualdade de género na atribuição de bolsas</li> <li>• Ações de formação e sessões de esclarecimento sobre os programas Erasmus+ e Mobilidade AULP</li> <li>• Ações de assistência técnica presenciais e à distância e ações de tutoria</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	498.000,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	Em execução	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A AULP, em parceria com a CPLP, é responsável pela execução da Atividade 1.3 do Projeto PROCULTURA, financiado pela Comissão Europeia e pelo Camões IP, que é também o executor principal.</li> <li>• No âmbito das ações previstas em protocolo, a CPLP destaca ações tomadas: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articulação com a AULP no sentido de apoiar os pedidos de vistos, para promoção dos projetos de mobilidade.</li> <li>▪ Comunicação/ publicitação das atividades desenvolvidas pela AULP no âmbito da parceria.</li> </ul> </li> <li>• Além de manter as ações referidas, para 2021, prevêem-se as seguintes atividades a realizar pela CPLP <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de um assistente de projeto (a part-time)</li> <li>▪ Criação do Portal da Mobilidade</li> <li>▪ Participação da AULP nas ministeriais da CPLP: do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e da Cultura, quando se vierem a realizar.</li> </ul> </li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O acordo tripartido Camões-AULP-CPLP foi assinado em dezembro de 2019 e a sua execução prevê-se que termine em março de 2024.</li> <li>• Foi elaborado e assinado um acordo entre a CPLP e a AULP, para permitir a articulação necessária a cada momento.</li> </ul>	



## Direitos Humanos e Boa Governação

<b>Pr80/LIS/19</b>	<b>Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos países de Língua Portuguesa – 2019-2022</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Instituto Nacional de Estatística (INE – Portugal)	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Institutos Nacionais de Estatística (INE) dos países da CPLP	
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar e desenvolver os Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) dos países da CPLP, com particular ênfase na capacitação dos PALOP e Timor-Leste;</li> <li>Contribuir para o desenvolvimento da Capacidade Estatística nos países da CPLP.</li> </ul>	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Técnicos capacitados em cada uma das áreas de intervenção;</li> <li>Classificações, Conceitos e Nomenclaturas disponibilizadas, atualizadas de acordo com os últimos quadros internacionais;</li> <li>Ações de formação das classificações desenvolvidas;</li> <li>Capacidade reforçada na relação com os media e nos instrumentos de comunicação, bem como na construção e promoção da imagem da instituição;</li> <li>Legislação do SEN e outra complementar melhorada e/ou implementada e capacitação/desenvolvimento de competências para a respetiva aplicação (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste);</li> <li>Técnicos formados em Instrumentos de planeamento e custeio de atividades;</li> <li>Reforço das competências de gestão organizacional na área de RH;</li> <li>Capacidade reforçada no domínio da Coordenação da cooperação - apoio à decisão executiva, gestão de projetos de cooperação internacional;</li> <li>Capacidade reforçada no domínio da implementação da Infraestrutura Estatística de Dados Espaciais (<i>Global Statistical Geospatial Framework – GSGF</i>), para suporte à produção estatística e na gestão e constituição de dados geográficos;</li> <li>Capacidade reforçada no domínio do Índice de Preços no Consumidor (IPC), Indicadores de Curto-Prazo (ICP) e Análise de Conjuntura;</li> <li>Capacidade reforçada em matéria de disseminação da informação e na melhoria da relação com os utilizadores, nomeadamente através da promoção de iniciativas de literacia estatística;</li> <li>Desenvolvimento de competências em matéria de monitorização da Agenda 2030, com particular enfoque no reforço da capacidade de produção/monitorização de indicadores ODS e comunicação dessa informação; produção de publicação comum de acompanhamento do progresso dos ODS em todos os países da CPLP;</li> <li>Desenvolvimento e/ou consolidação de sistemas de gestão da qualidade da produção estatística, e</li> <li>Formação profissional de quadros em áreas necessárias para a consolidação das suas organizações, tanto a nível institucional como técnico (reforço dos sistemas de produção)</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	1.119.810,24 €
	<b>Valor consignado FE</b>	547.800,49 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	13.074,88 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	534.725,61 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Em execução</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A implementação do programa, cujo início estava previsto para o 2º trimestre de 2019, sofreu um atraso, devido a trâmites burocráticos e jurídicos subjacentes à sua aprovação formal, uma vez que foi necessário aguardar</li> </ul>	

por uma confirmação do Brasil após aprovação da iniciativa em contexto de RPFC.

- Houve assim que alterar o cronograma de atividades inicialmente delineado, dando prioridade a ações relacionadas com a organização da VIII Conferência Estatística da CPLP. Foi também efetuada uma reprogramação dos projetos nos restantes domínios, a executar a partir do 2º trimestre de 2020.
- Nestes termos, a atividade arrancou com a VIII Conferência Estatística da CPLP, que teve lugar em Malabo, entre 15 e 17 de julho de 2019. Para esse propósito foi levada a cabo uma missão de assistência técnica ao INE da Guiné Equatorial (INEGE) para apoio à organização dessa Conferência. A missão teve lugar entre 10 e 17 de julho de 2019, tendo sido realizada por uma técnica superior do Serviço de Relações Externas e Cooperação do INE de Portugal, que prestou assistência técnica ao INEGE nos trabalhos de preparação e implementação do evento, bem como nas funções de reporte e comunicação externa aplicáveis.
- Entre julho de 2019 e a presente data, devido sobretudo às medidas de prevenção e contenção decorrentes da pandemia provocada pelo coronavírus, que impediu a mobilidade prevista pelo Programa, verifica-se que a maioria das ações previstas não foi implementada.
- Realizaram-se assim apenas duas das ações previstas, no Projeto de Coordenação e Conferências Estatísticas, nomeadamente no eixo "Coordenação e Conferências Estatísticas":
  - Missão ao INE da Guiné Equatorial (2019) - de apoio à organização da VIII Conferência Estatística da CPLP;
  - VIII Conferência Estatística da CPLP (Malabo, 2019) – realizada de 15 a 17 de julho de 2019 e cuja ação consistiu no cofinanciamento dos custos de participação dos INEs da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e da DGE de Timor-Leste.
- O relatório intermédio de atividades, foi entregue em agosto de 2020.
- O projeto não registou a realização de novas atividades desde esse momento.

## OBSERVAÇÕES

### Antecedentes:

- O projeto foi aprovado na XXXVIII RPFC, a 19 fevereiro de 2019.
- O Protocolo de Financiamento foi assinado em julho de 2019.

<b>Pr84/LIS/20</b>	<b>Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2021 para apoio à boa governação e construção sustentável</b>
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) - Portugal
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	PALOP, Timor-Leste e Portugal
<b>GRUPO-ALVO</b>	Técnicos dos LE-CPLP e de diversas instituições dos PALOP e de Timor-Leste, alunos dos cursos de Engenharia Civil de diversas Universidades desses países.
<b>OBJETIVOS</b>	Contribuir para a boa governação, através de criação de ferramentas para a garantia de qualidade e segurança das obras de engenharia civil, e para a construção sustentável, através da implementação da economia circular e da preservação dos recursos naturais, nos PALOP e em Timor-Leste.
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoiar a governação na definição de políticas públicas           <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos principais desafios e os temas prioritários para desenvolvimento nos domínios das infraestruturas e do ambiente;</li> <li>- Apoio à identificação linhas estratégicas de desenvolvimento das instituições participantes;</li> </ul> </li> <li>2. Promover a qualidade na construção, manutenção e reabilitação do património construído           <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de um Núcleo Móvel de Calibração PALOP de equipamentos;</li> <li>- Implementação de boas práticas ao longo do ciclo de vida de infraestruturas críticas, património edificado e cultural;</li> </ul> </li> <li>3. Promover a construção sustentável e economia circular           <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento de redes colaborativas através de capacitação e formação conjunta de técnicos e engenheiros das instituições beneficiárias, com aproveitamento das potencialidades dos parceiros em domínios considerados estratégicos;</li> <li>- Identificação de subprodutos e resíduos passíveis de reutilização e estudo da aplicação de matérias-primas locais, como por exemplo a rocha asfáltica de Angola e as pozolanas de Cabo Verde. Implementação de boas práticas de gestão de resíduos na construção, com vista à sua valorização e à proteção</li> </ul> </li> </ol>

	<p>ambiental;</p> <p>4. Promover o uso da Língua Portuguesa e o acesso livre a informação técnica - formação em português e disponibilização na plataforma digital (LE-CPLP) de glossário de termos técnicos, manuais de boas práticas, regulamentos, apresentações e vídeos de formação em áreas temáticas da engenharia civil; promoção do ensino a distância.</p>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	293 711,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	91 093,07 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	0,00 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	91 093,07 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O contexto pandémico verificado desde março de 2020 impediu o arranque desta iniciativa.</li> <li>• O protocolo entre as partes foi negociado e estabilizado em agosto de 2020, mas não foi ainda sido assinado. No momento em que as condições de arranque do projeto estejam preenchidas, a iniciativa será revista em termos de cronograma de execução;</li> <li>• Nesse quadro, no dia 13 de novembro de 2020, foi feita uma reunião de coordenação entre todos os LE-CPLP, por videoconferência com o propósito de avaliar a situação atual nos Laboratórios e definir estratégias de retomada da cooperação;</li> <li>• O projeto ainda não tem execução técnica ou financeira.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto foi aprovado na XL RPFC, de 18 e 19 de fevereiro de 2020, com financiamento de 91.093,07€, aportado na íntegra por recursos sob reserva de consignação de Portugal.</li> <li>• O protocolo foi assinado no final de maio de 2021, perspetivando que as atividades dele decorrentes se possam iniciar até ao final do segundo semestre desse ano.</li> </ul>	

## Educação

<b>AP53/SAL/18</b>	<b>Oficina de Capacitação para Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Ministério da Educação de Cabo Verde	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alfabetizadores e educadores de Jovens e Adultos</li> <li>- Responsáveis pelas instituições de formação inicial e continuada de alfabetizadores e educadores de Jovens e Adultos dos Estados membros</li> </ul>	
<b>OBJETIVOS</b>	Reforçar a alfabetização de jovens e adultos na CPLP, no âmbito da operacionalização do Eixo II do Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP (2016-2020)	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificação e compartilhamento de boas práticas de alfabetização e educação de jovens e adultos, voltadas para as mulheres, tendo em vista a sua divulgação na Plataforma de Educação de Jovens e Adultos do Portal de Educação da CPLP;</li> <li>2. Criação de mais programas de incentivo e apoio à participação das mulheres nos espaços educativos e formativos;</li> <li>3. Estabelecer e/ou ampliar parcerias com instituições públicas e privadas, sociedade civil e outras organizações nacionais e internacionais congêneres, de modo a ampliar as redes de cooperação na área de alfabetização e educação de jovens e adultos;</li> <li>4. Promoção de uma campanha conjunta de advocacia para sensibilização e mobilização, a fim de ampliar a participação das mulheres nos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos;</li> <li>5. Identificação de boas práticas sobre a formação de alfabetizadores e educadores (fóruns, chats, vídeos e outros) e os materiais digitais produzidos;</li> <li>6. Construção conjunta, no âmbito da CPLP, da metodologia e dos instrumentos para a realização dos inquéritos sobre educação e alfabetização de jovens e adultos na CPLP;</li> <li>7. Impulsionar o trabalho colaborativo entre os países da CPLP no domínio da Educação e Alfabetização de Jovens e adultos;</li> <li>8. Produção de manuais e recursos educativos para apoio à formação de alfabetizadores, educandos e de alfabetizandos.</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	24.835,80 €
	<b>Valor consignado FE</b>	24.835,80 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	0,00 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	24.835,80 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade ainda não implementada – Implementação prevista para maio de 2020. A Oficina encontra-se em fase de preparação e protocolo de financiamento (SECPLP – Min. Educ. CV) encontra-se em fase de conclusão.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto foi aprovado tecnicamente na XXXVII RPFC, a 12 de julho de 2018, com categoria de decisão 4.</li> <li>• Financiamento foi aprovado na XXXIX RPFC, após revisão orçamental.</li> </ul>	

- |  |  |
|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• Por recomendação da XI Reunião dos Ministros da Educação dos Estados membros da CPLP, realizada a 18 de novembro de 2020, o projeto encontra-se em fase de adequação devido ao contexto pandémico, provocado pela COVID19.</li></ul> |
|--|--|

## Juventude e Desportos

Pr79/LIS/18	Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão		
ENTIDADE EXECUTORA	Conexão Lusófona		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Jovens (18 e os 35 anos); Estudantes do Ens. Superior e Escolas Profissionais da CPLP, Univ. Estrangeiras; Associações Estudantes/Juvenis; Empresas; Associações de comunidades imigrantes		
OBJETIVOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Manter e aprimorar a plataforma virtual existente nas suas diversas valências de forma a aproximar os jovens da CPLP e da Diáspora, promovendo o conhecimento mútuo e as oportunidades neste espaço de língua comum;</li><li>2. Gerar um sentimento de identificação e pertença dos jovens à CPLP;</li><li>3. Projetar internacionalmente a multiculturalidade e as oportunidades da nossa Comunidade;</li><li>4. Divulgar os ODS e a agenda 2030;</li><li>5. Reforçar a cidadania ativa dos jovens no espaço CPLP, contribuindo para a valorização da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social, assim como o desenvolvimento assente na cooperação mutuamente vantajosa</li></ol>		
RESULTADOS ESPERADOS	<ul style="list-style-type: none"><li>• Crescimento da visibilidade do Portal enquanto ferramenta cultural da língua portuguesa onde os cidadãos e sobretudo a juventude possa conhecer, refletir e viver o espaço da CPLP diariamente.</li><li>• Ultrapassar barreiras geográficas aproximando os jovens cidadãos da CPLP e da Diáspora, contribuindo assim para a promoção de um conhecimento mútuo entre as sociedades que integram.</li><li>• Contribuir para a disseminação e o acesso às TIC na CPLP;</li><li>• Capacitar e formar jovens na área do jornalismo digital - instituições de ensino superior e técnico profissional;</li><li>• Estimular o reforço e utilização da Língua Portuguesa, a Educação para as TIC bem como a Educação não Formal (ENF) e a Educação para o Desenvolvimento (ED), sensibilizando a juventude para os ODS.</li><li>• Aumentar significativamente o número de jovens formadores de opinião com sensibilidade, consciência e ação para o tema CPLP e para os ODS</li></ul>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		221.800,05 €
	Valor consignado FE		96.330,15 €
	Valor Desembolsado		82.568,70 €
	Saldo   31/03/2021		13.761,45 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído		
<ul style="list-style-type: none"><li>• O protocolo foi assinado em maio de 2018 e a EE só arrancou com as atividades programadas no projeto em junho desse ano;</li><li>• O projeto sofreu atrasos na sua execução, sobretudo nos países africanos de língua portuguesa, onde foram reportados entraves a nível institucional.</li><li>• Em novembro de 2019 a entidade executora reportou dificuldades de execução por questões associadas relacionadas com a criação de clubes de jornalismo e sessões de formação em centros universitários.</li><li>• Em contraponto, reportaram o estado da cooperação com o Brasil era positivo. Nesse âmbito indicaram que após uma visita presencial e um ano de negociações e cocriação com o departamento de</li></ul>			

<p>jornalismo da UFT (Universidade Federal do Tocantins), fora possível encaixar no calendário oficial da Universidade uma formação em jornalismo e empreendedorismo digital, focada em complementar a formação académica e aumentar a empregabilidade potencial de uma nova geração de jornalistas, assim como o seu conhecimento e sensibilidade para com o tema e universo da CPLP. A procura e interesse pelo curso foi um sucesso. Na primeira edição, realizada no segundo trimestre de 2019, houve mais inscritos do que vagas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No seguimento de contactos realizados em abril com a EE foi realizada uma reunião em formato virtual em maio 2020 onde o SECPLP explicou que as informações remetidas n eram insuficientes para justificar uma prorrogação do prazo que fora solicitado. O SECPLP sugeriu que pudesse ser revisto o relatório remetido, detalhando as condicionantes que a EE afirma impediram a concretização das atividades bem como o plano para ultrapassá-las. Posteriormente foram mantidos contactos em dezembro de 2020, nos quais se procurou reforçar a necessidade do envio de informações atualizadas sobre o projeto.</li> <li>No início de abril de 2021 a EE remeteu Nota Informativa com o ponto de situação do projeto, informando também da disponibilidade em prosseguir com a execução da atividade. Após análise dessa Nota Informativa pelo SECPLP e pela XLI RPFC, foi transmitido à EE que se considerava não estarem reunidas as condições para permitir a continuidade do projeto por se entender que as ações desenvolvidas representam um desvio substancial das ações inicialmente propostas no documento de Atividade e que, portanto, deixam de atender aos objetivos inicialmente propostos. Com base nesse pressuposto, o SECPLP transmitiu à EE CPLP que seriam interrompidos os fluxos financeiros previstos para o financiamento da atividade.</li> <li>A 17 de junho a EE remeteu Relatório Final e prestação de contas.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto foi aprovado pela XXXVI RPFC com a categoria de decisão 1 e o financiamento da atividade foi confirmado pela 212ª Reunião Ordinária do CCP.</li> <li>O Protocolo entre a CPLP e Conexão Lusófona foi assinado a 18 de maio de 2018</li> </ul>

<b>Pr49/LIS/12</b>	<b>Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Fase II</b>
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	<p>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Execução Técnica</p> <p>Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira</p> <p><b>Parceiros:</b> Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD) da Guiné-Bissau</p>
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Guiné-Bissau e Brasil
<b>GRUPO-ALVO</b>	Professores/as e alunos/as da quinta fase do curso de Educação Física da ENEFD
<b>OBJETIVOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proporcionar conteúdos e vivências formativas na arte da capoeira para os/as professores/as responsáveis pela inserção da capoeira no currículo da ENEFD;</li> <li>2. Apoiar na criação de cadeiras na estrutura curricular do curso, além de conteúdos e demais ações pedagógicas ligadas à capoeira no percurso formativo dos/as estudantes da ENEFD;</li> <li>3. Fomentar interculturalidades envolvendo a capoeira e as manifestações culturais locais da Guiné-Bissau, de modo a reconhecer o valor pedagógico das tradições africanas e afro-diaspóricas;</li> <li>4. A médio e longo prazo, incentivar a prática da capoeira no país como forma de colaborar com a inclusão social, a cidadania e a melhoria da autoestima e da qualidade de vida de adultos, jovens e crianças.</li> </ol>
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Domínio de habilidades, canções, ritmos, compreensão de espaço e corpo que permitam o entendimento da experiência da capoeira em suas potencialidades pedagógicas;</li> <li>2. Compreensão do universo da tradição viva da capoeira na sua complexidade, multiplicidade, linguagens e linhagens a partir de uma relação mais próxima e aprofundada possível com seus mestres e mestras, grupos e escola;</li> </ol>

	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Compreensão da capoeira em relação com outras manifestações africanas e afro-diaspóricas para subsidiar a sedimentação de um processo de ensino-aprendizagem que reconheça os potenciais pedagógicos dessas tradições vivas;</li> <li>4. Inserção de cadeiras e componentes no currículo dos cursos da ENEFD ligados à relação da capoeira com a educação;</li> <li>5. Indicação e disponibilização de material didático;</li> <li>6. Formação dos professores da ENEFD para dar aulas sobre capoeira a partir das potencialidades pedagógicas dela;</li> <li>7. Estabelecimento e consolidação da parceria interinstitucional ENEFD – UNILAB visando à continuidade e sustentabilidade do projeto e de suas experiências formativas;</li> <li>8. Sensibilização da comunidade guineense para a potencialidade da capoeira como forma de inclusão social cidadania e a melhoria da autoestima e da qualidade de vida de adultos, jovens e crianças a fim de viabilizar, a médio e longo prazo, a prática da capoeira no território com esta finalidade;</li> <li>9. Realização de um seminário sobre capoeira, educação e práticas culturais africanas e da diáspora;</li> <li>10. Organização de um evento/roda como ritual de finalização dessa fase projeto.</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	568.901,88 €
	<b>Valor consignado FE</b>	536.221,80 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	359.848,86 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	176.372,94 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Fase II será implementada na Guiné-Bissau, com o enfoque na capacitação de Professores/as e alunos/as do curso de Educação Física da ENEFD.</li> <li>• Está a ser concluído o documento de projeto sobre a Fase II, que deverá ser apresentado à XLII RPFC, a realizar-se em julho de 2021.</li> </ul>	

<b>-</b>	<b>Jogos Desportivos da CPLP - 2020</b>
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Timor-Leste e País e Secretaria-Geral da Conferência dos Ministros da Juventude e Desportos da CPLP (CMJD-CPLP)
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos
<b>GRUPO-ALVO</b>	Jovens atletas até aos 16 anos; técnicos e dirigentes de várias disciplinas e especialidades ligadas ao desporto
<b>OBJETIVOS</b>	Criação de um espaço privilegiado para a competição desportiva saudável e a troca de experiências e interação cultural e social
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização bem-sucedida dos jogos nas modalidades que integram a XII edição dos Jogos entre 12 e 20 de julho de 2020</li> <li>• Aproximação das comunidades, promoção de estilos de vida saudáveis e de valores éticos</li> <li>• Promoção do desporto enquanto fator cultural indispensável ao processo de formação para a cidadania</li> <li>• Consolidação das relações diplomáticas, económicas e sociais</li> <li>• Reforço dos laços de solidariedade entre os Estados-Membros</li> <li>• Divulgar a realidade timorense e suas potencialidades</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o desporto, como um produto turístico</li> <li>• Reforçar a integração de Timor – Leste na CPLP</li> <li>• Descentralizar os eventos desportivos pelos municípios</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	2.250.000,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Em virtude da Pandemia causada pela doença SARS-COV2, esta atividade foi adiada, existindo concertações para a sua realização em data a acordar	

## Saúde

-	<b>Conferência sobre Cuidados de Saúde Primários</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Presidência em exercício, com o apoio de: <ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades Assessoras do Secretariado Executivo para a área da Saúde (Fundação Oswaldo Cruz e Instituto de Higiene e Medicina Tropical)</li> <li>Comissão Temática da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional dos Observadores Consultivos da CPLP</li> <li>Escritório da OMS-AFRO</li> </ul>	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Estruturas representativas do setor da saúde dos: <ul style="list-style-type: none"> <li>Estados-Membros da CPLP</li> <li>Comunidade Internacional</li> </ul>	
<b>OBJETIVOS</b>	Articulação e reflexão conjunta entre os Estados-Membros da CPLP e diversos parceiros sobre o contributo potencial do PECS-CPLP 2018-2021 para a concretização da Agenda de Astana sobre Cuidados Primários de Saúde	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reafirmar a importância política dos Cuidados Primários de Saúde e a necessidade de avanços consistentes no caminho da Cobertura Universal de Saúde;</li> <li>Apresentação à comunidade internacional do PECS-CPLP 2018-2021 e do seu contributo para a consagração da agenda de Astana e da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável;</li> <li>Formalização de parcerias para o desenvolvimento conjunto de projetos constantes do PECS-CPLP 2018-2021.</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	n.d.
	<b>Valor consignado FE</b>	n.d.
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Em articulações mantidas em junho de 2021 com representantes do Instituto de Higiene e Medicina Tropical e a Comissão Temática da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional dos Observadores Consultivos da CPLP obteve-se informação de que decorrem conversações com o Ministério da Saúde de Angola para que o evento se possa realizar até ao final de 2021, já sob a égide da presidência angolana da CPLP.</li> </ul>	

## Segurança Alimentar e Nutricional

H2014027	Projeto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela		
ENTIDADE EXECUTORA	Associação Kulani Kuati Vanana (AKKV)		
E.M. ENVOLVIDOS	Moçambique		
GRUPO-ALVO	Crianças dos 0 aos 12 anos de idade e mulheres residentes em 14 povoados do posto administrativo de Zandamela		
OBJETIVOS	Promover boas práticas de produção agro-ecológicas de hortícolas nas baixas de Zandamela por forma a aumentar a produção e produtividade, e melhorar a dieta alimentar e o estado nutricional de crianças menores de 12 anos de idade		
RESULTADOS ESPERADOS	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Melhorada ao longo de 1 ano a disponibilidade nas famílias das áreas do projeto de alimentos com alto valor nutricional;</li><li>2. Áreas de produção de alimentos/hortícolas aumentadas;</li><li>3. Melhorado o conhecimento das comunidades sobre boas praticas de nutrição para menores de 5 anos e mulheres grávidas;</li><li>4. Casos de desnutrição identificados e reabilitados;</li><li>5. Mulheres em idade fértil com conhecimento sobre a importância de consultas pré e pós-natal, assim como a nutrição infantil incluindo o aleitamento materno exclusivo;</li><li>6. Melhorada a renda das famílias através de criação de animais de pequeno porte;</li><li>7. Produtores de hortícolas treinados e aplicam tecnologias de produção agroecológicas de hortícolas e melhoradas as suas técnicas de produção; e,</li><li>8. Comunidades produzindo hortícolas e variação de dieta alimentar nas famílias alcançadas pelo projeto</li></ol>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		36.117,28 €
	Valor consignado FE		36.117,28 €
	Valor Desembolsado		36.116,32 €
	Saldo   31/03/2021		0,96 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação do projeto iniciou-se em julho de 2019 e terminou em outubro de 2020;</li><li>• De acordo com informações prestadas pela AKKV, foram implementadas as seguintes Atividades:<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Sessão de apresentação do projeto a representantes de 15 povoados que serão abrangidos pelas Atividades, bem como ao Ponto Focal dos Serviços Distritais de Atividades Económicas e à Secretaria da Localidade;</li><li>▪ Articulação com a CARE (instituição parceira da AKKV) para a seleção e envolvimento dos Ativistas comunitários que participarão na Formação sobre nutrição;</li><li>▪ Capacitação de produtores em técnicas de produção, em formato "on job" – ainda a ser iniciada;</li><li>▪ Distribuição de Caprinos a 33 famílias, de Suínos a 25 famílias e de sementes a 50 famílias;</li><li>▪ capacitação rotineira no campo complementada pela distribuição de sementes e assistência aos beneficiários;</li><li>▪ sessões de educação nutricional (demonstrações culinárias) em duas unidades sanitárias;</li><li>▪ distribuição de materiais de higienização e desinfecção (Balões com torneiras, Sabão e Mascaras) no âmbito de Covid19 em quatro Comunidades/unidades sanitárias;</li><li>▪ fomento de Fruteiras nas comunidades de Baulane e Machaletuane que alcançou 160 Famílias.</li></ul></li><li>• A AKKV identificou alguns constrangimentos no decorrer da implementação do projeto, que poderiam</li></ul>			

	comprometer os resultados propostos a alcançar, nomeadamente a falta de chuva em época de plantio (menor produção) e a flutuação do cambio e subida dos custos dos equipamentos. A AKKV procurou estratégias para mitigar esses efeitos até ao final do período de implementação do projeto.
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O protocolo foi assinado com a entidade executora no final de junho de 2019;</li> <li>• O Relatório Final foi entregue em outubro de 2020.</li> </ul>

<b>H2014028</b>	<b>Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro-pecuários e empreendedorismo</b>		
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Plataforma das ONG de Cabo Verde		
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Cabo Verde		
<b>GRUPO-ALVO</b>	80 Mulheres chefes de família e/ou a procura de emprego		
<b>OBJETIVOS</b>	Dotar os formandos de competências práticas e conhecimentos relativos ao processamento de produtos agropecuários, e despertar nestes o "espírito empreendedor" nos domínios da horticultura e pecuária, que são consideradas duas das principais vertentes dinamizadoras do agro-negócio		
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. 80 mulheres chefes de família na planificação e implementação do seu agro-negócio, utilizando da melhor forma possível todos os recursos de que dispõem, em relação às técnicas de processamento e de controlo de matérias-primas e de produtos agro-pecuário;</li> <li>2. Quatro ações de formação em empreendedorismo e gestão de pequenos negócios realizadas;</li> <li>3. Quatro ações de formação em Comunicação e relações interpessoais realizadas</li> </ol>		
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>		43.200,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>		36.888,00 €
	<b>Valor Desembolsado</b>		33.199,20 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>		3.688,80 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Concluído</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades iniciadas no mês de julho de 2019.</li> <li>• O relatório intercalar de Junho 2019 a janeiro 2020, reporta as atividades: Contato bilateral com todos os parceiros do projeto; Sessões de trabalho com as Associações Comunitárias parceiras sobre o processo de identificação e seleção das beneficiárias; Sessões de trabalho com o INIDA (Centro de Transformação de Produtos sito em São Jorge-Órgãos); Acompanhamento do o Centro de Formação na elaboração do programa dos cursos e respetivo orçamento; Receção análise e aprovação do programa dos cursos; Assinatura do contrato com o Centro de Formação para a realização dos 4 cursos; Elaboração e socialização do programa dos cursos; Criação de condições logísticas (salas, transporte, materiais didáticos, lanche e almoços, ...) para o arranque dos cursos.</li> <li>• Face à situação de pandemia foram solicitadas e aprovadas duas a extensões do prazo de execução do projeto, tendo o mesmo sido concluído em dezembro de 2020.</li> <li>• Os relatórios Finais foram submetidos e apreciados pelo SECPLP. O Relatório técnico aponta para os seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quatro ações de formação em empreendedorismo e gestão de pequenos negócios realizadas;</li> <li>▪ Quatro ações de formação em Comunicação e relações interpessoais realizadas;</li> <li>▪ Quatro ações de formação em transformação de produtos agropecuários realizadas;</li> <li>▪ 64 mulheres chefes de família (80% em relação ao previsto) com competências para abraçar uma atividade geradora de rendimento no domínio do agro-negócio;</li> </ul> </li> </ul>		
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O protocolo foi assinado com a entidade executora no final de junho de 2019;</li> <li>• Deverá ser realizado o reembolso de valor não executado, juntamente com envio da nota de crédito com mesmo valor.</li> </ul>		

H2014029	Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento		
ENTIDADE EXECUTORA	COAJQ – Cooperativa Agro-Pecuária de Jovens Quadros de Canchungo		
E.M. ENVOLVIDOS	Guiné-Bissau		
GRUPO-ALVO	280 produtores membros de 5 associações de jovens agricultores		
OBJETIVOS	Consolidar o associativismo dos jovens agricultores, com enfoque na melhoria da produção, transformação e tomada de decisão ao nível de micro associações, contribuindo para o aumento da segurança alimentar.		
RESULTADOS ESPERADOS	<ul style="list-style-type: none"><li>• R1 - Jovens agricultores reforçam o associativismo e tomada de decisão no quadro de 5 associações de base comunitária;</li><li>• R2 - Produção e transformação hortofrutícola aumentada</li></ul>		
FINANCIAMENTO	Valor Total da Atividade		39.182,00 €
	Valor consignado FE		37.083,00 €
	Valor Desembolsado		33.875,57 €
	Saldo   31/03/2021		3.207,43 €
GRAU DE EXECUÇÃO	Concluído		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Após consultas com a EE, o projeto foi reformulado e adequado à realidade atual no terreno.</li><li>• Protocolo de financiamento foi assinado e a primeira transferência foi realizada no início do mês de fevereiro; 2º transferência efetuada em novembro de 2020;</li><li>• O relatório técnico final do projeto foi entregue em junho de 2021, e reporta os seguintes resultados:<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 5 associações reforçadas em associativismo, para dinamização da produção agrícola familiar dos seus associados em prole da soberania alimentar</li><li>▪ 2 ação de formação em associativismo com 45 participantes</li><li>▪ 2 ação de formação em gestão e liderança realizada com mais de 45 participantes</li><li>▪ Reforçado o papel das mulheres em liderança e gestão associativa. 4 das 5 associações lideradas por mulheres (80%).</li><li>▪ 1 ação de formação em produção hortícola realizada, com 25 formandos em 2021.</li><li>▪ 1 ação de formação em produção e transformação de óleo de palma realizada, com 25 formandos em 2021</li><li>▪ Melhoria dos registos e cálculos de produção hortofrutícola pelas associações e famílias promovida</li><li>▪ Introdução da caderneta do agricultor</li><li>▪ Aumento da produção de beringela; repolho; alface; cebola; tomate; pimento; cenoura; salsa.</li><li>▪ Campo de demonstração da Cooperativa COAJQ reforçado para ação de vulgarização agrícola e formação</li><li>▪ 3 poços tradicionais para hortifruticultura construídos, melhorando o acesso a água para desenvolvimento das hortas e facilitar a transformação de produtos agrícolas.</li><li>▪ 10 prensas de óleo de palma adquiridas e em funcionamento;</li><li>▪ 1 Kit de meios de processamento, conservação e higienização disponibilizados por associação (alguidares, panelas, outros).</li></ul></li><li>• Apesar dos recibos terem sido entregues, está ainda em falta o recebimento do Relatório Financeiro, para apreciação do SECPLP.</li></ul>			
OBSERVAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto aprovado em sede da XXXVI RPFC;</li><li>• Face à situação de pandemia foi solicitada e aprovada a extensão do prazo de execução do projeto até 31 de março de 2021.</li></ul>		

<b>Coop. Externa</b>	<b>Criação de Centro de Competências em Agricultura Familiar Sustentável da CPLP</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	ACTUAR e FAO, com apoio do SECPLP	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Localizado em São Tomé e Príncipe. Todos EM envolvidos.	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Agricultores, técnicos governamentais	
<b>OBJETIVOS</b>	Capacitar os atores relevantes, em particular formadores e agricultores e dinamizar uma rede de referência para intercâmbio de conhecimentos e cooperação sobre agricultura sustentável e agroecologia na CPLP.	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um Centro de Competências em AF Sustentável da CPLP;</li> <li>• Capacitação e Criação de Rede da CPLP de agroecologia;</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	392.000,00 USD
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Em execução</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A criação do CCAFS decorre da decisão tomada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP em 2015, na sequência de solicitação apresentada pelos agricultores e organizações da sociedade civil da CPLP, reunidas no Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP.</li> <li>• A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) aprovou um financiamento para apoiar a criação do Centro de Competências para a Agricultura Familiar (CCAFS) e promover a formação e intercâmbios de conhecimentos para o desenvolvimento de capacidades em agricultura familiar e agroecologia na região.</li> <li>• O Centro estará sediado no CATAP – Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário em São Tomé e Príncipe e oferecerá cursos a todos os Estados membros da CPLP em carácter presencial e à distância, promovendo, também intercâmbios de conhecimentos entre agricultores e quadros técnicos dos países da CPLP.</li> <li>• Este Centro de Competências deverá estimular a cooperação entre os países da comunidade em prol da agricultura sustentável, da agroecologia e do acesso à alimentos saudáveis por toda a população.</li> <li>• Uma ação de formação inicial de formadores recebeu mais de 300 candidaturas e envolveu cerca de 30 participantes dos Estados – Membro. Prevê-se uma segunda edição do curso em Setembro deste ano. Acordos com os diferentes Estados-Membro para construção de capacidades de quadros técnicos do governo, sociedade civil e setor privado estão em elaboração.</li> </ul>	

<b>Coop. Externa</b>	<b>Promoção de Sistemas Alimentares e Dietas Sustentáveis na CPLP: recomendações para políticas públicas</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	ACTUAR e FAO, com apoio do SECPLP	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Todos os EM	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Pequenos agricultores, técnicos governamentais	
<b>OBJETIVOS</b>	Promover Sistemas Alimentares e Dietas Sustentáveis em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos sistemas alimentares nos 2 territórios piloto; discutidas nos CONSAN Nacionais; e CONSAN-CPLP</li> <li>• Produção de recomendações de promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis a nível nacional e regional.</li> </ul>	

<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	115.538,00 €
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Concluído</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Devido à situação pandémica, e à impossibilidade e extensão dos prazos de implementação, a metodologia inicialmente proposta teve de ser modificada, fazendo maior uso de ferramentas de comunicação à distância.</li> <li>Foram resultados/produtos do projeto: <ul style="list-style-type: none"> <li><b>R1: i)</b> duas análises de sistemas alimentares locais em territórios selecionados nos dois países (São Tomé e Príncipe e Cabo Verde);</li> <li><b>R1: ii)</b> dois workshops consultivos com as partes interessadas nacionais (um em São Tomé e Príncipe e um em Cabo Verde) para validação dos resultados da análise de sistemas alimentares locais;</li> <li><b>R2: i)</b> documento com recomendações de políticas para catalisar uma mudança em direção a sistemas alimentares sustentáveis para dietas saudáveis em nível territorial nos países da CPLP;</li> <li><b>R3: i)</b> incorporar uma ferramenta de software específica, e uma subwebpage na Plataforma multi-stakeholders existente AlimentaCPLP;</li> <li><b>R3: ii)</b> desenvolver um vídeo animado para divulgar a metodologia e a resultados do projeto;</li> </ul> </li> </ul>	

<b>H2014030</b>	<b>"No nutrison, no vida" (A nossa nutrição, a nossa vida)</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Guiné-Bissau	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Crianças e Mulheres do Setor de Cacheu	
<b>OBJETIVOS</b>	Contribuir para a capacitação da população de <i>tabancas</i> do Setor de Cacheu para hábitos alimentares mais saudáveis através do incentivo à produção e consumo de alimentos locais e diversificados	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Sensibilizadas crianças, mulheres e a comunidade em geral para a importância de uma alimentação saudável e para o uso de produtos locais na mesma;</li> <li>Reforçadas associações/organizações locais em termos de capacitação na área da educação alimentar;</li> <li>Criadas hortas comunitárias produtivas e dinâmicas;</li> <li>Facultada divulgação pública de qualidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Permanente, nas tabancas, através de painéis publicitários com a graduação da importância dos alimentos e sobre hábitos de alimentação saudável;</li> <li>- Desdobráveis, no Centro de Saúde, Maternidade e escolas de Cacheu, como ferramenta facilitadora do trabalho de sensibilização;</li> </ul> </li> <li>Reforçado o Centro de Recursos de Cacheu com bibliografia relacionada com educação nutricional.</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	43.617,88 €
	<b>Valor consignado FE</b>	37.097,88 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	0,00 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	37.097,88 €

<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está concluído o trabalho de revisão do documento de projeto original com a EE.</li> <li>• O projeto iniciará implementação em setembro de 2021, prevendo-se que a assinatura do protocolo seja feita na mesma data.</li> </ul>



## Turismo

<b>COOPPT021</b>	<b>Cooperação no domínio do Turismo no contexto da CPLP</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Turismo de Portugal – Execução Técnica Secretariado Executivo da CPLP – Execução Financeira	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Organismos oficiais de turismo dos Estados-Membros da CPLP	
<b>OBJETIVOS</b>	Reforçar o papel do Turismo no âmbito da CPLP através da implementação de ações/projetos previstos no PECTUR-CPLP - Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP nomeadamente dos compromissos assumidos por Portugal.	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implementação do PECTUR-CPLP – Plano Estratégico de Cooperação em Turismo;</li> <li>2. Capacitação de técnicos e de formadores das instituições responsáveis pelo Turismo nos Estados-Membros da CPLP;</li> <li>3. Divulgação das oportunidades de investimento em Turismo nos Estados-Membros da CPLP;</li> <li>4. Promover e agilizar os processos de rentabilização e preservação de património público dos Estados-Membros da CPLP que se encontra devoluto, tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística;</li> <li>5. Melhorar a visibilidade e relevância do Turismo no contexto da CPLP.</li> </ol>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total da Atividade</b>	188.788,70 €
	<b>Valor consignado FE</b>	188.788,70 €
	<b>Valor Desembolsado</b>	89.098,79 €
	<b>Saldo   31/03/2021</b>	99.689,91 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Em execução</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto conclui a sua primeira fase de execução, prevendo-se que a segunda fase se inicie em setembro de 2021.</li> <li>• O Turismo de Portugal apresentou um documento de projeto da nova fase que se disponibilizou a rever, para se adaptar ao Plano de Ação 2019-2022 revisto em junho de 2021 pelo Grupo de Trabalho constituído no âmbito da Reunião de Pontos Focais do Turismo.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto inicial foi reforçado em dezembro de 2019 com 45.000€ adicionais, para cumprir o mesmo objetivo geral.</li> </ul>	

## 5. ATIVIDADES DE ÁREAS NÃO ALINHADAS COM O DEC 2020-2026

### Comunicações e Agenda Digital

-	<b>Produção de Livro “Quinze Anos de Governação Eletrónica na CPLP”</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Pontos Focais de Governo Eletrónico da CPLP e Secretariado Executivo da CPLP	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Cidadãos dos Estados-Membros	
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar o nível da investigação académica e as práticas da Administração Pública da CPLP no processo de formulação de políticas, estratégias e legislação, bem como no planeamento e implementação de soluções de EGOV.</li> <li>• Apresentação da realidade do EGOV nos vários Estados-Membros e as diferentes áreas em que as tecnologias digitais têm ajudado os Governos a disponibilizarem melhores serviços públicos, simplificarem os processos administrativos, estimularem a participação cidadã e a inclusão nos processos de governação dos respetivos países.</li> </ul>	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Livro editado, publicado e divulgado</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	n.d.
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Concluído</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar das reiteradas tentativas desenvolvidas pelo Secretariado Executivo para dar seguimento a esta atividade, nomeadamente solicitando o envio dos capítulos nacionais ou das suas atualizações, não se conseguiram reunir condições objetivas para a sua concretização.</li> <li>• Em 26 de abril de 2021, o ponto de situação era o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola – SECPLP recebeu uma versão revista do capítulo em fevereiro de 2021;</li> <li>• Brasil – Existe indicação de que teria sido submetido o respetivo capítulo, mas não é possível encontrar registo deste texto no SECPLP. Solicitou-se o reenvio, que não chegou a ocorrer;</li> <li>• Cabo Verde – A versão disponível do capítulo do país remonta a 2017;</li> <li>• Guiné-Bissau – Não enviou informação;</li> <li>• Guiné-Equatorial – Existe uma versão de 2019 e comentários dos revisores;</li> <li>• Moçambique – Existe indicação de que terá sido submetido o capítulo nacional, mas não é possível encontrar registo deste texto no SECPLP. Solicitou-se o reenvio, que não chegou a ocorrer;</li> <li>• Portugal – SECPLP recebeu uma versão revista em 24 abril de 2021;</li> <li>• São Tomé e Príncipe – SECPLP recebeu uma versão revista em 26 de abril de 2021;</li> <li>• Timor-Leste – Não enviou informação.</li> </ul> </li> <li>• Registrando a situação como acima se descreve e tal como foi enunciada na reunião interministerial de novembro de 2020, o projeto de conclusão do livro será abandonado;</li> <li>• Contudo, para que o trabalho não se perca, o SECPLP tentará disponibilizar no seu portal eletrónico, num separador “governação eletrónica”, no canal de cooperação da CPLP, o acervo de informação existente.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>		

<b>- Agenda Digital da CPLP</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	ARCTEL-CPLP
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos
<b>GRUPO-ALVO</b>	Cidadãos dos Estados-Membros
<b>OBJETIVOS</b>	Desenvolvimento de uma estratégia comum para a transformação digital dos Estados-Membros da CPLP
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da literacia digital da população e a diminuição do "digital divide"</li> <li>• Promoção do desenvolvimento de redes de banda larga</li> <li>• Incentivo à promoção das comunicações eletrónicas em zonas remotas</li> <li>• Garantia de proximidade entre o cidadão e a Administração Pública</li> <li>• Potenciação da eficiência da Administração Pública</li> <li>• Promoção da qualidade dos cuidados de saúde através da utilização das TIC;</li> <li>• Desenvolvimento da investigação, da ciência e do desenvolvimento;</li> <li>• Promoção da utilização das TIC no sistema de ensino, e;</li> <li>• Promoção da aproximação entre os Membros da CPLP.</li> </ul>
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b> n.d.
	<b>Valor consignado FE</b> 0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>EM EXECUÇÃO</b>
• XXX	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A 18 de setembro de 2020, foi realizada uma Reunião, por videoconferência, sobre a Agenda Digital da CPLP, com responsáveis da Comissão Europeia (COM);</li> <li>• Em novembro de 2020 foi realizada uma Videoconferência entre o Secretário Executivo da CPLP e o DG CNECT, Roberto Viola, da Comissão Europeia. Nessa reunião foi possível verificar: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As fortes semelhanças entre a estratégia digital de desenvolvimento da UE, a "Digital for Development (D4D)", e os conceitos usados na Agenda Digital da CPLP, tendo refletido sobre a construção de "pontes" para as iniciativas que a COM pretende desenvolver em África e na América Latina;</li> <li>▪ Foi frisada a importância de dar maior visibilidade ao conceito da "conectividade internacional" (uma clara alusão à European Data Gateway Platforms Strategy – objeto de diversa telegrafia), e</li> <li>▪ Reconheceu-se que o Regulamento Geral para a Proteção de Dados (RGPD) foi de tal forma bem-sucedido na definição dos padrões relativos à privacidade e à segurança de dados, que estava integralmente contido na Agenda Digital para a CPLP.</li> </ul> </li> <li>• De momento, a ARCTEL-CPLP está a aferir junto dos seus associados a melhor estratégia para capitalizar recursos para dar início ao processo de implementação da Agenda.</li> </ul>

## Defesa

-	<b>3ª Edição do Colégio de Defesa da CPLP (2020 e 2021)</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Min. Defesa de Angola	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Oficiais superiores ou civis equiparados dos Estados-Membros da CPLP	
<b>OBJETIVOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potenciar a cultura da Defesa entre os Estados Membros da CPLP, contribuindo para a sua coesão</li> <li>• Promover a cooperação e o intercâmbio científico entre os Estados Membros da CPLP na área da Defesa</li> <li>• Contribuir para que os Estados Membros da CPLP sejam, cada vez mais, promotores de Segurança nas regiões onde se inserem</li> <li>• Capacitar oficiais das forças armadas, das forças de segurança e técnicos superiores dos Estados Membros da CPLP para ocuparem cargos na estrutura da Defesa dos respetivos países ou para participarem nos órgãos e atividades da Componente de Defesa da CPLP</li> <li>• Contribuir para o reforço e a edificação de estruturas de ensino militares e de Defesa nos Estados Membros</li> </ul>	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização do ambiente geopolítico/estratégico do espaço da CPLP melhorado</li> <li>• Planeamento estratégico de Defesa e a sua articulação no contexto da CPLP incrementado</li> <li>• Níveis de organização da componente de Defesa da CPLP aperfeiçoados</li> <li>• Dinâmica dos contactos e parcerias com as organizações internacionais numa perspetiva de prevenção e resolução de conflitos incrementada</li> <li>• Conceitos e doutrinas no âmbito das Operações de Resposta a Crises e Planeamento de Operações de Apoio à Paz partilhados, internalizados e aperfeiçoados</li> <li>• Resposta da CPLP a situações de catástrofe e de crise humanitária aperfeiçoada</li> <li>• Cooperação Técnico-Militar entre Estados Membros da CPLP incrementada</li> <li>• Sistemas de Segurança e Defesa nos Estados Membros da CPLP melhorados</li> <li>• Nível de análise dos riscos, ameaças, desafios e tendências dos conflitos modernos incrementada</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	n.d.
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O contexto da atual pandemia inviabilizou o cumprimento do calendário inicialmente previsto.</li> <li>• Na 22ª Reunião de CEMGFA, realizada a 21 de maio, Angola confirmou disponibilidade para acolher a 3 edição, no decurso de 2021. A proposta foi validada pela XX Reunião de Ministros da Defesa, realizada a 1 de junho de 2021.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	Moçambique confirmou disponibilidade para acolher a 4ª edição do Colégio de defesa, em 2022	

-	<b>Exercícios Militares da Série FELINO (2020 e 2021)</b>	
<b>ENTIDADE EXECUTORA</b>	Ministério da Defesa da Guiné-Bissau para o Formato na Carta (2020); Ministério da Defesa de Portugal para o formato Forças no Terreno (2021)	
<b>E.M. ENVOLVIDOS</b>	Todos	
<b>GRUPO-ALVO</b>	Forças Armadas dos Estados-membros	
<b>OBJETIVOS</b>	Treinar a organização, o planeamento, Comando e Controlo de Operações de Apoio à Paz (AP) e de Ajuda Humanitária (AH) no quadro de resposta de uma situação de crise, com uma Força-Tarefa-Conjunta-Combinada, edificada pelas Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP, atuando sob égide da ONU;	
<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento da interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros;</li> <li>• Incremento da possibilidade da sua participação em Operações de AP e AH, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).</li> </ul>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>Valor Total</b>	n.d.
	<b>Valor consignado FE</b>	0,00 €
<b>GRAU DE EXECUÇÃO</b>	<b>Por iniciar</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O contexto da atual pandemia inviabilizou a realização do Exercício em 2020 e obrigou ao ajustamento do calendário inicialmente previsto</li> <li>• A 22ª Reunião de CEMGFA, realizada a 21 de maio de 2021 aprovou a seguinte calendarização: <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 2022 - Guiné-Bissau, formato "Em carta";</li> <li>▪ 2023 – Portugal, formato Forças no Terreno;</li> <li>▪ 2024 – Guiné Equatorial, formato Em Carta;</li> <li>▪ 2025 – Brasil, formato Forças no Terreno.</li> </ul> </li> <li>• A calendarização foi objeto de aprovação pela XX Reunião dos Ministros da Defesa, realizada a 1 de junho de 2021</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>	<p>As modalidades de realização dos Exercícios Felino têm vindo a ser objeto de reflexão com vista à sua contínua atualização e crescente eficácia. Assim, e não obstante uma apreciação globalmente positiva, têm sido introduzidos aspetos inovadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• abertura à participação de observadores internacionais: a edição 2018/18 contou com observadores das forças armadas dos Estados Unidos e do Comité Internacional da Cruz Vermelha, cuja participação foi articulada entre o SECPLP, através da Direção de cooperação e da assessoria político-diplomática, com o Secretariado Permanente dos Assuntos de Defesa;</li> <li>• a participação dos serviços de Saúde Militar, inclusive com a assistência medica-medicamentosa às populações e entrega de assistência humanitária.</li> </ul> <p>Está em análise a possibilidade de serem integradas componentes civil e policial; a necessidade de integração de uma perspetiva de género, em alinhamento com a Resolução 1325 do CSNU, Mulheres, Paz e Segurança, tendo em vista a meta dos 30% de participação de efetivos femininos.</p>	

## Trabalho e Assuntos Sociais

-	Plano de Ação para o combate ao Trabalho Infantil (PACTI)		
ENTIDADE EXECUTORA	Secretariado Executivo da CPLP		
E.M. ENVOLVIDOS	Todos		
GRUPO-ALVO	Dirigentes e quadro superiores de instituições públicas/governamentais; Parceiros Sociais; ONG's		
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhorar o conhecimento sobre o trabalho infantil junto dos governos e parceiros sociais dos Estados Membros;</li><li>Promover a partilha de experiências e o trabalho em rede entre os Estados-Membros e parceiros sociais no reforço de políticas públicas de combate ao trabalho infantil</li><li>Consensualizar entre os governos e os parceiros sociais da CPLP posições comuns a apresentar em fora internacional.</li></ul>		
RESULTADOS ESPERADOS	<ul style="list-style-type: none"><li>Enquadramento normativo e judicial da temática do combate ao trabalho infantil nos diferentes Estados-Membros mais bem identificado</li><li>Declaração da CPLP para a Conferência Global sobre Trabalho Infantil de 2022 consensualizada</li><li>Pontos Focais apoiados para melhor responder aos desafios do combate ao trabalho infantil;</li><li>Contactos intersectoriais fortalecidos possibilitando uma maior partilha de experiências e práticas;</li><li>Trabalho com os Observadores Consultivos e parceiros sociais reforçado, fomentando iniciativas de responsabilidade social direcionadas para o combate ao trabalho infantil</li><li>Atores públicos e privados sensibilizados para os impactos negativos da Pandemia Covid-19 nos esforços de erradicação do Trabalho Infantil;</li></ul>		
FINANCIAMENTO	Valor Total		19 188,90
	Valor consignado FE		0,00
GRAU DE EXECUÇÃO	Em execução		
<ul style="list-style-type: none"><li>Os Pontos Focais da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil, aprovaram, a nível técnico, a "Proposta de Plano de Ação 2021-2025 - Combate ao Trabalho Infantil nos Estados-Membros da CPLP", que conta com 3 eixos. A saber:<ul style="list-style-type: none"><li>I – Recolha de dados e produção de conhecimento;</li><li>II - Políticas públicas e governança (Capacitação e fortalecimento institucional); e</li><li>III - Mobilização de parcerias e implementação de medidas de combate ao flagelo (em anexo).</li></ul></li><li>Esta proposta foi aprovada pela XIV Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada no dia 30 de março de 2021,</li><li>Para apoio das Campanhas Nacionais de Combate ao Trabalho Infantil em 2021 foram produzidos posters e folhetos utilizados na divulgação de informação e de boas práticas e sensibilização da opinião pública sobre o tema;</li><li>Foram também produzidos, em 2021, dois spots vídeo alusivos ao tema. Um spot foi criado utilizando os materiais da Campanha de 2021, tendo sido passado em algumas das TV's nacionais dos Estados Membros da CPLP (Portugal e Cabo Verde confirmaram); um segundo spot foi criado para assinalar os 10 anos de Campanhas conjuntas entre a CPLP e a OIT de Combate ao Trabalho Infantil, juntando imagens produzidas nessas Campanhas ao longo dos últimos 10 anos. Ambos os Spots serão utilizados para divulgação e sensibilização.</li><li>Foi realizado um debate televisivo na RTP África no dia 12 de junho sobre o Ano Internacional que integrou a iniciativa das 24 horas da semana de ação contra o trabalho infantil da OIT (10 a 16 de junho). Este debate</li></ul>			

contou a presença de:

- Eurico Monteiro – Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Representante da Presidência da CPLP;
- Vera Paquete Perdigão - Diretora de Governança e Tripartidarismo da OIT, Especialista Sênior em Combate ao Trabalho Infantil da OIT (via vídeo)
- Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação da CPLP

Fátima Proença – Diretora ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos.

- Para o dia 30 está a ser organizada uma Conferência Internacional sobre “O Combate ao Trabalho Infantil no contexto da Pandemia Covid-19, em formato virtual, que juntará decisores políticos, parceiros sociais, especialistas internacionais e organizações não-governamentais para debater o tema e reforçar a importância da adoção de medidas de mitigação dos seus efeitos, incrementar a visibilidade do tema na agenda política dos Estados-Membros da CPLP e proceder à partilha de experiências sobre as melhores práticas no combate ao trabalho infantil face aos atuais desafios do mundo do trabalho, amplamente condicionado pela pandemia.

## **OBSERVAÇÕES**

## 6. MEMÓRIA DAS ATIVIDADES CONCLUÍDAS (FINANCIADAS PELO FECPLP)

(prévio ao QBC 2020-2022)

### PROJETOS

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Pr01/MAP/00	Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE) - Luanda, Angola	448 087,88
Pr02/MAP/00	Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP) - Maputo, Moçambique	567 162,69
Pr03/MAP/00	Curso de Administração e Gestão Escolar para Dirigentes	52 373,72
Pr04/MAP/00	Curso de Formação de Técnicos da Educação	32 442,90
Pr05/MAP/00	Curso de Formação na Área dos Arquivos para os PALOP	66 617,60
Pr06/MAP/00	2º Concurso CPLP – 1ª Obra (nacional/comunitário)	-
Pr07/MAP/00	Estatísticas da Educação	100 126,00
Pr08/ST/01	ETECFORMA – Rede para o Ensino Técnico dos Países de Língua Portuguesa	9 350,00
Pr09/ST/01	Apoio à Guiné-Bissau: Formação de Novos Inspetores e Delegados Regionais do Trabalho e Administração Pública	21 905,30
Pr10/ST/01	Apoio à Guiné-Bissau: Apoio às Mulheres na Produção de Arroz Bas-Fond	17 971,00
Pr11/ST/01	HIV/SIDA	19 383,00
Pr12/ST/01	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde PALOP	272 493,00
Pr13/ST/01	Cooperação Técnica em Telecomunicações	359 281,00
Pr14/ST/01	Centro Internacional de Juventude da CPLP	33 213,00
Pr15/BR/02	Governo Eletrónico - Rede Colaborativa da CPLP em Governo Eletrónico	71 628,89
Pr16/BR/02	Curso de Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (CEProDe)	70 694,00
Pr17/BR/02	Fortalecimento do Secretariado Executivo	190 030,00
Pr18/LB/04	Treinamento em Análise e Enquadramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (ProCTI-MAE)	130 470,00
Pr19/LB/05	Capacitação em Matéria de Negociações Comerciais Internacionais	75 612,00
Pr20/LB/05	Curso sobre Gerenciamento da Cooperação Técnica (ProCTI-MGC)	81 371,00
Pr21/LB/05	Criação de uma Plataforma Informática Acessível aos PALOP para Informação dos Arquivos do IHMT	46 036,57
Pr22/LB/06	Disponibilização de Cultivares e Capacitação para a Implantação de Sistemas Sustentáveis de Produção de Hortaliças em Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	70 797,68
Pr23/GB/06	Bolsas CADAPi – 1ª fase / Curso de Alta Direção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	40 000,00
Pr24/LB/07	Formação e Implementação de Metodologias para a Conservação da Biodiversidade e Gestão de Áreas Protegidas	45 000,00
Pr25/LIS/07	Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes)	126 705,00
Pr26/LB/07	Bolsas CADAPi – 2ª fase / Curso de Alta Direção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	40 000,00
Pr27/LB/08	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia PALOP	203 836,00
Pr28/LB/08	Biblioteca Móvel de Enfermagem em Português	15 085,93
Pr29/LB/08	Curso de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol	115 963,91
Pr30/LB/08	Programa para a Implementação de Bancos de Leite Humano	151 957,08
Pr31/LB/08	Curso sobre Gestão do Ciclo do Projeto de Cooperação Técnica (ProCTI-MCP)	94 472,00
Pr32/LB/08	Conferência Internacional infanto-juvenil pelo Meio Ambiente: uma contribuição para o Programa de Educação Ambiental da CPLP – 1ª Fase	440 000,00
Pr33/LB/08	I Mostra de Cinema e Audiovisual da CPLP	20 497,66
Pr34/LB/08	Conceção e Edição de Manuais de Aprendizagem de Leitura, Escrita e Aritmética para Distribuição Gratuita nos Países Africanos de Língua Portuguesa e em Timor-Leste – Fase I – “Cartilha de Leitura Escolar”	91 947,00
Pr35/LB/08	O Microcrédito como Forma de Luta contra a Pobreza – Reforço e Capitalização de Boas Práticas	92 438,00
Pr36/LB/08	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase II	202 258,67
Pr37/PRA/09	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção (Voz de Nós: Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos)	142 295,50
Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)



<b>Pr38/LB/10</b>	Projeto de Cooperação sobre Reforço de Capacidades em matéria de Avaliação de Impacto Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica dos serviços públicos nos PALOP e Timor-Leste	57 817,97
<b>Pr39/LDA/10</b>	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase III	266 627,58
<b>PR40/LB/11</b>	Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para os Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África (CIICLAA)	31 152,00
<b>Pr42/LDA/11</b>	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 1	196 804,00
<b>Pr43/LDA/11</b>	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase IV	205 215,95
<b>Pr44/LDA/11</b>	Meninos de Rua: inclusão e inserção - Fase II	154 248,00
<b>Pr45/LDA/11</b>	Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através da agricultura urbana sustentável	51 378,00
<b>Pr46/LIS/11</b>	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - (Legis-CPLP – Fase IV)	150 000,00
<b>Pr47/LIS/12</b>	Programa CPLP nas Escolas	290 130,48
<b>Pr48/LIS/12</b>	Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos, em complementaridade ao Plano de Formação da CPLP em matéria de Recursos Hídricos	120 550,84
<b>Pr50/MAP/12</b>	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase V	188 725,76
<b>Pr51/MAP/12</b>	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 2	212 344,03
<b>Pr54/MAP/12</b>	Elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON)	82 200,00
<b>Pr55/LIS/13</b>	Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos	118 342,80
<b>Pr58/LIS/14</b>	Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")	151 848,00
<b>Pr59/LIS/14</b>	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VI	177 684,13
<b>Pr60/LIS/14</b>	Portal da Conexão Lusófona – Fase I	28 200,00
<b>Pr61/DIL/14</b>	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar" (1ª Fase)	147 216,90
<b>Pr62/DIL/14</b>	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fases 3 (2013 - 2015)	144 197,34
<b>Pr63/LIS/15</b>	Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)	-
<b>Pr64/DIL/14</b>	Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal - São Tomé e Príncipe	17 593,91
<b>Pr65/LIS/15</b>	Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)	2 900,00
<b>Pr67/LIS/15</b>	Semana da Juventude da CPLP	40 000,00
<b>Pr68/DIL/15</b>	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII	174 782,61
<b>Pr72/LIS/16</b>	Portal da Conexão Lusófona	29 335,50
<b>Pr73/BRA/16</b>	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase)	110 000,00
<b>PR74/BRA/16</b>	Semana da Juventude da CPLP	58 750,00
<b>Pr76/LIS/17</b>	Plano de Ética no Desporto na CPLP	59 360,00
<b>Pr77/LIS/17</b>	Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"	35 000,00
<b>Pr78/LIS/18</b>	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase	110 400,00
<b>Pr81/LIS/19</b>	Plataforma SKAN CPLP – Organização de Evento SKAN 2019	56 929,63
<b>H2014024</b>	Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha	36 853,02
<b>H2014025</b>	"Mulheres pequenas agricultoras das bolanhas" a caminho de redução da insegurança alimentar e de melhoria nutricional nas tabancas.	37 057,60
<b>H2014026</b>	Nutrição e saúde escolar em São Tomé e Príncipe: boas práticas a partir da infância	29 383,20
<b>PR41/LB/11</b>	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	775 555,72
<b>Pr53/MAP/12</b>	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento	188 813,59
<b>Pr56/LIS/13</b>	Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	192 455,14
<b>Pr75/BRA/16</b>	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII	220 796,85
<b>Pr83/MIN/19</b>	Apoio financeiro para o Fórum CIICLAA "Clima/Variabilidade e Alterações Climáticas - Impactos na Economia na CPLP e em África"	33 643,29
<b>TOTAL</b>		<b>9 543 797,82</b>

## AÇÕES PONTUAIS

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Ap01/ST/01	Fortalecimento Institucional do Secretariado Executivo	39 826,00
Ap02/ST/01	Apetreçamento da Faculdade de Direito de Bissau	13 234,05
Ap03/BR/02	Estudos Lusitanistas	57 846,15
Ap04/LB/03	Apoio à Participação de Técnicos dos Países da CPLP no I Encontro da CPLP de Especialistas sobre Malária	18 475,00
Ap05/LB/05	Seminário sobre Terapêutica da Malária	50 600,00
Ap06/LB/06	Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	43 441,54
Ap07/BIS/06	Impressão da Versão em Português do Livro da OMS sobre Cuidados de Saúde para Crianças	12 327,00
Ap08/BIS/06	Conferência Nacional sobre Educação Profissional e Tecnológica: Painel de Intercâmbio entre Países de Língua Portuguesa	-
Ap09/LB/08	Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais e Aplicações na CPLP: Parcerias na Área do Clima e Ambiente (WSCRA08)	16 500,00
Ap10/LB/08	Seminários de Formação e Produção de Material Didático no âmbito do Projeto SURRE – África	41 000,00
Ap11/LB/08	Seminário "A importância dos Sistemas de Informação Geográfica na Gestão dos Recursos Geológicos e Mitigação dos Riscos Geológicos	27 546,00
Ap12/LB/998	Sistema de Videoconferência CPLP + 3 EM	100 000,00
Ap13/LB/08	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública – 3ª Edição	40 600,00
Ap14/LB/09	Colocação de um Especialista no Setor de Comunicação e Informação da UNESCO	78 479,00
Ap15/PRA/09	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública – 4ª Edição	40 000,00
Ap16/PRA/09	II Bienal de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias	16 560,00
Ap17/PRA/09	Oficinas de projetos agrícolas em S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	15 993,60
Ap18/LB/10	Convenção CITES	24 277,30
Ap19/LB/10	Rede de Investigação e Desenvolvimento da Malária da CPLP (RIDESMAL)	72 500,00
Ap20/LB/10	II Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais, e Aplicações nos Países de Língua Oficial Portuguesa (WSCRA10)	14 325,00
Ap21/LB/10	CPLP multimédia	-
Ap22/LDA/10	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública – 5ª Edição	41 100,00
Ap23/LDA/10	Publicação dos Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável, produzidos no âmbito do projeto SURE_África, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique	39 942,23
Ap24/LDA/11	CADAP Internacional (CADAPi) – 6ª Edição do Curso de Alta Direção em Administração Pública	46 179,44
Ap25/LDA/11	III Bienal de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias	24 411,43
Ap26/LDA/11	ODM Campus Challenge - Ativar jovens universitários pelos ODM	30 674,00
Ap27/LDA/11	Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável - STP + TL - Fase 1 - Levantamento	10 176,00
Ap28/LIS/12	Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP – CIPS	26 944,45
Ap29/LIS/12	IV Escola de Jovens Líderes da CPLP	15 000,00
Ap30/LIS/12	Tráfico de Seres Humanos para a CPLP (Observatório de Tráfico de Seres Humanos);	45 878,00
Ap31/LIS/12	Biodiversidade em Ambiente Urbano e Desenvolvimento Sustentado: estratégias e ações na CPLP	-
Ap32/LIS/12	Participação da CPLP na Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável - RIO+20	25 273,24
Ap33/LIS/12	Reforço da Visibilidade da Cooperação na CPLP (aquisição de instrumentos de comunicação audiovisual)	60 981,00
Ap34/LIS/13	V Edição da Escola de Jovens Líderes da CPLP	20 000,00
Ap35/LIS/13	Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável (Fase II)	21 279,10
Ap36/LIS/13	Manuais de Arquitetura Sustentável para S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste - Fase 2 – Publicação	26 584,80
Ap37/LIS/13	Reforço da Capacidade de Comunicação Audiovisual da CPLP	100 000,00
Ap38/MAP/13	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social da CPLP – CIPS – Fase II	22 940,77
Ap39/DIL/14	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social – CIPS – Fase III	24 242,00
Ap40/DIL/15	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da Guiné-Bissau	27 599,35
Ap41/DIL/15	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social – CIPS – Fase IV	66 685,09
Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Ap43/LIS17	IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	87 640,00
Ap44/LIS/17	CPLP por um Mar Limpo	5 363,60

<b>Ap45/LIS/17</b>	Seminário de reflexão da RPFC	40 115,53
<b>Ap46/LIS/16</b>	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em Angola	36 188,40
<b>Ap47/LIS/18</b>	Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP	349 375,00
<b>Ap49/LIS/18</b>	Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário	14 999,00
<b>Ap50/LIS/18</b>	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (RGB)	27 626,22
<b>Ap51/LIS/19</b>	CPLP por um Mar Limpo II	3 328,40
<b>Ap42/DIL/15</b>	2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil	40 900,00
<b>Ap48/LIS/18</b>	6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes	15 900,00
<b>TOTAL</b>		<b>2 020 857,69</b>

## RESUMO

<b>Tipo de Intervenção</b>	<b>Montantes Solicitados FE (Euros)</b>
Projetos	9 543 797,82
Ações Pontuais	2 020 857,69
<b>TOTAL</b>	<b>11 564 655,51</b>



**SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

## **Regimento do Fundo Especial**

**Aprovado pela XLI RPFC**

**Abril de 2021**

## **Regimento do Fundo Especial da CPLP**

### **Art.º 1º (Objeto)**

O presente Regimento estabelece os procedimentos de gestão e as normas e diretrizes do funcionamento do Fundo Especial, em conformidade com Art.º 25º dos Estatutos da CPLP.

### **Art.º 2º (Definições)**

1. Para os fins do presente Regimento:
  - a) A expressão "Fundo Especial" (adiante "FE") designa o Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
  - b) A expressão "Secretariado Executivo" (adiante "SECPLP") designa o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
  - c) A expressão "Contribuição", conforme referida nos Estatutos da CPLP, designa os recursos recebidos pelo FE, seja de entidades públicas de Estados-Membros da CPLP (EM) e de Estados terceiros, bem como de organismos internacionais, de entidades do setor privado ou da sociedade civil em geral;
  - d) A expressão "Consignação" designa a comunicação ao SECPLP pela entidade que contribui com recursos para o FE da atividade específica ou Plano Estratégico de Cooperação Setorial onde a sua contribuição deve ser aplicada;
  - e) A expressão "Plano Estratégico de Cooperação Setorial" designa o documento elaborado e aprovado por uma Reunião Ministerial Setorial da CPLP que define a estratégia específica para a cooperação no seu âmbito e identifica ações para a sua concretização;
  - f) A expressão "Atividade" refere-se a ações pontuais, projetos e programas na área da cooperação, entendidos como:
    - i) Ação Pontual, ação de curta duração, destinada à produção de um resultado único;
    - ii) Projeto, conjunto de ações articuladas entre si para produzir um determinado conjunto de resultados e alcançar um ou mais objetivos;
    - iii) Programa, grupo de projetos articulados entre si que visam determinados resultados e objetivos e que incentivam alterações estruturais sustentadas.
  - g) As Atividades podem ter as seguintes tipologias:
    - i) Cooperação – Atividades que visam potenciar o desenvolvimento humano, social, económico e ambiental dos EM da CPLP;
    - ii) Político-diplomáticas e de promoção da Língua Portuguesa – Atividades que visam potenciar a concertação entre os EM da CPLP ou destes com outros Estados.
  - h) A expressão "Documento de Atividade" designa o conjunto de elementos e informações referentes aos objetivos de uma Atividade a ser implementada, nomeadamente, os resultados esperados, as contribuições necessárias, o orçamento e os prazos estimados apresentado em modelo próprio.

- i) A expressão “Proposta de Atividade” designa um Documento de Atividade apresentado, como proposta formal, mas ainda não aprovado.
  - j) A expressão “Entidade Executora” designa a entidade responsável pela apresentação do Documento de Atividade junto do SECPLP, bem como pela sua execução técnica e financeira, quando aprovado.
  - k) A expressão “Grelha de Deliberações” designa o documento aprovado no final de cada RPFC, resumindo as conclusões e deliberações aprovadas por essa Reunião, e posteriormente encaminhada para endosso e autorização subsequente de despesa pelo CCP.
  - l) A expressão “Secretariado da Reunião Ministerial” designa a estrutura que garante o apoio técnico a uma Reunião Ministerial Setorial e a articulação entre esta e o SECPLP;
  - m) A expressão “Protocolo” designa o acordo a celebrar entre o SECPLP e a Entidade Executora, onde se estabelecem os direitos e obrigações de ambas as partes na implementação da Atividade.
  - n) O “Guia de Procedimentos Financeiros” (adiante “GPF”) é o normativo em vigor de gestão que estabelece as regras a observar pelo SECPLP na instrução, autorização, execução, registo e controlo dos procedimentos financeiros.
2. Os outros termos específicos têm o seu significado definido no contexto do artigo em que se encontram referenciados.

**Art.º 3º**  
**(Natureza e tutela)**

- 1. O FE tem a natureza de Fundo Internacional e é o instrumento primordial para o financiamento de Atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- 2. O FE é tutelado pela CPLP, cabendo ao Secretário Executivo da CPLP, conforme al. f) do nº3 do Art.º 18º dos Estatutos da CPLP, a responsabilidade pela sua administração, nos termos do presente Regimento e do GPF.

**Art.º 4º**  
**(Finalidade do Fundo Especial)**

O FE tem como finalidade financiar Atividades que promovam os objetivos gerais CPLP e que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros, em conformidade com os seus Estatutos.

**Art.º 5º**  
**(Ano do Exercício Financeiro)**

O ano de exercício financeiro do FE compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

**Art.º 6º**  
**(Gestão do Fundo Especial)**

1. A gestão financeira e corrente do FE, bem como o apoio administrativo, são da competência do Secretário Executivo da CPLP, exercida por meio dos serviços do SECPLP.
2. Constituem competências do SECPLP:
  - a) O recebimento de contribuições;
  - b) O cumprimento de obrigações assumidas nos protocolos assinados;
  - c) A aprovação de Atividades no âmbito da al c) do Art.º 15º do presente Regimento.
  - d) O acompanhamento da execução técnica e financeira de Atividades financiadas pelo FE, bem como a sua monitorização e comunicação;
  - e) A apresentação anual de relatórios de execução técnica e financeira do FE ao Conselho de Ministros;
  - f) Garantir a auditoria interna permanente a todas as operações de gestão do FE realizadas pelo SECPLP.
3. As contribuições para o FE deverão ser depositadas em conta titulada pela "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Fundo Especial".
4. É vedada ao SECPLP a possibilidade de movimentação de recursos do FE na ausência de um Protocolo assinado pelo Secretário Executivo da CPLP e pelo representante legal da Entidade Executora, nos termos do **Art.º 16º** do presente Regimento.
5. Para além do disposto no presente Regimento, as movimentações de recursos do FE obedecem também aos procedimentos previstos no GPF.
6. Os recursos financeiros do FE serão mantidos exclusivamente em EURO. A taxa de câmbio usada para converter para EURO as contribuições realizadas noutras moedas será a praticada pelo banco no qual se encontra domiciliada a conta do FE e à data do crédito na conta.
7. Ao FE é vedado contrair empréstimos.
8. O SECPLP pode, sempre que tal não condicione a calendarização de desembolsos prevista, aplicar os recursos do FE em produtos do mercado financeiro desde que estes garantam o retorno total do capital aplicado.
9. Os juros resultantes de aplicação financeira de recursos retidos para desembolso futuro, serão tidos como Recursos Livres.
10. Para a comparticipação de despesas administrativas, custos de gestão e de comunicação incorridos pelo SECPLP na gestão do FE, será prevista, no orçamento de cada Atividade, uma taxa administrativa de 6% do total, que será deduzida nos momentos de cada desembolso da execução dos recursos a que diz respeito, e que

reverterá, no final do exercício anual, para o Orçamento de Funcionamento do SECPLP, nos seguintes termos:

- a) 1% destinado à rubrica de ações de visibilidade, que divulguem atividades da CPLP;
- b) 2% destinado à rubrica de ações de monitorização das atividades do FE;
- c) 3% destinado às despesas gerais do SECPLP.

#### **Art.º 7º** **(Origem e tipologia das Contribuições)**

O FE é constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, podendo estas ser consideradas como Recursos Consignados ou Livres.

#### **Art.º 8º** **(Recursos Consignados)**

1. As contribuições para o FE serão tidas como recursos consignados quando, em momento prévio da sua entrada na conta bancária, a entidade que efetua a contribuição manifestar, em comunicação ao SECPLP, que estes recursos devem ser aplicados a uma Atividade específica identificada ou a um Plano Estratégico de Cooperação Setorial aprovado.
2. No caso de contribuições feitas por entidades públicas de Estados-Membros e/ou Estados Terceiros a uma Atividade específica identificada, a consignação tem como limites máximos os abaixo indicados, sendo o remanescente tido como recurso livre:
  - i) 90% (noventa por cento) do total, em contribuições até €250.000 (duzentos e cinquenta mil Euros);
  - ii) 95% (noventa e cinco por cento) do total, em contribuições iguais ou superiores a €250.000 (duzentos e cinquenta mil Euros).
3. Os limites de consignação acima descritos aplicam-se igualmente caso uma entidade pública de um Estado-Membro e/ou Terceiro, mediante comunicação ao SECPLP em momento prévio da entrada de contribuição na conta bancária do FE, manifeste intenção de reservar a prerrogativa de consignação futura sobre os recursos.
4. Nos casos previstos no número anterior, a ausência de consignação de um mínimo de 10% do valor em reserva resulta na reaplicação dos limites de consignação a cada período de 2 anos, tal como previsto no **n. 2 do presente artigo**.
5. As contribuições consignadas serão afetas a rubricas contabilísticas específicas, existentes ou a criar, no FE.

#### **Art.º 9º** **(Recursos Livres)**

1. As contribuições para o FE serão tidas como recursos livres, sempre que:



- a) Assim for indicado pela entidade que efetua a contribuição;
  - b) Operem as previsões dos n. 2, 3 e 4 do Art.º 8º do presente Regimento;
2. São ainda considerados Recursos Livres valores apurados pela aplicação de recursos do FE em produtos do mercado financeiro, conforme indicado no **n. 8 do Art.º 6º** do presente Regimento.
3. O valor dos Recursos Livres é apurado em cada momento de contribuição financeira, em conformidade com os números anteriores, e o total anual é apresentado aos Estados-Membros no início de cada Ano do Exercício Financeiro do FE.

#### **Art.º 10º (Auditoria)**

1. O FE deverá ser submetido anualmente a auditoria externa para exame e verificação da correção e completude das suas contas.
2. A auditoria externa poderá ser realizada das seguintes formas:
- a) Mediante solicitação do SECPLP para o efeito à Organização das Instituições Superiores de Controle (OISC) da CPLP, no âmbito da auditoria às contas do SECPLP;
  - b) Mediante contratação de uma empresa da especialidade, após decisão do Comité de Concertação Permanente.
3. A Auditoria Interna ao FE é feita pelo SECPLP, em conformidade com a alínea f) do **n. 2 do Art.º 6º** do presente Regimento;
4. No âmbito do ponto anterior e, desde que acompanhado de uma confirmação do Secretário Executivo da CPLP:
- a) Os EM poderão solicitar a auditoria financeira a uma atividade específica; e
  - b) Aquelas entidades que tenham contribuído diretamente para financiamento de uma atividade, podem solicitar a auditoria financeira sobre a mesma.

#### **Art.º 11º (Elegibilidade)**

1. São elegíveis para financiamento pelo FE as Atividades que cumpram cumulativamente os critérios de abaixo indicados:
- a) Sejam enquadráveis nas finalidades do FE conforme previsto no **Art.º 4º**;
  - b) Se encontrem consubstanciadas num Documento de Atividade, que inclua cronograma de execução e orçamento;
  - c) Exista uma manifestação de interesse e mobilização de contrapartidas financeiras e/ou em espécie por parte dos parceiros de implementação;
  - d) Envolver instituições de pelo menos três Estados-Membros; ou de dois Estados-Membros e de um Estado Terceiro.

2. O cofinanciamento pelo FE está limitado às percentagens totais do Orçamento da Atividade aqui indicadas, devendo os restantes recursos ser disponibilizados pela Entidade Executora, ainda que a participação desta seja em espécie:
  - a) 90%, em Atividades cuja Entidade Executora seja uma entidade pública de um Estado-Membro;
  - b) 80%, nos demais casos.

**Art.º 12º**  
**(Instrução das Propostas de Atividade)**

1. As Propostas de Atividade devem ser remetidas ao SECPLP, de acordo com os normativos internos de cada Estado-Membro, diretamente pela Entidade Executora, ou por via diplomática.
2. Cabe à Entidade Executora indicar a tipologia da Atividade que está a ser remetida ao SECPLP, conforme Art.º 2º, n.1 al. g) do presente Regimento, sem prejuízo da confirmação da mesma pelo SECPLP.
3. Cabe ao SECPLP o acompanhamento da instrução das Propostas de Atividade apresentadas por Entidades Executoras a Financiamento pelo FE, desde o momento da sua receção até à sua aprovação.
4. No caso das Propostas de Atividades de Cooperação, estas apenas serão consideradas numa determinada Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação quando remetidas ao SECPLP até 15 de dezembro do ano anterior para a primeira reunião anual de PFC e até 15 de maio para a segunda. No caso de a RPFC decorrer fora dos períodos previstos no respetivo regimento, as Propostas recebidas até 60 dias antes da reunião serão consideradas.

**Art.º 13º**  
**(Tramitação das Propostas de Atividade)**

1. As Propostas de Atividade devem seguir o seguinte processo de tramitação:
  - a) Após análise dos critérios de elegibilidade feita pelo SECPLP, e no caso de a proposta ter um enquadramento setorial claramente definido, o SECPLP remete a proposta para o Secretariado da Reunião Ministerial ou, quando este não esteja constituído, para os Pontos Focais da respetiva área setorial, com conhecimento aos Pontos Focais de Cooperação;
  - b) O Secretariado da Reunião Ministerial deverá remeter ao SECPLP o seu parecer sobre a Atividade, no prazo máximo de 15 dias, configurando a ausência deste envio como concordância tácita com a Atividade.
  - c) Seguidamente, o SECPLP procede ao preenchimento da Matriz de Análise de Atividades, considerando, entre outras questões:

- i) A natureza da entidade executora, privilegiando as entidades públicas e as entidades privadas sem fins lucrativos, sem prejuízo de outras, desde que motivada por responsabilidade social, ou agindo em conjunção de interesses públicos;
  - ii) A percentagem do orçamento prevista para Recursos Humanos, que não deverá ultrapassar 30% do total, sem prejuízo de circunstâncias específicas do projeto, justificadas por escrito.
- d) O SECPLP encaminha para os Pontos Focais de Cooperação, por via eletrónica, as Propostas de Atividade, juntamente com o parecer técnico do Secretariado da Reunião Ministerial e a Matriz de Análise de Atividades, até 30 dias antes da RPFC;
- e) Os PFC analisam todos os documentos e deliberam em sede da RPFC, de acordo com o n. 1 do Art.º 15º do presente Regimento.
2. Excecionalmente, no caso de a Proposta de Atividade ser uma Ação Pontual cuja implementação inviabilize decisão em tempo útil em sede de Reunião de Pontos Focais de Cooperação, a deliberação prevista no Art.º 15º do presente Regimento poderá ser feita por via eletrónica, salvo oposição expressa de pelo menos um EM, num prazo de 15 dias.
3. As Propostas de Atividade Político-diplomáticas e de promoção da Língua Portuguesa devem seguir o seguinte processo de tramitação:
- a) O SECPLP efetua uma análise dos critérios de elegibilidade e, quando solicitado, elabora matriz de análise de atividades, que encaminha para o Comité de Concertação Permanente (CCP);
  - b) O CCP analisa e delibera sobre a proposta de Atividade.

#### **Art.º 14º** **(Cabimentação)**

A aprovação do financiamento pelo Fundo Especial exige ainda parecer positivo da Direção Administrativa e Financeira do SECPLP, quanto ao cabimento do valor total inscrito no Orçamento da Atividade no respetivo centro de custos do FE.

#### **Art.º 15º** **(Aprovação de Atividades)**

1. A aprovação técnica e financeira de Propostas de Atividade cabe aos seguintes órgãos:
- a) A Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP delibera e integra na respetiva Grelha de Deliberações as Propostas de Atividade de Cooperação, nos seguintes termos:
    - i. Aprovação técnica e financeira;
    - ii. Aprovação condicionada, sujeita a revisão técnica e/ou à obtenção de financiamento, conforme decisão específica da RPFC;

- iii. Reprovação: por critérios técnicos e/ou financeiros; por não se enquadrar nos objetivos da CPLP; ou por não ser tida como prioritária.
- b) O CCP delibera quanto à validação da Grelha de Deliberações da RPFC, bem como quanto à aprovação técnica e financeira das Propostas de Atividades Político-diplomáticas e de promoção da Língua Portuguesa.
- c) O Secretário Executivo aprova Proposta de Ações Pontuais de valor inferior a €12.000 (doze mil Euros), desde que não seja ultrapassado o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de Recursos Livres no FE no final do exercício anterior.

**Art.º 16º**  
**(Protocolo)**

1. As Atividades aprovadas nos termos do Artigo anterior serão objeto de protocolo, a assinar pelo Secretário Executivo e pelo representante legal da Entidade Executora.
2. A exigência de Protocolo mantém-se, ainda que o SECPLP assuma a execução financeira da Atividade. Nestes casos, o Protocolo estabelecerá os termos da execução técnica.
3. O protocolo deve ter como anexo o Documento de Atividade aprovado, que inclui o respetivo cronograma de execução de atividades e orçamento, sendo este parte integrante daquele, para todos os efeitos legais.

**Art.º 17º**  
**(Desembolso de Recursos Financeiros)**

1. O desembolso de recursos financeiros do FE será regido pelos seguintes termos e condições:
  - a) O FE libertará os recursos financeiros a favor da Entidade Executora após a celebração do respetivo Protocolo e nos termos do mesmo;
  - b) A cadência e o valor dos desembolsos são definidos no Protocolo e deverão respeitar, respetivamente, o cronograma de execução e o orçamento, constante do Documento de Atividade
  - c) A aprovação dos relatórios submetidos pela Entidade Executora é da responsabilidade do SECPLP e é condição para o desembolso de recursos, conforme definido no Protocolo;
2. Caso a execução financeira da Atividade seja da responsabilidade do SECPLP, o desembolso dos recursos não dispensa a tramitação prevista nos artigos anteriores e seguirá os procedimentos previstos no GPF.

**Art.º 18º**  
**(Monitorização das Atividades)**

1. A Monitorização das Atividades financiadas pelo FE, intercalar ou final, é da responsabilidade do SECPLP, em articulação com os órgãos de decisão competentes, conforme previsto no Art.º 15º do presente Regimento;
2. A Monitorização das Atividades tem como finalidade apurar:
  - a) A medida de cumprimento dos objetivos propostos e a obtenção dos resultados previstos;
  - b) A eficiência e a eficácia da execução técnica e financeira;
  - c) A sustentabilidade e a visibilidade da Atividade.
3. No seguimento uma ação de monitorização à Atividade realizada pelo SECPLP no decorrer da sua implementação, deverá ser preenchida a Ficha de Monitorização a circular posteriormente pelos Pontos Focais de Cooperação e pelos Pontos Focais Setoriais, quando aplicável.

**Art.º 19º**  
**(Interrupção de desembolsos)**

1. A decisão de interrupção dos desembolsos referentes a uma determinada Atividade deverá ser fundamentada por uma ou mais das seguintes situações:
  - a) Aplicação incorreta dos recursos financeiros;
  - b) Aplicação incorreta dos meios técnicos e/ou recursos humanos;
  - c) Alterações às ações concretas das quais resulte uma discrepância com o Documento de Atividade;
  - d) Inatividade de execução técnica ou financeira superior a 12 meses;
  - e) Atividade que tenha terminado prematuramente.
2. Serão honrados os compromissos assumidos até à data da decisão de interrupção da Atividade.
3. A interrupção das atividades será formalizada por via eletrónica pelo SECPLP junto da Entidade Executora, mediante proposta fundamentada do serviço responsável pelo acompanhamento da implementação da Atividade.

**Art.º 20º**  
**(Valores remanescentes)**

1. Os valores afetos a atividades aprovadas que não tenham sido executados por estas até ao seu término e os remanescentes de atividades que tenham sido interrompidas prematuramente, terão a sua consignação definida a partir de deliberação em sede de Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, a partir de propostas de consignação do SECPLP e/ou dos Estados-Membros.

2. Nos casos em que a legislação aplicável do Estado que efetua a contribuição exija a devolução dos recursos remanescentes de uma Atividade encerrada, e sempre que solicitado, esta poderá ser feita, apenas quando a Atividade em questão seja financiada exclusivamente através de contribuição desse Estado.

**Art.º 21º**

**(Disposição transitória)**

Às contribuições existentes na conta bancária do FE na data de produção de efeitos do presente Regimento, não se aplica o disposto no n. 4 do Art.º 8º do presente Regimento.

**Art.º 22º**

**(Interpretação e Aplicação)**

A resolução de dúvidas resultantes da interpretação e aplicação do presente Regimento é da competência do Conselho de Ministros da CPLP, podendo ser exercida pelo CCP, nos termos do n. 8 do Art.º 14º dos Estatutos da CPLP.

**Art.º 23º**

**(Propostas de alteração)**

As propostas de alteração ao presente Regulamento devem ser submetidas pelos Estados-Membros ao SECPLP, para enquadramento e comunicação à RPFC e ao CCP, previamente à submissão ao Conselho de Ministros, para aprovação.

**Art.º 24º**

**(Produção de efeitos)**

O presente Regimento produz efeitos no exercício seguinte à sua aprovação por Resolução do Conselho de Ministros da CPLP.

**Art.º 25º**

**(Anexos)**

Constituem anexos do presente Regimento, dele fazendo parte integrante para todos os efeitos jurídicos, os seguintes documentos:

- ANEXO 1 – Modelo de Documento de Atividade
- ANEXO 2 – Minuta de Protocolo
- ANEXO 3 – Modelo de Relatório (Intercalar/Final)
- ANEXO 4 – Modelo de Prestação de contas
- ANEXO 5 – Parecer Técnico da Reunião Ministerial
- ANEXO 6 – Minuta de Ficha de Monitorização de Atividade



**SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROPOSTA DE ATIVIDADE**

<b>Designação da Atividade</b>	
<b>Entidade Executora</b>	
<b>Estados-Membros e/ou Estados terceiros envolvidos</b>	
<b>Parceiros de Implementação</b>	

Ação Pontual	
Projeto	
Programa	

(assinalar com um X)

<b>Tipologia da Atividade</b>	
Cooperação	
Político-diplomática e/ou de promoção da Língua Portuguesa	

(assinalar com um X)

<b>Data de Apresentação</b>	
-----------------------------	--

<b>Codificação</b>	
--------------------	--

(reservado ao Secretariado Executivo da CPLP)

## I. ATIVIDADE

### 1. RESUMO

(2 páginas no máximo)

<b>1.1. Designação da Atividade</b>			
<b>1.2. Localização</b>			
<i>Identificar País(es)/ região(ões)/ localidade(s) onde a Atividade se desenvolverá</i>			
<b>1.3. Duração da Atividade</b>			
<i>Nº de dias/semanas/meses e calendário previsto</i>			
<b>1.4. Orçamento da Atividade</b>			
<b>Orçamento TOTAL da Atividade</b>	<b>Cofinanciamento da Entidade Executora</b>	<b>Cofinanciamento de parceiros, se aplicável</b>	<b>Cofinanciamento solicitado ao Fundo Especial da CPLP <sup>1</sup></b>
<b>1.5. Estados-Membros e/ou Estados terceiros envolvidos</b>			
<i>Identificar instituições envolvidas de pelo menos três Estados-Membros e/ou Terceiros</i>			
<b>1.6. Enquadramento setorial</b>			
<i>Indicar área setorial e subsetor de intervenção</i>			
<b>1.7. Contribuição para ODS</b>			
<i>Identificar o ODS para os quais a atividade contribui e respetivas metas onde a intervenção terá impacto</i>			
<b>1.8. Parceiro(s) de implementação</b>			
<i>Identificar parceiros de implementação</i>			
<b>1.9. Beneficiários da Atividade</b>			
<b>Beneficiários Diretos</b>	<i>Destinatários - indivíduos, grupos e/ou organizações - sobre os quais a Atividade terá um impacto direto e positivo a nível dos objetivos</i>		
<b>Beneficiários Finais</b>	<i>Destinatários - indivíduos, grupos e/ou organizações - que beneficiam direta e indiretamente da Atividade a longo prazo</i>		
<b>1.10. Objetivos da Atividade</b>			
<b>Objetivo global</b>			
<b>Objetivo(s) específico(s)</b>			

<sup>1</sup> De acordo com o Art.º 11º do Regimento do Fundo Especial (RFE), o cofinanciamento pelo FE está limitado às percentagens totais do Orçamento da Atividade na proporção abaixo, devendo os restantes recursos ser disponibilizados pela Entidade Executora, ainda que a participação seja em espécie:

- a) 90%, em Atividades cuja Entidade Executora seja uma entidade pública de um Estado-Membro;
- b) 80%, nos demais casos



<b>1.11. Resultados Esperados</b>
<b>1.12. Principais Ações previstas</b>

## 2. DESCRIÇÃO DETALHADA DA ATIVIDADE

### 2.1. Contexto e Justificação da intervenção

*(2 páginas no máximo)*

- *Identificar o enquadramento geral da Atividade e identificar as principais necessidades*
- *Descrever características sociais, económicas e culturais do local de implementação da Atividade, justificando a sua escolha.*
- *Descrever os beneficiários diretos e finais e justificação da sua escolha (incluir uma estimativa do número, se possível desagregado por género).*
- *Indicar como é que a Atividade está adequada e alinhada quer com os objetivos e prioridades setoriais nacionais quer aos Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais (ou equivalentes) em vigor na CPLP, caso seja aplicável.*
- *Indicar o contributo da Atividade para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos ODS a ela associados.*

### 2.2. Objetivo Global

- *Indicar o(s) objetivo(s) global(is) para que a Atividade contribui.*

### 2.3. Objetivos Específicos

*(1 página no máximo)*

- *Descrever os objetivos específicos a concretizar tendo em conta as necessidades identificadas e a sustentabilidade da Atividade após a sua conclusão.*

### 2.4. Resultados Esperados

*(2 páginas no máximo)*

- *Especificar os resultados esperados em função das ações a implementar, quantificando as metas a alcançar, sempre que possível.*
- *Descrever o modo como a Atividade contribuirá para a melhoria da situação dos beneficiários diretos e finais, nomeadamente para o reforço das capacidades técnicas, tendo em conta o seu contexto.*
- *Indicar os ODS e meta(s) associadas para os quais a Atividade contribui.*
- *Quando aplicável, descrever a forma como a Atividade contribuirá para:*
  - *A promoção da Igualdade de Género;*
  - *A adaptação/aumento da resiliência dos beneficiários diretos às alterações climáticas*

### 2.5. Ações previstas e metodologia de implementação

*(6 páginas no máximo)*

- *Enumerar e descrever com detalhe as ações previstas, explicando como estas se articulam entre si para se atingirem os resultados esperados (não confundir com a informação a apresentar no ponto 4).*

- Indicar a metodologia proposta para a implementação e a sua justificação, incluindo descrição de efeitos multiplicadores.
- Explicar o papel da Entidade Executora e dos parceiros de implementação.
- Indicar se a Atividade dá continuidade ou complementa iniciativas anteriores da CPLP (ou outras), em curso ou previstas, especificando como se promoverão essas sinergias numa lógica de transversalidade.
- Descrever de forma fundamentada o papel das instituições envolvidas e das parcerias propostas.
- Explicação do formato da monitorização e avaliação, se aplicável.

## **2.6. Análise de Risco**

*(1 página no máximo)*

- Indicar os fatores externos que podem condicionar a execução da Atividade e as medidas previstas para os mitigar.
- Sempre que possível e adequado, contemplar os diferentes tipos de riscos: físico, ambiental, político, económico e social.

## **2.7. Descrição dos meios de execução**

*(2 páginas no máximo)*

- Descrever os meios humanos propostos para a execução, por função.
- Descrever os principais meios materiais que serão utilizados na execução, por ação (ou conjunto de ações).
- Incluir a tipologia e medida dos apoios disponibilizados pelos parceiros (financeiros ou em espécie).

## **2.8. Cronograma de execução**

- Indicar o tempo de implementação da Atividade (nº de dias/semanas/meses)
- Indicar o calendário previsto para a execução, se justificável
- Preencher o **Modelo Cronograma** (excel anexo) e anexar à proposta.

## **2.9. Descrição da Entidade Executora**

*(2 páginas no máximo)*

- Descrever experiência de implementação de Atividades semelhantes (máximo 3 exemplos): designação da Atividade, orçamento global, parcerias, local e período de implementação e outras referências relevantes.
- Indicar se EE será executora técnica e financeira da Atividade.
- Descrever relacionamento institucional com a CPLP, se aplicável.

# **3. VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE**

## **3.1. Apropriação da Atividade no contexto local**

*(1 página no máximo)*

- Referir as estratégias de promoção da participação ativa e a responsabilização de todos os intervenientes (parceiros, beneficiários, autoridades, etc) nas várias fases da Atividade - elaboração, execução e acompanhamento.
- Referir adaptação de meios técnicos/materiais ao contexto.
- Anexar cartas de manifestação de interesse de autoridades locais/nacionais e parceiros da Atividade

### 3.2. Sustentabilidade

(2 páginas no máximo)

Descrever a sustentabilidade da Atividade, atendendo às suas várias dimensões (quando apropriado):

- Institucional: As metodologias de execução utilizadas e a sua apropriação permitem o desenvolvimento das capacidades adequado para que o impacto da Atividade se mantenha em fases subsequentes ao termo do financiamento pelo FECPLP?
- Financeira: Haverá necessidade de financiamento dessas fases? Como será garantido esse financiamento?
- Estrutural: A Atividade terá um impacto estrutural, i.e, conduzirá a alterações da legislação, códigos de conduta, métodos de trabalho institucionais, etc?

## 4. VISIBILIDADE

(1 página no máximo)

- Descrever as estratégias previstas para dar visibilidade à Atividade, aos parceiros e co-financiadores.

## 5. ORÇAMENTO

- Preencher o **Modelo Orçamento** (excel anexo) e anexar à proposta (o orçamento total deverá distinguir o montante requerido ao FECPLP, da contrapartida da Entidade Executora e eventual cofinanciamento de parceiros).

## 6. QUADRO LÓGICO

- Preencher o **Modelo Quadro Lógico** (excel anexo) e anexar à proposta (o Quadro Lógico deverá indicar, de forma sucinta e organizada, os Objetivos que se pretende atingir, os Resultados Esperados e Ações necessárias à execução da Atividade e demonstrar a sua coerência e articulação).

## II. ENTIDADE EXECUTORA (EE)

Identificação oficial da EE	
Acrónimo	
Ano de criação	<i>Enviar cópia do Registo Oficial em anexo</i>
Estatuto jurídico	<i>Enviar Estatutos em anexo</i>
Número de Identificação Fiscal	
País de residência Fiscal	<i>Enviar comprovativo da Residência Fiscal em anexo</i>
Endereço postal da Sede social	
Contacto telefónico	<i>Colocar indicativo do país + número completo</i>
Endereço correio eletrónico	
Síte oficial	
Outras ligações de referência	

**Pessoa de contacto para a Atividade:**

Nome	
Função	
Contacto telefónico	<i>Indicativo do país + número completo</i>
Endereço correio eletrónico	

[Identificação da Atividade]  
[Identificação da EE]

a) ORÇAMENTO DA ATIVIDADE

ORÇAMENTO (em EUR) - TODOS OS ANOS									
Rubricas		Unidade (descritivo)	Nº Unidades	Custo Unitário	ORÇAMENTO TOTAL ATIVIDADE	Orçamento por Entidade cofinanciadora			
						FE-CPLP	EE	Parceiros	
b)	<b>1. Recursos Humanos</b>								
	1.1 Remunerações (pessoal local)								
	1.1.1 Pessoal técnico								
	1.1.2 Pessoal administrativo e de apoio à Atividade				0,00				
	1.2 Remunerações (pessoal expatriado/internacional)				0,00				
	1.2.1 Pessoal técnico				0,00				
	1.2.2 Pessoal administrativo e de apoio à Atividade				0,00				
	1.3 Outros (especificar)				0,00				
	<b>Subtotal 1. Recursos Humanos</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
c)	<b>2. Deslocações</b>								
	2.1 Viagens internacionais				0,00				
	2.1.1 Viagens da Equipa fixa do projeto (afeta à Atividade)				0,00				
	2.1.2 Outras Viagens (missões de apoio à atividade, formação, capacitação, etc.)				0,00				
	2.2 Viagens nacionais				0,00				
	2.3 Ajudas de custo para deslocações em serviço/viagens:				0,00				
	2.3.1 Equipa fixa do projeto (afeta à Atividade)				0,00				
	2.3.2 Beneficiários do projeto				0,00				
	2.4 Outros (seguros, alojamento, alimentação, vistos, taxas, etc)				0,00				
	<b>Subtotal 2. Deslocações</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
d)	<b>3. Obras e Infraestruturas</b>								
	3.1 Materiais				0,00				
	3.2 Mão-de-obra				0,00				
	3.3 Outros (especificar)				0,00				
	<b>Subtotal 3. Obras e Infraestruturas</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>4. Materiais, equipamentos e fornecimentos</b>								
	4.1 Aluguer de veículos				0,00				
	4.2 Despesas de manutenção e combustíveis				0,00				
	4.3 Mobiliário e equipamento informático				0,00				
	4.4 Compra de maquinaria, ferramentas, equipamentos e peças				0,00				
	4.5 Outros (especificar)				0,00				
	<b>Subtotal 4. Materiais, equipamentos e fornecimentos</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>5. Escritório local</b>								
	5.1 Arrendamento de escritório				0,00				
	5.2 Consumíveis de escritório				0,00				
	5.3 Outros (correios/telefone/internet/electricidade,etc...)				0,00				
	<b>Subtotal 5. Escritório local</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**[Identificação da Atividade]**

*[Identificação da EE]*

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

[illegible]



## ***[Identificação da Atividade]***

*[Identificação da EE]*

### **QUADRO LÓGICO**

	Lógica da Intervenção		Indicadores Verificáveis e Mensuráveis <sup>1</sup>		Linha de Base	Metas	Fontes de Verificação
<b>Objetivos Globais (OG)</b>	Mudanças geradas no longo-prazo, decorrentes da Atividade e de intervenções de outros parceiros		Medem as alterações de longo-prazo provocadas pela Atividade		Ponto de partida do indicador - retirado de documentos de estratégia do EM	Valor previsto para que se pretende contribuir - retirado de documentos de estratégia do EM	Preferencialmente documentos de estratégia do país parceiro
<b>Objetivo Específico (OE)</b>	Efeitos diretos obtidos a médio-prazo e que tendem a refletir mudanças que resultam da Atividade		Medem as alterações induzidas pelo objetivo específico		Ponto de partida do indicador	Valor desejado no final da intervenção	Fontes de informação, métodos de recolha e de reporting
<b>Resultados Esperados (RE)</b>	Realizações diretas e tangíveis disponibilizados diretamente pela Atividade		Medem o grau de disponibilização dos resultados		Ponto de partida do indicador	Valor desejado no final da intervenção	Fontes de informação, métodos de recolha e de reporting
<b>Ações (A)</b>	Tarefas a empreender no período de execução do projeto (e sua sequência) para atingir os resultados pretendidos (Agrupar as atividades por Resultado Esperado)						Fontes de informação, métodos de recolha e de reporting



**SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**PROTOCOLO  
entre  
O FUNDO ESPECIAL DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)<sup>1</sup>**

**e a**

**Nome Entidade Executora**

**Para a implementação da Atividade Número Atividade – Nome Atividade**

---

<sup>1</sup> O protocolo terá os seguintes documentos anexos:

Anexo 1 - Documento de Atividade aprovado pelo órgão competente

Anexo 2 - Modelo de Relatório de Atividade

Anexo 3 - Modelo de Prestação de contas

Anexo 4 - Regras para prestação de contas das Entidades Executoras

A **COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP**, pessoa coletiva (organismo internacional) com o Número de Identificação Fiscal 503 908 398, com sede no Palácio Conde de Penafiel, sito na Rua de São Mamede nº 21, 1100-533 Lisboa, neste ato devidamente representada pelo seu Secretário Executivo, **Nome SE**, na qualidade de Administrador do Fundo Especial da CPLP, de ora em diante e para os efeitos do presente protocolo designada por Primeira Outorgante,

E,

A **Nome Entidade Executora**, com a identificação fiscal [inserir n.º de identificação fiscal], com sede em [morada completa: rua, cidade, região]], neste ato devidamente representada por<sup>2</sup> **Nome Representante**, **Cargo Representante**, seguidamente identificada como Segunda Outorgante,

Considerando que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (referida a seguir como CPLP) aprovou, nos termos previstos no Regimento do Fundo Especial, o financiamento da implementação da **Número Atividade – Nome Atividade** (adiante “Atividade”) até ao valor de **Valor total (com a TA) (Valor total por extenso)**<sup>3</sup>;

Considerando que a pertinência e o mérito técnico da atividade foram validados por **RMS/RPFC/CCP/SECPLP nome do órgão**, reunido a **data e local**.

Considerando que o financiamento para a atividade foi aprovado por **RPFC/CCP/SECPLP**.

Considerando que a **Nome Entidade Executora** (adiante “a Entidade Executora”) se encontra na disponibilidade de assumir a execução técnica e financeira da Atividade, nos termos do Documento de Atividade e dos seus anexos, que fazem parte integrante deste Protocolo;

É celebrado o presente Protocolo, o qual rege-se nos termos e pelas cláusulas seguintes:

### **Artigo 1º (Definição da Atividade)**

O Documento de Atividade e respetivos anexos **Número Atividade – Nome Atividade**, que fazem parte integrante deste instrumento - **Anexo 1**, (adiante “o Documento de Atividade”) determinam o objetivo e os detalhes da Atividade, estando sujeito a eventuais ajustes e acordos complementares que possam vir a ser firmados entre o Secretariado Executivo da CPLP e a Entidade Executora.

### **Artigo 2º (Execução da Atividade)**

---

<sup>2</sup> A Entidade Executora deverá remeter um comprovativo de representação aquando do envio da proposta de documento de Atividade.

<sup>3</sup> O cofinanciamento inclui o valor de taxas administrativas (6%) previsto no n. 10 do art. 6 do RFE, sendo assim o valor total aqui referido correspondente ao montante protocolado acrescido dessas taxas.

1. A Entidade Executora será responsável pela implementação da Atividade, de acordo com o estabelecido no Documento de Atividade, designadamente no que respeita ao Cronograma de Execução (**nº meses/anos**).
2. A sede da Entidade Executora será tida como a sede da Atividade para todos os efeitos resultantes deste Protocolo.
3. A Entidade Executora poderá, de acordo com o estabelecido no Documento de Atividade e com o RFE, e mediante a aprovação prévia do Secretariado Executivo da CPLP, subcontratar outras entidades para realizar tarefas específicas da Atividade. Esta subcontratação não eximirá a Entidade Executora das suas obrigações enquanto responsável pela execução técnica e financeira da Atividade, conforme definido no Documento de Atividade e neste Protocolo.
4. A Entidade Executora envidará todos os esforços para respeitar o cumprimento do cronograma de execução, cumprir o orçamento aprovado e alcançar os objetivos da Atividade.

### **Artigo 3º (Financiamento da Atividade)**

1. A CPLP, por meio do seu Fundo Especial, cofinanciará com **[Valor sem TA] (Valor por extenso)** para a implementação da Atividade, tendo esse cofinanciamento origem e cabimento nos recursos financeiros existentes no Fundo Especial.
2. As contribuições da Entidade Executora e do Fundo Especial da CPLP, em espécie ou em dinheiro, serão realizadas conforme estabelecido no Documento de Atividade.
3. A CPLP, por meio do seu Fundo Especial, realizará o pagamento referente ao seu cofinanciamento para a atividade, através de transferências para a conta bancária de que a Entidade Executora é titular, e após a assinatura deste Protocolo pelas Partes;

Titular da Conta	
Entidade	
País	
Localidade	
Agência	
Nº da conta	
Código SWIFT	
IBAN	

4. As transferências para a Entidade Executora, no valor total de **Valor sem TA (Valor por extenso)**, serão realizadas para a conta acima identificada de acordo com os procedimentos em vigor no Secretariado Executivo da CPLP em respeito do cronograma abaixo indicado:

**[nota: inserir número de tranches conforme modelo abaixo, exemplificativo.**

**O valor dos desembolsos anuais não deverá ser superior ao valor orçamentado na Proposta de Atividade para um período de 12 meses]**

- a) Uma transferência inicial, no valor de **valor numérico (valor por extenso)**, correspondente a **valor percentual%** do financiamento total, na sequência de:
  - i. Assinatura do presente Protocolo;

- ii. Apresentação da Certidão de Residência Fiscal, emitida pela autoridade tributária local;
  - iii. Envio de documento comprovativo do cumprimento das formalidades legais exigíveis, à luz do direito tributário português<sup>4</sup>;
  - iv. Apresentação da fatura ou recibo, em nome da CPLP, no valor da primeira transferência;
  - v. Apresentação de carta com pedido da primeira transferência.
- b) Uma segunda transferência, no valor de **valor numérico (valor por extenso)**, correspondente a **valor percentual%** do financiamento total, na sequência de:
- i. Receção e validação de Relatório Intermédio de Execução Técnica e Financeira da Atividade, suportado por documentação comprobatória, que deve ser remetido pela Entidade Executora ao Secretariado Executivo da CPLP, no máximo **nº** meses após arranque da Atividade;
  - ii. Apresentação da fatura ou recibo, em nome da CPLP, no valor da segunda transferência;
  - iii. Apresentação de carta com pedido da segunda transferência.

**[nota: replicar caso necessário alínea b) e assim sucessivamente]**

- c) Uma **[inserir número da última]** transferência, no valor de **valor numérico (valor por extenso)**, correspondente a **valor percentual%** do financiamento total, na sequência de:
- i. Relatório Final de Execução Técnica e Financeira da Atividade, suportado por toda a documentação comprobatória e de respetiva certificação de contas, que deve ser remetido pela Entidade Executora ao Secretariado Executivo da CPLP no máximo **nº** meses após conclusão da atividade;
  - ii. Apresentação da fatura ou recibo, em nome da CPLP, no valor da última transferência;
  - iii. Apresentação de carta com pedido transferência da última transferência.

#### **Artigo 4º** **(Utilização dos recursos)**

1. Os fundos fornecidos pela CPLP no âmbito deste Acordo serão utilizados exclusivamente para cobrir os custos do Atividade, tal como estabelecidos no Documento de Atividade.
2. Os fundos afetos a uma rubrica orçamental poderão ser transferidos para outra rubrica, por acordo entre as partes. Será necessário um pedido de autorização prévia ao SECPLP sempre que a alteração seja superior a 10% do total da rubrica. Este pedido deve ser acompanhado de orçamento retificativo.
3. No decurso da Atividade, todos os materiais, equipamentos, instrumentos e serviços adquiridos ou alugados com recursos do Fundo Especial da CPLP serão exclusivamente afetos à sua execução.
4. Após o termo da Atividade todos os materiais, equipamentos, instrumentos e serviços adquiridos com fundos fornecidos pelo Fundo Especial da CPLP reverterão, preferencialmente, a favor do(s)

---

<sup>4</sup> Este procedimento é necessário apenas para Entidades Executoras sediadas fora do território do Estado Sede e pretende evitar a dupla tributação dos valores a transferir no âmbito deste contrato. À data de assinatura do protocolo, o formulário do modelo RFI 21 deverá ser devidamente preenchido e remetido ao SECPLP, para pedido de dispensa de retenção na fonte do imposto português.

beneficiário(s) da Atividade. Quando essa operação não se revelar viável ou pertinente, reverterão a favor da Entidade Executora.

5. A aquisição de bens e serviços com recursos do Fundo Especial da CPLP será feita de acordo com as normas internacionalmente reconhecidas de boas práticas de gestão.
6. A CPLP providenciará para que a Entidade Executora proceda ao ressarcimento de qualquer gasto realizado com recursos do Fundo Especial CPLP para finalidades não autorizadas no âmbito deste Acordo ou que não obedeçam às normas da CPLP.

#### **Artigo 5º (Contabilidade)**

1. A Entidade Executora manterá um rigoroso controlo orçamental sobre os recursos financeiros do Fundo Especial que lhe forem confiados.
2. A Entidade Executora tomará precauções contra o uso não autorizado dos recursos e manterá a contabilidade da Atividade sempre atualizada, mantendo as faturas e recibos em seu nome.
3. A CPLP poderá a qualquer momento solicitar a posição financeira da Atividade, a ser fornecida pela Entidade Executora, acompanhada de extratos bancários autenticados. A Entidade Executora deverá atender, num prazo a acordar entre as partes, qualquer solicitação neste sentido.
4. No final da Atividade, ou de acordo com a solicitação da CPLP, a conta da Atividade poderá ser certificada, fazendo uso de recursos consignados a esse fim do Orçamento, em montante nunca superior a 1% do cofinanciamento do Fundo Especial.
5. Se os custos correspondentes à comparticipação do Fundo Especial para a execução da Atividade forem inferiores aqueles estabelecidos no nº 2 do art. 3º deste Protocolo, o saldo remanescente ao termo da Atividade, inclusive juros e correções, será devolvido ao Fundo Especial.

#### **Artigo 6º (Registos e Relatórios)**

1. A Entidade Executora manterá registos e procedimentos apropriados para monitorizar o progresso físico, técnico e financeiro da Atividade, bem como para identificar os bens e serviços adquiridos com recursos financeiros do Fundo Especial.
2. A Entidade Executora submeterá ao Secretariado Executivo da CPLP um Relatório de Atividade, seguindo o Modelo do Relatório de Atividade (**Anexo 2**), com a seguinte periodicidade:
  - a. Relatório(s) Intermédio(s), ao fim de **nº** meses a contar da data de início da Atividade e posteriormente a cada período de **nº** meses; e
  - b. Um Relatório Final, no máximo até 2 meses após o termo da Atividade.
3. A componente financeira dos Relatórios Intermédios e do Relatório Final da Atividade deverão seguir o Modelo de Prestação de Contas (**Anexo 3**) e as Regras de prestação de contas (**Anexo 4**), contemplando eventuais alterações de rubricas orçamentais entretanto acordadas pelas Partes.
4. As prestações intermédias de contas deverão ser devidamente assinadas pela Contabilidade da Entidade Executora. As prestações finais de contas exigirão um processo de certificação por entidade devidamente credenciada para o efeito.

5. A Entidade Executora remeterá ao Secretariado Executivo da CPLP o Relatório Intermédio e o Relatório Final, em formato papel e correspondente cópia eletrónica, incluindo os documentos de prestação de contas e relatório da certificação de contas.
6. A Entidade Executora submeterá ao Secretariado Executivo da CPLP, a pedido deste e sempre que considerado necessário, uma nota informativa de atualização da Atividade que deverá complementar a informação anteriormente prestada.

**Artigo 7º**  
**(Publicações, Relatórios, Reuniões e outras oportunidades de visibilidade)**

1. Todas as publicações, relatórios e outros momentos de visibilidade da Atividade como, reuniões com parceiros, entrevistas à comunicação social etc. devem conter referência e/ou logótipo da CPLP na sua implementação, de acordo com o Guia de Visibilidade para Atividades com o Apoio Institucional da CPLP.
2. As capas de todas as publicações farão referência à CPLP e exibirão o respetivo logotipo.
3. Caso a Atividade se inclua dentro de um Programa/Campanha que contenha logo e nome próprios, deverão operar as previsões dos números 1 e 2 deste artigo no que a aqueles respeita.

**Artigo 8º**  
**(Compromissos Transversais)**

1. A Entidade Executora compromete-se a promover a igualdade de género, diligenciando escrupulosamente para evitar toda e qualquer forma de discriminação e para promover a salvaguarda contra todas as formas de exploração, abuso e assédio de crianças, jovens e adultos vulneráveis com quem desenvolvam atividades no âmbito do presente Protocolo, bem como para com os seus funcionários e colaboradores.
2. A Entidade Executora compromete-se também a observar o respeito pelos direitos humanos e a cumprir a legislação aplicável quanto à proteção de dados pessoais, bem como normas de proteção ambiental, incluindo os acordos ambientais multilaterais e também normas laborais fundamentais acordadas internacionalmente, em todas as atividades desenvolvidas no âmbito do presente protocolo.
3. A Entidade Executora tomará medidas para evitar práticas fraudulentas, corruptas ou eticamente condenáveis e assegurará que as pessoas que desenvolvam atividades no âmbito do presente Protocolo não requeiram, aceitem, façam, garantam ou prometam quaisquer pagamentos ilegais ou vantagens, em conexão com essas atividades.

**Artigo 9º**  
**(Comunicações entre as Partes)**

1. As Partes comprometem-se à prestação recíproca das informações necessárias à boa implementação da Atividade, comunicação e visibilidade.

2. Em consideração pela economia de meios e eficiência de desempenho na implementação da Atividade, todas comunicações entre as Partes serão feitas por via eletrônica.
3. Para o efeito previsto no ponto anterior, as Partes reconhecem reciprocamente que as comunicações no âmbito do presente Protocolo serão veiculadas pelos seguintes endereços de correio eletrónico:<sup>5</sup>
  - a) Do Secretariado Executivo da CPLP: **completar**
  - b) Entidade Executora: **completar**
4. Qualquer alteração dos contatos mencionados no artigo anterior deverá ser antecipadamente comunicada, com indicação da data a partir da qual a alteração produz efeitos, e estará pendente de confirmação da contraparte.

#### **Artigo 10º** **(Interrupção da Atividade)**

1. A CPLP poderá, por comunicação eletrónica, revogar a aprovação e interromper o financiamento da Atividade, designadamente em casos de:
  - a) Aplicação incorreta dos recursos financeiros;
  - b) Aplicação incorreta dos meios técnicos e/ou recursos humanos;
  - c) Alterações não aprovadas às ações concretas das quais resulte uma discrepância com o Documento de Atividade, que não tenham sido aprovadas pelo SECPLP;
  - d) Inatividade de execução técnica ou financeira superior a 12 meses;
  - e) Atividade que tenha terminado prematuramente.
2. A Entidade Executora apresentará Relatório com um ponto de situação circunstanciado sobre o grau de execução até à interrupção da Atividade, no máximo até dois meses após a emissão da comunicação do ponto anterior.
3. Em caso de decisão de interrupção do financiamento da Atividade, serão honrados os compromissos assumidos até à data da comunicação da decisão de interrupção da Atividade e os montantes não utilizados dos recursos atribuídos pelo Fundo Especial serão reconduzidos ao mesmo.

#### **Artigo 11º** **(Resolução de Conflitos)**

Qualquer conflito resultante da interpretação ou implementação deste Protocolo será resolvido, preferencialmente, por consulta ou negociação entre a Entidade Executora e o Secretariado Executivo da CPLP.

#### **Artigo 12º** **(Produção de efeitos)**

O presente Protocolo produzirá efeitos na data da sua assinatura pelas partes contratantes e terá uma duração de **nº meses/anos**, conforme cronograma incluído no **Anexo 1**.

---

<sup>5</sup> Incluir dois endereços, o geral e o da pessoa de contato/responsável.



Pelo Fundo Especial da Comunidade dos Países de  
Língua Portuguesa – CPLP

.....

**Nome SE**

Secretário Executivo da CPLP

**Data:**

**Local:**

Pela **Nome Entidade Executora**

.....

**Nome Representante**

**Cargo Representante**

**Data:**

**Local:**



CPLP

**SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**RELATÓRIO INTERMÉDIO <sup>1</sup>/ FINAL DA ATIVIDADE**

<b>Designação da Atividade</b>	
<b>Entidade Executora</b>	
<b>Estados-Membros e/ou Estados terceiros envolvidos</b>	
<b>Parceiros de Implementação</b>	

Ação Pontual	
Projeto	
Programa	

(assinalar com um X)

<b>Tipologia da Atividade</b>	
Cooperação	
Político-diplomática e/ou de promoção da Língua Portuguesa	

(assinalar com um X)

<b>Data de Apresentação</b>	
-----------------------------	--

<b>Codificação</b>	
--------------------	--

(reservado ao Secretariado Executivo da CPLP)

<sup>1</sup> A periodicidade de apresentação do(s) relatório(s) intermédio(s) encontra-se definida no Protocolo que suporta esta Atividade.

## 1. RESUMO DA ATIVIDADE

<b>1.1. Designação da Atividade</b>	
<b>1.2. Localização</b>	
<i>Identificar País(es)/ região(ões)/ localidade(s) onde a Atividade se desenvolveu</i>	
<b>1.3. Período coberto pelo Relatório</b>	
<i>Nº de dias/semanas/meses de execução</i>	
<b>1.4. Parceiro(s) de implementação</b>	
<i>Identificar parceiros de implementação</i>	
<b>1.5. Beneficiários da Atividade</b>	
<b>Beneficiários Diretos</b>	
<b>Beneficiários Finais</b>	
<b>1.6. Objetivos da Atividade</b>	
<b>Objetivo global</b>	
<b>Objetivo(s) específico(s)</b>	
<b>1.7. Resultados Esperados</b>	
<b>1.8. Principais Ações previstas</b>	

## 2. RELATÓRIO TÉCNICO DA ATIVIDADE

### 2.1. Ações realizadas

- *Descrever as ações realizadas, em relação às previstas no decorrer do período de execução, indicando o calendário de execução das mesmas;*
- *Identificar eventuais obstáculos e problemas encontrados no decurso da implementação e medidas de correção adotadas;*
- *Indicar eventuais alterações na metodologia de implementação da Atividade.*

### 2.2. Resultados alcançados

- *Descrever e analisar os Resultados obtidos face à previsão de Resultados e tendo em conta as ações realizadas.*

### 2.3. Monitorização da Atividade

- *Resumir os quadros de medição/ monitorização dos indicadores de desempenho previstos no documento de Atividade;*
- *Descrever a metodologia da monitorização utilizada durante o período de implementação.*

### 2.4. Conclusões

- *Elaborar uma análise sobre a execução até à data e o seu reflexo no plano de trabalhos proposto;*
- *Fazer uma interpretação qualitativa e quantitativa do trabalho desenvolvido, tendo em conta os seguintes critérios:*
  - *Contributo para os ODS para os quais a atividade contribuiu*
  - *Índice de apropriação da Atividade*
  - *Impactos das ações nos beneficiários*
  - *Aplicação de questões transversais (Ig. Género, Resiliência Alterações Climáticas, etc)*
  - *Lições aprendidas*
  - *Cumprimento do Cronograma de Execução*
  - *Afetação de meios humanos, materiais e financeiros*

### 2.5. Recomendações

- *Relatório Intermédio: elencar recomendações para eventuais melhorias da implementação da Atividade nos períodos subsequentes;*
- *Relatório Final: elencar recomendações para a implementação de Atividades semelhantes no futuro.*

### 3. RELATÓRIO FINANCEIRO

#### 3.1. Utilização dos meios humanos, materiais e financeiros

- *Relatório Intermédio: descrever qual a afetação real dos meios humanos, materiais e financeiros à execução das atividades.*
- *Relatório Final: descrever a afetação real dos meios humanos, materiais e financeiros à execução das atividades, justificando eventuais desvios relativamente ao Orçamento aprovado.*

#### 3.2. Prestação de contas

- *Preencher os dois quadros do **Modelo de prestação de contas** (excel anexo):*
  - *Detalhe das Despesas realizadas*
  - *Resumo Orçamento-Execução.*

### 4. ANEXOS

- *Documentação relevante – relatórios de ações, fotografias, listas de presenças, etc;*
- *Material de visibilidade – notícias, clippings, etc;*
- *Produtos da Atividade – publicações, guias, etc;*
- *Declarações, comprovativos, etc;*
- *Quadros de Prestação de contas (formato excel e modelo fechado – PDF)*
- *Comprovativos de despesas realizadas (PDF)*
- *Relatório Final - apresentar Relatório de certificação de contas/ Auditoria*

[Identificação da Atividade]  
[Identificação da EE]

a) ORÇAMENTO DA ATIVIDADE

Rubricas	ORÇAMENTO (em EUR) - TODOS OS ANOS										Prestação de contas			TOTAL EXECUÇÃO	Saldo	
	Unidade (descritiva)	Nº Unidades	Custo Unitário	ORÇAMENTO TOTAL ATIVIDADE	Orçamento por Entidade cofinanciadora			Execução 1ª tranche (data)	Execução 2ª tranche (data)	Execução 3ª tranche (data)						
					FE-CPUP	EE	Parceiros									
1. Recursos Humanos																
	1.1.1 Remunerações (pessoal local)															
	1.1.1 Pessoal técnico				0,00											
	1.1.2 Pessoal administrativo e de apoio à Atividade				0,00											
	1.1.2 Remunerações (pessoal expatriado/internacional)				0,00											
	1.2.1 Pessoal técnico				0,00											
	1.2.2 Pessoal administrativo e de apoio à Atividade				0,00											
	1.3 Outros (especificar)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Subtotal 1. Recursos Humanos				0,00											
	2. Deslocações															
		2.1 Viagens internacionais				0,00										
		2.1.1 Viagens da Equipa fixa do projeto (aérea à Atividade)				0,00										
		2.1.2 Outras Viagens (missões de apoio à atividade, formação, capacitação, etc.)				0,00										
		2.2 Viagens nacionais				0,00										
		2.3 Ajudas de custo para deslocações em serviço/viagens:				0,00										
2.3.1 Equipa fixa do projeto (aérea à Atividade)					0,00											
2.3.2 Beneficiários do projeto					0,00											
2.4 Outros (seguros, alojamento, alimentação, vistos, taxas, etc)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal 2. Deslocações					0,00											
3. Obras e Infraestruturas																
		3.1 Materiais				0,00										
		3.2 Mão-de-obra				0,00										
		3.3 Outros (especificar)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Subtotal 3. Obras e Infraestruturas				0,00										
	4. Materiais, equipamentos e fornecimentos															
		4.1 Aluguer de veículos				0,00										
		4.2 Despesas de manutenção e combustíveis				0,00										
		4.3 Mobiliário e equipamento informático				0,00										
		4.4 Compra de maquinaria, ferramentas, equipamentos e peças				0,00										
		4.5 Outros (especificar)				0,00										
		Subtotal 4. Materiais, equipamentos e fornecimentos				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		5. Escritório local														
			5.1 Arrendamento de escritório				0,00									
			5.2 Consumíveis de escritório				0,00									
5.3 Outros (correios/telefone/internet/eletricidade etc...)						0,00										
Subtotal 5. Escritório local						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Outros Custos e Serviços																
			6.1 Publicações				0,00									
			6.2 Estudos e investigação				0,00									
	6.3 Custos de conferências e seminários					0,00										
	6.4 Tradução e interpretação					0,00										
	6.5 Ações de visibilidade - atividades e materiais de divulgação, visibilidade, etc					0,00										
	6.6 Serviços financeiros (custos de garantia bancária, etc.)					0,00										
	6.7 Formação e capacitação					0,00										
	6.8 Outros (especificar)					0,00										
	Subtotal 6. Outros Custos e Serviços					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	7. Monitorização, Avaliação e Certificação de contas															
		7.1 Custos de monitorização e avaliação				0,00										
		7.2 Custos de Certificação de contas/ auditoria (máximo 2% do total)				0,00										
		Subtotal 7. Monitorização, Avaliação e Certificação de Contas				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		Subtotal Custos Diretos da Atividade (1.-7.)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8. Provisão para imprevistos (máximo 2% do total dos custos diretos da Atividade)					0,00											
TOTAL Custos elegíveis da Atividade (1.-8.)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
9. Taxa Administrativa, cf Artº. 6º do RFE						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		





**SECRETARIADO EXECUTIVO DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Designação do Programa/Projeto/Ação Pontual**

**Parecer Prévio sobre Atividades de Cooperação da CPLP <sup>1</sup>**

<b>Reunião Ministerial</b>	
<b>Secretariado Permanente</b>	Coordenador: 2º PF: 3º PF:
<b>Estados-Membros</b>	

<sup>1</sup> Em conformidade com a al. B), do n.º 1, do artigo 13º do Regimento do Fundo Especial, a tramitação de Propostas de Atividade exige o parecer prévio dos Secretariados das Reuniões Ministeriais da CPLP, configurando a sua ausência uma concordância tácita com essa Atividade. Nesse âmbito, o presente documento deverá ser utilizado para a emissão de pareceres técnicos a serem apreciadas pela Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC). O parecer servirá para informar a RPFC sobre a pertinência da Atividade para o setor e o seu alinhamento com o Plano Estratégico de Cooperação Setorial da CPLP (PECSET) - ou equivalente - e/ou Plano de Ação/Trabalho (PAT) bem como com o Documento Estratégico de Cooperação da CPLP (DEC).



## 1. RELEVÂNCIA E COERÊNCIA

### 1.1. Relevância setorial da Atividade

- *Analisar a coerência da atividade proposta com a Visão Estratégica da CPLP e com o Documento Estratégico de Cooperação da CPLP (DEC)*
- *Defender a relevância da Atividade para a implementação do Plano Estratégico de Cooperação Setorial da CPLP (PECSET) e/ou Plano de Ação/Trabalho (PAT) em vigor na área sectorial da CPLP em análise, particularizando o eixo ou eixos estratégicos para os quais contribui*

### 1.2. Relevância e coerência da Atividade com Estratégias nacionais setoriais

- *Abordar a relevância e coerência da Atividade com as políticas ou estratégias nacionais setoriais dos Estados-Membros envolvidos*
- *Indicar de que forma a Atividade contribui para essas políticas, programas e objetivos*
- *Defender o contributo da Atividade para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a ela associados*

## 2. METODOLOGIA E QUALIDADE DA PROPOSTA

### 2.1. Adequação da metodologia

- *Observar se a metodologia de implementação da Atividade proposta é adequada aos objetivos que pretende alcançar, indicando:*
  - *Se as ações previstas e os meios humanos, técnicos e financeiros são adequados à resolução dos problemas identificados.*
  - *Se são devidamente considerados os contextos nacionais dos EM envolvidos*

### 2.2. Envolvimento de entidades/ estruturas nacionais

- *Refletir sobre a forma como está prevista a apropriação nacional da Atividade e a sua sustentabilidade*
- *Analisar o envolvimento de entidades/ estruturas nacionais propostas pela Atividade*

### 2.3. Articulação com iniciativas em curso e/ou com parceiros relevantes para o setor

- *Indicar de que forma a Atividade está a ser articulada com projetos em execução*
- *Analisar o tipo de diálogo e articulação proposto pela Atividade com parceiros relevantes para o setor*

## 3. PARECER FINAL

### 3.1. Parecer Final e Observações



## **ANEXO 4: REGRAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ENTIDADES EXECUTORAS**

### **1. RELATÓRIOS FINANCEIROS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

**1.1.** A Entidade Executora (EE) deverá sempre efetuar a respetiva prestação de contas nos mapas de reporte anexos ao Regimento do Fundo Especial:

- Listando todas as despesas, descrição, valor, fornecedor, etc, por ordem cronológica dos gastos (*planilha: Detalhe*); e
- Agrupando as faturas por natureza da sua despesa, com evidência da comparação com o orçamento aprovado (*planilha: Orçamento/ Execução*).

**1.2.** Juntamente com os mapas referidos no ponto 1.1, a EE deverá enviar a digitalização de todos os comprovativos de despesa aquando da apresentação dos Relatórios Financeiros, correspondentes ao período de reporte.

**1.3.** Serão aceites apenas documentos originais, identificados com um carimbo da Entidade Executora.

### **2. ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS:**

Consideram-se elegíveis as despesas efetivamente pagas e incorridas, que se encontram previstas nas rubricas do orçamento da Atividade aprovada e que direta e justificadamente contribuam para a execução da Atividade.

**2.1.** São elegíveis as despesas que tenham sido realizadas entre a data de assinatura do protocolo de financiamento e a data de conclusão da Atividade.

**2.2.** Como documentos de despesas, são aceites:

- Recibos, acompanhados das respetivas faturas; ou
- Faturas-recibo / Venda a dinheiro, desde que de comprovadamente pagos (comprovativo bancário ou recibo formal com carimbo “pago”).

**2.3.** Não são aceites os seguintes documentos de despesas: recibos de cartões de crédito/ débito, orçamentos, faturas pró-forma, guias de remessa, guias de transporte, guias de consignação ou consultas de mesa.

**2.4.** Eventuais pagamentos que, por motivos bem justificados, não sejam correspondidos com documentos fiscalmente aceitáveis, poderão excecionalmente ser suportados com um Termo

de Pagamento, cujo modelo exemplificativo se anexa. Pagamentos a uma entidade fornecedora de valor superior equivalente a 500,00 € (quinhentos euros) devem ser acompanhados de evidência de consulta de preços no mercado local, reunindo pelo menos três cotações, e justificação da escolha.

### **3. CRITÉRIOS PARA TIPOLOGIAS DE DESPESAS ESPECÍFICAS:**

- 3.1. Passagens aéreas** – Para além do comprovativo de aquisição do bilhete, deve-se juntar o talão de embarque ou comprovativo de viagem equivalente.
- 3.2. Fornecedores** – As faturas devem obedecer o formato e termos vigentes no país onde foi originado o fornecimento de bens ou serviços, que permitam a sua dedutibilidade para fins fiscais e que possam constituir suporte legal para o seu registo contabilístico.
- 3.3. Honorários** – Pagamento de honorários, serviços de consultoria, de formação ou outros serviços a indivíduos devem sempre vir acompanhados de uma fatura, de um contrato elaborado entre a EE e o contratado e o documento de identificação do contratado.
- 3.4. Ajudas de custo** – Recibos de pagamento de ajudas de custo, subsídio de transporte ou de alimentação deverá ser acompanhados do comprovativo de deslocação/ presença na atividade da Atividade (lista de presenças, por exemplo), bem como do documento de identificação do beneficiário.
- 3.5. Ativo Fixo** – No final da Atividade, equipamentos, mobiliário, ferramentas ou utensílios de valor elevado (superior a 1.000,00 €) adquiridos com recursos da Atividade reverterem para a entidade a quem a fatura de aquisição foi emitida. Caso essa entidade pretenda transferir a propriedade dos equipamentos para outra entidade beneficiária da Atividade, deverá ser emitida uma fatura de venda para a transferência da propriedade jurídica do bem entre das duas entidades.
- 3.6. Conversão de moeda** – Sempre que os documentos justificativos apresentem valores em moeda diversa do Euro, deve-se juntar a evidência da taxa de câmbio praticada pela plataforma OANDA<sup>1</sup>, e deverá ser considerado o câmbio à data de pagamento.
- 3.7. Refeições** – Salvo em casos devidamente justificados, o consumo de bebidas alcoólicas não é elegível para justificação de despesas.

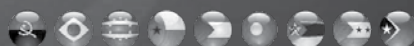
---

<sup>1</sup> Plataforma OANDA: <https://www1.oanda.com/lang/pt/currency/convert/>

**CPLP**Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

## GUIA DE VISIBILIDADE PARA ATIVIDADES COM O APOIO INSTITUCIONAL DA CPLP

2017

**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

### Introdução

O Guia de Visibilidade para Atividades com o Apoio Institucional da CPLP foi elaborado com o objetivo de assegurar que esta concessão seja assinalado de modo visível nas atividades beneficiárias. O cumprimento das diretrizes do Guia de Visibilidade para Atividades com o Apoio Institucional da CPLP é obrigatório para toda as atividades beneficiárias desta atribuição.

Incidindo sobre os elementos verbais e gráficos de identificação da CPLP, este Guia pretende, assim, reforçar os níveis de relevância, a qualidade, a eficácia e eficiência das atividades às quais foi concedido o Apoio Institucional da CPLP. Desta forma, procede-se à identificação clara e inequívoca da forma de inserção e utilização da marca CPLP em ferramentas de comunicação relacionados com a atividade beneficiária.

Independentemente dos objetivos, âmbito e dimensão da atividade beneficiária, os instrumentos utilizados e materiais produzidos pelo beneficiário devem exibir o logótipo da CPLP em lugar de destaque, em formato adequado e obedecendo às normas gráficas fixadas, conforme especificado no ponto “Normas Básicas de Reprodução”.

## Adequação da Visibilidade

Após a concessão do Apoio Institucional, a Assessoria de Comunicação e Imagem (ACI) do Secretariado Executivo da CPLP disponibiliza de imediato a informação elegível sob a forma de uma lista de entidades beneficiárias de apoio institucional, em [www.cplp.org](http://www.cplp.org), e divulga a atividade na forma entendida como pertinente e oportuna, com discricionariedade.

Antes de dar início a qualquer ação de comunicação, os organizadores da atividade beneficiária devem garantir o estabelecimento de contacto com a ACI - através do Ponto Focal do Secretariado Executivo da CPLP - para o recebimento dos ficheiros vetoriais dos logótipos da CPLP e para a fixação de um plano de comunicação coerente com o presente Guia.

O Apoio Institucional da CPLP cessa com a conclusão da atividade ao qual foi concedido ou após decorrer um prazo fixado desde a data de concessão, momento a partir do qual nenhum símbolo da CPLP pode ser inserido nos instrumentos e materiais de comunicação da atividade beneficiária.

## Ferramentas de Comunicação

Através do Ponto Focal da CPLP na outorga de Apoio Institucional, a ACI deve ser informada pelo beneficiário da calendarização respeitante à ativação de instrumentos de comunicação. Igualmente, deverá remeter – em formato eletrónico ou outro – estes instrumentos e outros materiais à ACI para potencial futura disseminação da atividade pelos canais próprios da CPLP. Os principais materiais e instrumentos de comunicação versados num plano de promoção e divulgação de uma atividade são:

### ***Relações com a Comunicação Social***

O comunicado à imprensa a divulgar junto dos jornalistas deve ser emitido antes do arranque de todas as atividades e cingir-se somente ao anúncio da atividade programada. Este comunicado, bem como outros disseminados durante ou após a ação apoiada, deve conter a menção de que a atividade é desenvolvida com o “Apoio Institucional da CPLP” não devendo incluir qualquer outra referência a esta Organização Internacional, exceto quando discutido e autorizado pela ACI. Deve, sempre, mencionar o nome de uma individualidade da CPLP cuja participação esteja prevista.

Os comunicados à imprensa devem figurar o logótipo da CPLP, com destaque igual aos da instituição ou instituições beneficiárias do Apoio Institucional, referenciando-se sempre com a palavra “Apoio” junto ao logótipo da CPLP.



## Ferramentas de Comunicação (cont.)

### ***Declarações Públicas***

Enquanto orientação geral, os beneficiários não podem prestar declarações públicas em nome da CPLP ou emitir opiniões contrárias à visibilidade positiva da CPLP. Em momento algum, podem ser programadas declarações à Comunicação Social para alguma individualidade da CPLP, sem prévia articulação com o Ponto Focal no Secretariado Executivo e após a devida autorização por escrito.

### ***Conferência de Imprensa***

No caso de estar planeada a realização de uma conferência de imprensa, deve ser articulada com a ACI a potencial participação de uma individualidade da CPLP. As notas de agendamento da conferência de imprensa devem ostentar o logótipo da CPLP, com destaque igual ao da instituição ou instituições beneficiárias do Apoio Institucional, referenciando sempre a palavra “Apoio” junto ao logótipo.

Na discricionariedade da ACI, pode ser estabelecida a oportunidade de exposição de outros elementos da CPLP, como bandeiras ou outros instrumentos de comunicação institucional.

## Ferramentas de Comunicação (cont.)

### ***Folhetos***

Sempre que sejam editados folhetos e brochuras, é obrigatória a inclusão do logótipo de CPLP conforme as normas gráficas estabelecidas, referenciando sempre com a palavra “Apoio” junto ao logótipo e aplicando a visibilidade elencada para os comunicados de imprensa. Quando for adequado, poderá ainda incluir algum outro elemento visual ou mesmo textual sobre a CPLP, após validação pela ACI junto do beneficiário.

### ***Boletins Informativos***

Sempre que sejam disseminados boletins informativos para informar os públicos-alvo da atividade beneficiária de Apoio Institucional da CPLP, expedidos por via eletrónica, publicados num sítio na Internet ou distribuídos em formato papel, é obrigatória a inserção do logótipo da CPLP com destaque igual ao da instituição ou instituições beneficiárias do Apoio Institucional, referenciando sempre com a palavra “Apoio” junto ao logótipo. Quando for adequado, poderá ainda incluir algum outro elemento visual ou mesmo textual sobre a CPLP, após validação pela ACI junto do beneficiário.

Se o boletim informativo contemplar conteúdos textuais com a possibilidade de serem interpretados, de alguma forma, como a expressão das posições da CPLP, deverá ser sempre incluída a cláusula de exoneração de responsabilidades.

## Ferramentas de Comunicação (cont.)

### ***Páginas na Internet (World Wide Web)***

Quando a atividade do beneficiário for comunicada através de sítio (s) na Internet, a aplicação do logótipo da CPLP deve honrar as normas gráficas e a visibilidade elencada para os comunicados de imprensa e boletins informativos, aludindo de modo claro ao apoio da CPLP e incluindo hiperligações para o sítio [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

Paralelamente, caso seja opção comunicar nas Redes Sociais, devem ser utilizadas hiperligações para os canais CPLP, com especial relevância para o Facebook e Twitter.

### ***Estacionário***

Toda a identidade gráfica desenvolvida para a atividade à qual foi concedido Apoio Institucional, quer seja em papel ou em formato eletrónico, deve obedecer à inserção da identidade corporativa da CPLP de acordo com as normas gráficas. De forma coerente com o elencado nos pontos anteriores, o logótipo da CPLP deve ser incluído no papel de carta, envelopes, cartões-de-visita, convites, assinatura digital, material de escritório e qualquer outra forma que a entidade beneficiária utilize para publicitar a atividade – obedecendo às normas de reprodução gráfica.

## Ferramentas de Comunicação (cont.)

### ***Artigos Promocionais***

Sempre que seja determinada a distribuição de artigos promocionais ou brindes na atividade beneficiária de Apoio Institucional, deve ser inserido o logótipo da CPLP, com destaque igual ao da instituição ou instituições beneficiárias do Apoio Institucional, referenciando sempre a palavra “Apoio” junto ao logótipo.

### ***Painéis/Pendões/Identificações e Dísticos***

Todos os painéis ou pendões produzidos para comunicar a atividade beneficiária – independentemente da forma ou dimensão - devem obedecer à colocação do logótipo da CPLP conforme normas gráficas e inserção com destaque igual ao da instituição ou instituições beneficiárias do Apoio Institucional, referenciando sempre a palavra “Apoio” junto ao logótipo.

A obrigatoriedade de inserção do logótipo da CPLP de acordo com as normas de visibilidade já elencadas é, igualmente, válida para os cartões de identificação dos colaboradores/participantes na atividade e nos dísticos das viaturas utilizadas nessa ocasião, sempre que seja opção utilizar estas ferramentas de comunicação.

## Ferramentas de Comunicação (cont.)

### ***Produção audiovisual e Fotografias***

As produções audiovisuais relacionadas com a atividade beneficiária devem figurar o logótipo da CPLP, sempre que possível, no genérico inicial. Esta inserção deve merecer destaque igual ao da instituição ou instituições beneficiárias do Apoio Institucional, referenciando sempre com a palavra “Apoio” junto ao logótipo da CPLP.

Na produção de vídeo e na seleção de fotografias a serem utilizadas como instrumento de comunicação, sempre que possível, a atividade beneficiária atentará ao registo de imagens onde seja visível o logótipo da CPLP e contemplará a nominata da personalidade da CPLP eventualmente presente. A entidade organizadora da atividade beneficiária deve enviar cópia da produção audiovisual e fotográfica ao Secretariado Executivo da CPLP.

### ***Publicações/Brochuras/Livros***

Caso seja produzida uma brochura, um livro ou outra publicação relativa à atividade, quer seja anteriormente ou numa fase posterior ao desenrolar da mesma, a respetiva capa ou contracapa deve ser claramente identificada com o logótipo da CPLP, referenciando sempre a palavra “Apoio” junto ao logótipo. Deverá, ainda, ser incluída uma cláusula de exoneração de responsabilidade da CPLP, na capa, contracapa ou na página destinada aos créditos da publicação.

Quando for adequado, poderá ainda incluir algum outro elemento visual ou mesmo textual sobre a CPLP, após validação pela ACI junto do beneficiário.

9

## Exoneração de Responsabilidades

A CPLP não se responsabiliza, em circunstância alguma, pelo teor dos comunicados, boletins informativos, alocuções ou qualquer outro instrumento ou momento de comunicação preparado pelo organizador da atividade beneficiária de Apoio Institucional. Consequentemente, deve ser incluída, nas publicações e sempre que adequado, a seguinte cláusula de exoneração de responsabilidade:

*“Esta publicação foi produzida com o apoio institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade de <ENTIDADE/EDITORA/AUTOR(ES)> e não pode, de forma alguma, ser interpretado como a expressão das posições da CPLP.”*

### **Eventos**

O logótipo da CPLP deve figurar em todas as ferramentas de comunicação, conforme elencado anteriormente, e todos os participantes nas atividades beneficiárias sob a forma de eventos (cursos de formação, palestras, conferências, seminários, colóquios, congressos, mesas-redondas, feiras e exposições, entre outros) devem ser informados que a CPLP concedeu Apoio Institucional.

Na discricionariedade da ACI, poderá ser estabelecida a oportunidade de utilização de outros elementos da CPLP no evento, como bandeiras ou outros instrumentos de comunicação institucional.

10



## Relatório

A informação sobre a execução da atividade que beneficiou de Apoio Institucional da CPLP deverá dar conhecimento do retorno de comunicação, sempre que possível, descrevendo pormenorizadamente e elencando os diversos instrumentos de comunicação utilizados. Deverá, ainda, anexar uma imagem exemplificativa dos supracitados instrumentos de comunicação e elementos relacionados com o impacto geral da atividade, nomeadamente, os recortes de imprensa.

Se a informação sobre a execução da atividade que beneficiou de Apoio Institucional da CPLP se destinar a ser tornada pública, a respetiva capa ou contracapa deve ser claramente identificada com o logótipo da CPLP, conforme estabelecido para as publicações, referenciando sempre a palavra “Apoio” junto ao logótipo. Deverá, ainda, ser incluída a cláusula de exoneração de responsabilidade da CPLP, na capa, contracapa ou na página destinada aos créditos da publicação.

## Outra Informação

Toda a solicitação de informação adicional sobre a CPLP, pedida pelo público-alvo ao organizador da atividade beneficiária de Apoio Institucional, deve ser encaminhada para o sítio [www.cplp.org](http://www.cplp.org) ou remetida para fonte oficial – a ACI do Secretariado Executivo da CPLP.

11



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa



**Manual de Normas Básicas  
de Reprodução**



**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

## Manual de normas básicas de reprodução

### ÍNDICE

Introdução	03
Elementos do logótipo	04
Versões do logótipo	05
Reprodução cromática	
• Referência Pantone®	08
• Referência CMYK	09
• Referência RGB	10
• Utilização em negativo	11
• Utilização sobre imagens	12
Área de protecção	13
Dimensões mínimas	14
Utilizações incorrectas (exemplos)	15
Tipografia	16



**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

### Introdução

O logótipo de uma organização constitui um elemento fundamental na definição da sua identidade. Como tal, foi elaborado este manual no sentido de definir a imagem da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

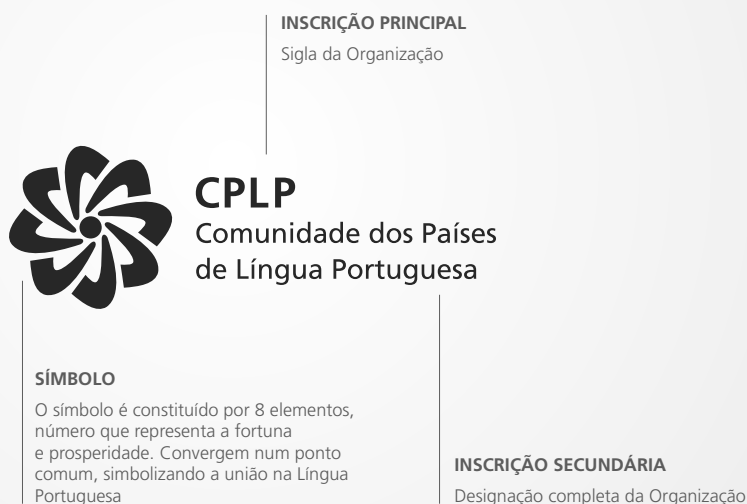
Assim, é fundamental que a utilização do logótipo obedeça rigorosamente às regras estabelecidas. Este manual pretende ser um instrumento de consulta auxiliar, estabelecendo regras para a utilização gráfica do logótipo em diversas situações e assegurando a coerência da imagem da Organização.

Nenhum dos elementos aqui apresentados deverá ser alterado. As normas descritas neste manual gráfico devem ser respeitadas, já que as modificações poderão fragilizar a identidade da CPLP.

## • Elementos do logótipo

O logótipo é constituído por dois elementos principais: símbolo e inscrição, dividindo-se este último elemento em inscrição principal e secundária.

A reprodução destes elementos deverá respeitar sempre as composições possíveis, a seguir apresentadas.



## • Elementos do logótipo

Existem 2 versões principais do logótipo: com e sem inscrição secundária.



### VERSÃO COM INSCRIÇÃO PRINCIPAL (SIGLA) E INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA

Esta constitui a versão preferencial na definição da identidade da Organização



### VERSÃO COM INSCRIÇÃO PRINCIPAL (SIGLA)

Alternativa a utilizar apenas em casos em que a identidade da organização seja claramente percebida sem recurso à designação completa

## Elementos do logótipo

### Versão com inscrição principal (sigla) e inscrição secundária

Existem 4 versões da versão completa do logótipo.

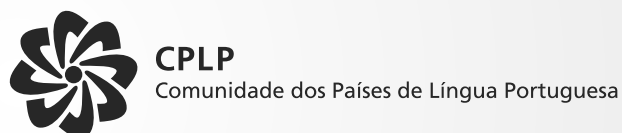
A escolha da versão a utilizar será ditada, caso a caso, pelo espaço disponível para utilização do logótipo.

A versão preferencial é a versão 1, mas caso o espaço disponível não favoreça a sua legibilidade, deverá optar-se por uma das outras versões aqui apresentadas.

#### VERSÃO 1



#### VERSÃO 2



#### VERSÃO 3



#### VERSÃO 4



## Elementos do logótipo

### Versão com sigla

Existem 2 versões da versão com sigla do logótipo.

A escolha da versão a utilizar será ditada, caso a caso, pelo espaço disponível para utilização do logótipo.

#### VERSÃO 1



#### VERSÃO 2



## • Reprodução cromática - Referência Pantone®

A referência Pantone® seleccionada para reproduzir o logótipo é o azul 7694. Esta referência não deve ser substituída por nenhuma outra, sob risco de se alterar a legibilidade do logótipo e adulterar a identidade da Organização.



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

■ PANTONE 7694®

## • Reprodução cromática - Referências CMYK

As referências de impressão em quadricromia aqui apresentadas deverão ser respeitadas, sempre que não seja possível imprimir o logótipo utilizando o Pantone® anteriormente referido.



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

■ CMYK:

■ C: 100%

■ M: 57%

■ Y: 9%

■ K: 52%

## Reprodução cromática - Referências RGB

As referências RGB (cores de ecrã) aqui apresentadas deverão ser respeitadas, sempre que o logótipo seja apresentado num formato digital (apresentações powerpoint, sites, etc.).



**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

■ RGB:

■ R: 1

■ G: 66

■ B: 106

## Reprodução cromática - Utilização em negativo

Sempre que o logótipo seja utilizado em fundos escuros, deverá o mesmo ser reproduzido em branco.



**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

## • Reprodução cromática - Utilização sobre imagens

Sempre que o logótipo seja colocado sobre uma imagem, deve ter-se em consideração a sua legibilidade. Caso a imagem não permita uma boa visibilidade do logótipo, deverá o mesmo ser utilizado sobre uma caixa branca ou azul.



## • Área de Protecção

De forma a assegurar a correcta legibilidade do logótipo, deverá manter-se em seu redor uma área livre, a qual é definida como área de protecção. Para facilitar o seu cálculo proporcional, utiliza-se como referência a letra "L" da sigla CPLP.



## Reduções mínimas

Para assegurar que o logótipo mantém a sua legibilidade, o mesmo não deverá ser reduzido abaixo das medidas aqui especificadas para cada uma das versões:

### VERSÕES COM SIGLA E INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA



25mm



40mm



17mm



17mm

### VERSÕES COM SIGLA



20mm



9mm

## Utilizações Incorrectas (exemplos)

Abaixo são apresentados exemplos de algumas aplicações incorrectas do logótipo:



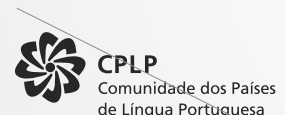
Distorção formal



Alteração das definições cromáticas



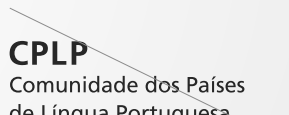
Alteração de tipo de letra das inscrições



Alteração de posicionamento e relação entre símbolo e inscrições



Utilização de referências cromáticas que não permitem boa legibilidade



Utilização das inscrições sem o símbolo



## • Tipografia

De modo a obter a maior coerência possível em termos de imagem da organização, recomenda-se a utilização do tipo de letra Frutiger, nas variantes Ligh, Roman e Bold, em suportes impressos.

### FRUTIGER LIGHT

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz  
0123456789

### FRUTIGER ROMAN

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz  
0123456789

### FRUTIGER ROMAN

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz  
0123456789



**XXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Brasília, 20 de julho de 2017**

**Resolução sobre o Reforço da Capacidade de Atuação dos Pontos Focais de  
Cooperação da CPLP**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Brasília, na sua XXII Reunião Ordinária, no dia 20 de julho de 2017;

*Considerando* que um dos objetivos estatutários da CPLP é a cooperação em todos os domínios, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentado dos Estados-Membros, a consolidação da Comunidade e a sua projeção enquanto Organização Internacional;

*Considerando* que a cooperação, particularmente na sua componente de desenvolvimento sustentável, é um elemento essencial e estratégico da política externa dos Estados-Membros e da CPLP;

*Considerando* que a Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC), em conformidade com o art.º 20º dos Estatutos da CPLP, “*congrega as unidades responsáveis, nos Estados Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP*” e é o órgão competente para “*assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade*”;

*Tomando nota*, com satisfação, do número crescente de reuniões setoriais no âmbito da CPLP, que demonstram o dinamismo da Organização e o interesse dos Estados-Membros em estabelecer mecanismos de cooperação nas mais diversas áreas, de que é exemplo a aprovação de Planos Estratégicos de Cooperação;

*Reconhecendo* a necessidade de dar continuidade aos esforços desenvolvidos no sentido de reforçar a capacidade técnica de acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos de Cooperação setorial, nomeadamente reforçando o diálogo e articulação entre a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) e os Secretariados Técnicos Permanentes das Reuniões Ministeriais Setoriais, tendo em vista o reforço do grau de implementação das ações e iniciativas deles decorrentes;

*Tomando boa nota* da necessidade de aperfeiçoar a coordenação entre o trabalho desenvolvido pelas reuniões setoriais e as atividades da RPFC, numa lógica de harmonização, com vista à melhor utilização de recursos, maior convergência de esforços e o fortalecimento da imagem e da estrutura da CPLP;

*Relembrando* as recomendações da Conferência de Chefes de Estado e de Governo à RPFC para o desenvolvimento de esforços de coordenação, sistematização e especialização das políticas de cooperação, para uma maior eficácia das ações

desenvolvidas no espaço comunitário, designadamente quanto à sua apropriação pelos parceiros;

*Recordando* a evolução do debate sobre novas dinâmicas de cooperação no quadro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no seio da CPLP, e a lógica de reforço crescente da participação da CPLP nos diversos *fora* internacionais e o papel que os PFC assumem em cada Estado-Membro nesse esforço;

*Reconhecendo* o papel técnico e político assumido pelos PFC e cientes da necessidade de reforçar os meios e capacidade de atuação que têm ao seu dispor para atender aos crescentes desafios que lhes incumbem nos respetivos contextos nacionais e no quadro da sua participação na agenda da CPLP;

*Tomando boa nota* do processo de reflexão em curso sobre a efetividade das atribuições dos PFC, que teve início em Brasília, em outubro de 2016, durante a XXXIII RPFC;

#### **DECIDE:**

1. *Encorajar* o reforço do mandato dos PFC, nomeadamente no que se refere à:
  - a. Coordenação e articulação das prioridades nacionais de cooperação com as oportunidades de cooperação disponíveis na CPLP;
  - b. Coordenação com os diversos atores – governamentais, públicos, da sociedade civil e representantes de organizações ou agências internacionais; e
  - c. Identificação de outros potenciais parceiros de cooperação, de modalidades alternativas de financiamento e de instrumentos de divulgação dos resultados das ações realizadas;
2. *Recomendar* a conclusão do processo de reflexão em curso para o reforço da efetividade das atribuições dos PFC, sugerindo a busca de soluções na estrutura da administração de cada Estado-Membro, que reforcem os meios e condições do PFC para prosseguir as suas funções;
3. *Mandatar* a RPFC a dar continuidade ao trabalho de coordenação de esforços para uma maior eficácia das ações de cooperação desenvolvidas no espaço comunitário, nomeadamente:
  - a. Aprovando um Regimento Interno que regule o seu funcionamento, a ser comunicado ao Comité de Concertação Permanente;
  - b. Estudando a possibilidade de atualização dos normativos que enquadram a sua ação, com destaque para o Acordo Geral de Cooperação, de 1998 e o Regimento do Fundo Especial da CPLP, de 2010, mediante proposta a ser encaminhada à aprovação do Comité de Concertação Permanente para apreciação pela XXIII ROCM.

Feita em Brasília, a 20 de julho de 2017.

